

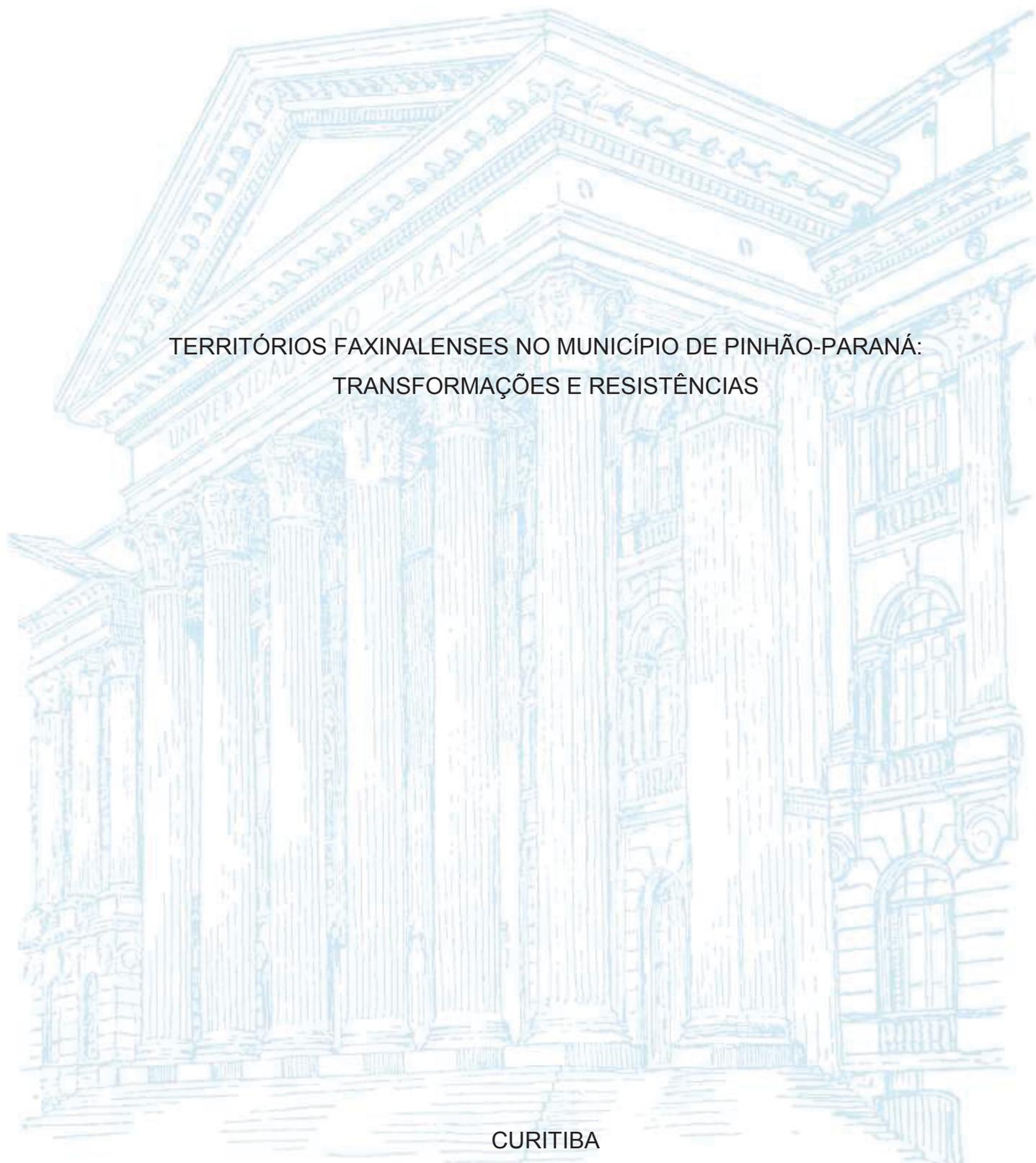
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

REGINALDO DE LIMA CORREIA

TERRITÓRIOS FAXINAENSES NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PARANÁ:
TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS

CURITIBA

2020



REGINALDO DE LIMA CORREIA

TERRITÓRIOS FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PARANÁ:
TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Adilar Antonio Cigolini

CURITIBA

2020

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

C824t Correia, Reginaldo de Lima
Territórios faxinalenses no município de Pinhão - Paraná: [recurso eletrônico]
transformações e resistências / Reginaldo de Lima Correia. – Curitiba, 2020.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, 2020.

Orientador: Adilar Antonio Cigolini.

1. Comunidades agrícolas. 2. Comunidades sociais. I. Universidade Federal do Paraná. II.
Cigolini, Adilar Antonio. III. Título.

CDD: 304.23

Bibliotecária: Vanusa Maciel CRB- 9/1928



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **REGINALDO DE LIMA CORREIA** intitulada: **TERRITÓRIOS FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PARANÁ: TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS.**, sob orientação do Prof. Dr. ADILAR ANTONIO CIGOLINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

25/05/2020 09:01:01.0

ADILAR ANTONIO CIGOLINI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/05/2020 20:38:36.0

LILIANA DE MENDONÇA PORTO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica

25/05/2020 12:17:55.0

JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

23/05/2020 16:37:05.0

CECILIA HAURESKO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica

25/05/2020 19:08:58.0

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - DIREITO)

DEDICATÓRIA

A Julio Machajewski - O Seu Julio - (in memoriam) que “lutou o bom combate” ao lado dos posseiros de Pinhão.

Aos povos de faxinais de Pinhão, que, assim como a Santa Cruz de Cedro, plantada na terra, mesmo que pareça sem vida, logo brotará, dando origem a um novo rebento. Assim é a história do nosso povo, que, mesmo em meio às adversidades, resistiu e fez brotar um novo rebento de esperança. Em especial, às mulheres faxinalenses, que lutaram bravamente contra as injustiças e pela permanência na terra, dentre elas a mais especial, minha avó Julia.

AGRADECIMENTOS

Agradecer nem sempre é fácil. São tantas as pessoas que passam por nossas vidas no período de pesquisa de doutoramento, que é normal esquecer de algumas, ainda mais nos últimos anos, quando o trabalho torna-se bastante solitário. Porém, sem solidariedade ele não seria possível, principalmente, quando é feito por muitas mãos, ou melhor, muitas falas. Sendo assim, gostaria de agradecer de maneira especial:

A Deus, pela força nos momentos de desespero e desânimo!

Aos povos dos faxinais de Pinhão, o meu povo, em especial os do Faxinal dos Ribeiros, do Faxinal São Roquinho e do Faxinal Bom Retiro. Obrigado pelo acolhimento, pelos almoços, cafés da tarde, pelo chimarrão e os “belos causos” que escutei durante o período que realizei as entrevistas e observações. Sem vocês, nada disso seria possível. Este trabalho é de vocês!

Ao Professor Adilar Cigolini, que me aceitou e acolheu para o desenvolvimento da pesquisa, pelas palavras de incentivo, por me indicar um caminho possível de análise dos Faxinais de Pinhão.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR, do Curso de Geografia da UNICENTRO e, em especial, aos meus professores da Educação básica, que acredito ter grande potencial transformador. Obrigado, Mestres!

Aos professores que aceitaram a leitura deste trabalho: Cecília Hauresko, Katya Regina Isaguirre, Liliana Porto e Jorge Montenegro.

Aos colegas que fiz na pós-graduação, na fila do intercamp e nesse período em Curitiba: Com vocês, foi mais animado e prazeroso estar em Curitiba. Que turma do bem e festeira, que gosta de conversar, partilhar experiência, cantar, almoçar juntos, reunir-se para partilhar a vida.

Aos colegas do NUPOTE – Núcleo de Estudos em População e Território, onde se pesquisa de tudo, um ambiente de muita conversa, mas também de partilha de metodologias, de conhecimento da vida, com suas angústias e alegrias.

Ao povo brasileiro, que, por meio do apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), proporcionou a Bolsa de estudos (Código de Financiamento 001) que tornou possível a realização desta pesquisa.

Aos meus familiares, pelo apoio e pela paciência em me escutarem nas mesmas perguntas sobre o Faxinal dos Ribeiros e, mesmo não entendendo muito bem o que é um

doutorado, me apoiarem! Por me levarem para os outros faxinais, no forte do inverno, quando o branco da geada cobre as coxilhas. Obrigado por me apoiarem!

RESUMO

Os territórios de faxinais fazem parte de uma construção histórica e geográfica do estado do Paraná. Nesses territórios tradicionalmente ocupados, os povos de faxinais desenvolveram um modo de vida relacionado à floresta com araucária e seu entorno, nos laços de solidariedade através do uso comunitário da terra. Porém, esse modo de vida e de organização social passou por intensas transformações, principalmente em decorrência do processo da modernização da agricultura, juntamente com políticas de povoamento e desenvolvimento, que provocaram uma série de conflitos no rural paranaense. Nesse contexto, a presente tese teve por objetivo analisar os territórios de faxinais em Pinhão-PR para compreender os fatores que permitiram a sua permanência e avaliar os fatores conflitantes que provocaram rupturas, alterando marcadamente sua dinâmica. Para isso, identificaram-se os diferentes processos de (des) territorialização das comunidades faxinalenses e buscou-se compreender a relação entre os conflitos e a resistência das comunidades de Faxinal dos Ribeiros e Faxinal São Roquinho. Desse modo, utilizaram-se entrevistas, coletas de narrativas, visitas a campo e observações. As discussões foram centradas nos conflitos e nas estratégias de resistência elaboradas pelos povos de faxinais para permanecerem em suas terras, apesar das transformações. Buscou-se também analisar como as iconografias (permanências) têm contribuído para isso, evidenciando que esses territórios são dinâmicos, e assim, perante as diferentes formas de circulação (mudanças), criaram-se novos territórios e territorialidades, ou seja, novos padrões territoriais, redimensionando suas práticas, permanecendo os princípios básicos do sistema, garantindo suas territorialidades e constituindo territórios de esperança, que concretizam um histórico de lutas pelo/no território, onde se busca reconhecimento e se luta pelos direitos de transformação da realidade, por meio de diferentes resistências.

Palavras-chave: Faxinais; território; conflitos; resistências.

ABSTRACT

The faxinal territories are part of a historical and geographical construction in the state of Paraná. In these traditionally occupied territories, the faxinal people developed a way of life related to the araucaria forest and its surroundings in the bonds of solidarity by community land use. However, this way of life and social organization has passed for intense transformations, mainly by means of the process of modernization of agriculture, with population and development policies, which have caused a series of conflicts in rural of Paraná. In this context, the present thesis aimed to analyze the faxinal territories in Pinhão-PR to understand the factors that allowed their permanence and to evaluate the conflicting factors that caused ruptures, changing markedly their dynamic. To this end, the different processes of (de)territorialization of the faxinalense communities were identified and sought to understand the relationship between the conflicts and the resistance of the communities of Faxinal dos Ribeiros and Faxinal São Roquinho. Therefore, interviews, narrative collections, field visits and observations were used. The argumentation was centered on the conflicts and resistance strategies developed by the faxinal people to remain in their lands, despite the changes. It also sought to analyze how iconographies (permanences) have contributed to this, showing that these territories are dynamic, and so, in view of the different forms of circulation (changes), new territories and territorialities were created, that is, new territorial patterns, resizing their practices, maintaining the basic principles of the system, ensuring their territorialities and constituting territories of hope, which concretize a history of struggles for / in the territory, where acknowledgment is sought and it struggle for the rights to transform reality, by means of different resistances.

Keywords: Faxinais; territory; conflicts; resistances.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 01: TERRITORIALIDADES DOS POVOS TRADICIONAIS - CASO DOS FAXINAIS DE PINHÃO | 89 |
| FIGURA 02: PROCESSOS DE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NOS FAXINAIS | 99 |
| FIGURA 03: PROPOSTA DE ANÁLISE TERRITORIAL | 105 |
| FIGURA 04: MAPA FAXINAL DOS RIBEIROS | 111 |
| FIGURA 05: PAISAGEM DO FAXINAL DOS RIBEIROS | 112 |
| FIGURA 06: CONFLITOS NO FAXINAL DOS RIBEIROS | 116 |
| FIGURA 07: ÀREA DESTINADA A PRODUÇÃO DE SOJA NO FAXINAL DOS RIBEIROS | 116 |
| FIGURA 08: PROPRIEDADE DA GENTE DE FORA | 118 |
| FIGURA 09: CERCA DE TELA NO LIMITE DE MANGUEIRÃO COMUNITÁRIO DENTRO DO FAXINAL DOS RIBEIRO | 120 |
| FIGURA 10: LAVOURAS CERCADAS DENTRO DE MANGUEIRÃO COMUNITÁRIO NO FAXINAL DOS RIBEIROS | 121 |
| FIGURA 11: MAPA FAXINAL SÃO ROQUINHO | 122 |
| FIGURA 12: PAISAGEM NA ENTRADA DO FAXINAL SÃO ROQUINHO | 123 |
| FIGURA 13: CONFLITOS NO FAXINAL SÃO ROQUINHO | 123 |
| FIGURA 14: RESIDÊNCIA DENTRO DO FAXINAL SÃO ROQUINHO | 126 |
| FIGURA 15: LAVOURA COMUNITÁRIA NO FAXINAL SÃO ROQUINHO | 127 |
| FIGURA 16: LAVOURA COMUNITÁRIA E AO FUNDO ÁREA DO CRIADOR NO FAXINAL SÃO ROQUINHO | 127 |
| FIGURA 17: SÍNTESE CIRCULAÇÕES E ICONOGRAFIAS NOS FAXINAIS DE PINHÃO | 143 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 01: CARACTERÍSTICAS DOS FAXINAIS COM CRIADOR COMUM ABERTO | 146 |
| QUADRO 02: CARACTERÍSTICAS DOS FAXINAIS COM CRIADOR COMUM CERCADO | 147 |
| QUADRO 03: CARACTERÍSTICAS DOS FAXINAIS COM CRIADOR DE GRANDE PORTE | 148 |
| QUADRO 04: CARACTERÍSTICAS DOS FAXINAIS COM MANGUEIRÕES E POTREIROS | 149 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFATRUP- Associação das famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão
ALEP- Assembleia Legislativa do Paraná
APA- Área de Proteção Ambiental
ARESUR- Área Especial de Uso Regulamentado
APF- Articulação Puxirão Faxinalense
CANGO- Colônia Agrícola General Ozório
CITLA- Clevelândia Industrial e Territorial LTDA.
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GETSOP- Grupo Executivo para terras do Sudoeste do Paraná
IAP- Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR- Instituto Agrônômico do Paraná
ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ING- Instituto os Guardiões da Natureza
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IEPP- Instituto Equipe de Educadores Populares
ITCG- Instituto de Terras, Cartografia e geociências
MPA- Movimento de Pequenos Agricultores
MPPR- Ministério Público do Paraná
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PEPO- Programa de Educação Popular
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PT- Partido dos Trabalhadores
PSD- Partido Social Democrático
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
RDS- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX- Reservas Extrativistas
SEAB- Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SEMA- Secretaria do Meio ambiente

SIPRA- Sistema de informações de Projetos de Reforma Agrária

UC- Unidade de Conservação

UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFPR- Universidade Federal do Paraná

UNICENTRO- Universidade Estadual do Centro Oeste

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 15 |
| INTRODUÇÃO | 20 |
| CAPÍTULO 01 - A LITERATURA E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA | 28 |
| 1.1- Introdução | 28 |
| 1.2- O processo de ocupação do estado do Paraná e o do Sistema Faxinal | 29 |
| 1.3- Conflitos Agrários e a Monopolização do Território | 40 |
| 1.4- Sistema Faxinal: debate sobre sua conceituação | 52 |
| 1.5- Faxinais do Paraná: da desintegração a resistência- Como a literatura científica explica os faxinais?..... | 59 |
| 1.6- Problemática de Pesquisa: Especificidades sobre o Município de Pinhão | 66 |
| CAPÍTULO 02- TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, TERRA, CONFLITOS E RESISTÊNCIA | 75 |
| 2.1- Introdução | 75 |
| 2.2- Território, identidade, territorialidade e terra..... | 76 |
| 2.3- Das resistências cotidianas as resistências coletivas | 94 |
| 2.4- Iconografia e circulação: proposta para uma análise territorial | 102 |
| CAPITULO 3- TERRITÓRIOS FAXINALENSES EM PINHÃO PR: Transformações (circulações) e resistências (iconografias) | 107 |
| 3.1- Introdução | 107 |
| 3.2- Territórios faxinalenses em Pinhão: Conflitos e resistências | 109 |
| 3.2.1- Faxinal dos Ribeiros | 110 |
| 3.2.2- Faxinal São Roquinho | 121 |
| 3.3- Circulação e conflitos territoriais nos Faxinais de Pinhão- PR | 130 |
| 3.4- Iconografias e Resistências faxinalenses em Pinhão-PR: Os novos padrões territoriais dos faxinais | 139 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS- AS GEO-GRAFIAS DOS FAXINAIS DE PINHÃO: Territórios de Esperança | 151 |
| REFERÊNCIAS | 154 |
| ANEXOS | 167 |

APRESENTAÇÃO

Por que estudar os territórios de faxinais em Pinhão? Responder essa questão implica em refletir sobre minha própria história e a história da minha família. Assim, não estamos apenas falando sobre os faxinais de Pinhão, mas a partir dos faxinais de Pinhão, em especial de Faxinal dos Ribeiros, onde reside minha família. Por isso, peço licença aos leitores para escrever essa apresentação em primeira pessoa e numa linguagem mais informal e descontraída. Escrevo aqui de uma maneira bastante angustiada, pois são muitos em Pinhão que temem a perda de suas terras, casas, galpões, enfim, a perda de uma vida toda, o que me dá um pouco mais de força para concluir esta pesquisa.

Nas conversas no NUPOTE – Núcleo de Estudos em População e Território, e nas mesas de boteco, meus colegas sempre sugerem que, após a conclusão do doutoramento, eu possa escrever um livro com as crônicas da vida de um faxinalense em Pinhão-PR. Talvez seria mais apropriado um livro de causos, como é comum na nossa cultura. Os causos estão presentes no nosso cotidiano faxinalense, entre eles do Pedro Malazarte (Malazartes), de São João Maria. Mas, aqui, contarei o “causo” de minha trajetória acadêmica até chegar à presente pesquisa de doutorado em Geografia, na Universidade Federal do Paraná.

A construção e o desenvolvimento de um projeto de doutorado envolvem escolhas teóricas, posicionamentos político-ideológicos, bem como o envolvimento com o objeto de estudo. Cruz (2006), por exemplo, na apresentação de seu trabalho de mestrado, conta sua trajetória geográfica e, referindo-se a Mignolo (2003), evidencia que nossas reflexões acadêmicas estão incorporadas e localizadas numa relação entre o que se fala, com quem se fala e de onde se fala. As localizações epistemológicas têm uma estreita relação com os espaços geográficos. O conhecimento não pode ser pensado fora dos locais geohistóricos de sua produção.

Assim, começo meu caso no ano de 2006, no Colégio Estadual Mário Evaldo Morski, na cidade de Pinhão PR. Durante a disciplina de geografia, tivemos que realizar um trabalho sobre as categorias de análise do espaço geográfico, no qual tínhamos que partir do lugar onde vivíamos. Assim, em grupo, realizamos um trabalho sobre o Faxinal dos Ribeiros. Para isso, fomos atrás do histórico da nossa comunidade, em busca de material. Encontramos, na Escola Municipal Norberto Serápio, um pequeno manuscrito feito pelos professores, com dados sobre a história, origem das famílias, dados da economia, alguns causos e fatos curiosos. Porém, toda aquela realidade era comum a mim e o Faxinal dos Ribeiros era apenas mais um lugar nos “matos” do município de Pinhão.

Ao ingressar no curso de Geografia, na Universidade Estadual do Centro Oeste, em 2009, deparei-me, muitas vezes, com a temática dos faxinais do estado do Paraná, principalmente aqueles situados no município de Prudentópolis, na mesorregião Sudeste e, algumas vezes, os faxinais de Turvo-PR. No decorrer do meu percurso na geografia, fui, aos poucos, identificando-me com outros colegas de Prudentópolis, Turvo e Guamiranga, oriundos de faxinais, ou com familiares que ainda residiam ou eram provenientes dos faxinais. Tínhamos em comum certo anseio e inquietações quanto à permanência dos povos de faxinais nos seus territórios, uma vez que faltavam formas de incrementar renda, levando os faxinalenses a buscarem outras alternativas.

Colegas de Prudentópolis e Guamiranga comentavam o avanço da fumicultura sobre os faxinais, a possibilidade de geração de renda nas propriedades e uma melhora na situação econômica das famílias, mantendo, por um lado, o faxinalense na terra. Em Turvo, o caminho percorrido era outro, o da produção de ervas medicinais e a geração de renda por meio de políticas públicas como PNAE e (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). E em Pinhão? Em Pinhão, eu observava não só membros da minha família, como vizinhos e amigos partindo para Santa Catarina, ou outras regiões do Paraná, em busca de trabalho, principalmente, na construção civil, porque, uma vez que as unidades familiares não geravam renda de forma a manter a família, era necessário buscar outros caminhos em atividades que precisam de mão de obra pouco qualificada. Assim, a maioria dos homens partia para trabalhar nas firmas, restando apenas as mulheres no faxinal.

Fato que me leva a recordar imagens da adolescência, dos dias de domingo, quando íamos participar do culto dominical, na capela de São Sebastião. Ao lado da capela, existia o PS (Posto de Saúde) com um orelhão, onde se fazia uma fila de mulheres para conversarem com seus maridos, que estavam fora do faxinal, trabalhando na construção civil. Esse movimento no orelhão durava o domingo todo, tendo uma pausa apenas durante a celebração, às 15 horas. Logo após o término, voltava a movimentação. Lembro-me que, enquanto minha mãe esperava para ter notícias de seus irmãos que estavam trabalhando fora, escutávamos a conversa de outras mulheres com seus esposos. Os assuntos, em sua maioria, diziam respeito à administração da propriedade pelas mulheres, da informação das “crias” de porcos e vacas, da morte de animais, do andamento das lavouras.

Minha família sempre viveu em Faxinal dos Ribeiros e foi uma das primeiras a inserir a agricultura nas terras de faxinal, uma vez que nossas terras de plantar foram perdidas ao longo do tempo. Plantamos por um tempo, quando fomos sujeitos a conflito com alguns

vizinhos, pelos animais adentrarem as lavouras. Mas, elas não eram suficientes e, então, muitos dos meus familiares iniciaram a busca de emprego na construção civil. Após algum tempo, voltamos a criar animais à solta e não mais plantar no faxinal, ou, quando plantávamos, era em áreas cercadas com vários fios de arame e cerca elétrica. Mas, a realidade já era outra, as lavouras estavam adentrando a área de faxinal e estávamos do outro lado, éramos quem tinha os animais à solta. Muitos familiares também se dedicavam à extração da erva-mate, num trabalho precário, mas que garantia certa renda, num universo em que obter renda é extremamente difícil.

Durante a graduação, participei de um curso de extensão sobre cartografia social, com faxinalenses e outros povos tradicionais. Foi nesse curso que comecei a dar conta da grandiosidade dos faxinais e como essa forma de viver, produzir, ver o mundo, era específica. Porém, eu ainda seguia relutando contra minha própria identidade.

Ao concluir o curso em Geografia, na UNICENTRO, procurei minha orientadora do para me candidatar ao mestrado. Ao apresentar minha proposta de candidatura, ela me questionou sobre o que eu queria pesquisar. Eu respondi que não sabia. Ela, então, sugeriu que realizasse uma pesquisa sobre as juventudes faxinalenses, à qual me neguei (“jovens nem pensar”, respondi). Então, ela me falou sobre os faxinais de Pinhão, dos quais eu sempre tinha algum caso para contar. Nós conversamos sobre a riqueza cultural da nossa Região e, em especial, do Município de Pinhão. Nisso, parece que minha mente se abriu e comecei a trabalhar num projeto de pesquisa sobre os faxinais de Pinhão. No início, era uma “salada completa”, envolvendo questões territoriais, passando por migrações, ambiente, mapeamento e educação, mas que foi se definindo e chegando aos conflitos socioambientais no Faxinal dos Ribeiros.

Ao participar de uma disciplina, no ano 2014, fui questionado se eu me sentia um faxinalense e respondi que não. Acreditava que, por estar morando em Guarapuava há cinco anos, já não era mais. Mas, com as idas para casa todo os finais de semana, esse sentimento de pertencimento, de identidade com o local era cada vez mais claro e, ao aprofundar as leituras sobre os faxinais, identificava-me cada vez mais com aquilo. Ao ler o trabalho de Ayob (2010) “Madeira Sem Lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná”, veio-me a voz de minha família, a voz calma de minha avó, os relatos de vizinhos, e aquilo foi despertando em mim uma vontade de estudar “tudo” sobre os faxinais.

O trabalho de mestrado proporcionou-me visitar todos os cantos do Faxinal do Ribeiros, aquele que era meu chão, onde eu não era uma pessoa estranha ou alguém de fora, eu era um piá¹ do lugar que estava estudando fora, aquele que participava dos cultos aos domingos. Para realizar os campos, saía de manhã de casa e voltava à noite. Foram inúmeros dias aplicando questionários, anotando em diário de campo, realizando entrevistas, mas, sobretudo, conversando com aquelas pessoas que sempre fizeram parte da minha vida, de uma forma ou outra, colegas de ônibus da escola, de sala de aula, de catequese.

Durante todo o trabalho, a grande inquietação dos faxinalenses, inclusive dos meus familiares, era com relação à geração de renda, já que não há emprego no lugar, o que obriga os homens de todas as idades irem para as “firmas”, em busca de condições econômicas melhores e as mulheres ficarem nas propriedades. Ao concluir o mestrado, um dia após a defesa, fui levar um membro da banca para conhecer um faxinal. Chegamos lá e uma das primeiras conversas com uma faxinalense me deixou mais inquieto, pois, segundo ela, “precisamos achar uma forma que nossos filhos não precisem irem trabalhar nas obras e deixem as famílias aqui”. Isso me inquietou porque fui sujeito desse processo. Quantas vezes meu pai não estava em casa e somente o via cada mês, pois estava no trecho.

Todas essas inquietações me levaram a propor o projeto de doutorado, agora de maneira mais ampla, sobre os faxinais de Pinhão, sobretudo pelo fato da inquietação da geração de renda. Mas, ao longo desse período, um fato trágico aconteceu: no dia 01 de dezembro de 2017, uma ação de reintegração de posse de forma violenta, na comunidade de Alecrim, na qual agricultores tiveram seus locais de vida destruídos, o que incluía suas casas, igreja e posto de saúde. A cena das retroescavadeiras – cercada por um enorme aparato policial – derrubando tudo, em especial a igreja, inquietou-me e tirou meu sono, pois juntamente com aquela ação de reintegração de posse havia mais algumas e que acabariam com a vida, projetos, anseios e sonhos de quase 1/3 da população do município de Pinhão, muitos desses que vivem como posseiros em Sistema Faxinal.

Essas ações envolveriam meus familiares, vizinhos, amigos, conhecidos, todos seriam atingidos de alguma forma. Esse aparente desespero que me envolveu, envolveu a população de Pinhão de maneira geral, porém foi um momento que, em meio à dor e a desorientação do que estava acontecendo, é que os laços de solidariedade tornaram-se mais fortes, a memória de um passado de lutas voltou e a população organizou-se para cobrar que outras ações de reintegração não acontecessem.

¹ Piá é expressão utilizada para se referir a meninos.

A situação ainda continua bastante delicada, o medo ainda cerca muitos em Pinhão, mas as populações mantêm viva a esperança de permanecer na terra. Esperança essa que é de longa data, que passou por diversas tentativas de silenciá-la, seja por meio das armas dos guardas /jagunços, ou de ações judiciais.

Portanto, acredito que as resistências faxinalenses passam pela sua capacidade de permanecer na terra, adaptando-se às diferentes investidas de expropriação. Essa resistência tem base na sua tradicionalidade, sua forma de viver, de conceber o mundo. Para isso, tomo como exemplo minha avó que, desde a década de 1980, estava num processo de usucapião das terras onde vivemos e que, após 30 anos, conseguiu enfim sua titulação. É essa a esperança que move os povos de faxinais de Pinhão, uma esperança que é longa e que leva a permanência desse modo de vida centenário nas florestas com araucária do Paraná, ou, como diz um cântico popular (Cícero Alencar / Norival De Oliveira, 2000):

“Somos gente da esperança
Que caminha (...)
De mãos dadas a caminho
Porque juntos somos mais,
Pra cantar o novo hino
De unidade, amor e paz!”

|

INTRODUÇÃO

Os processos de modernização da agricultura, juntamente com políticas de povoamento do Paraná, provocaram uma série de transformações e conflitos no campo. Nas áreas de floresta, sobre o pretexto de uma ocupação efetiva do território, justificou-se o desmatamento e, sobretudo, a expropriação de diversos camponeses que viviam como posseiros, de forma tradicional, em Sistema Faxinal². Diante das bases materiais e ideológicas pautadas na acumulação de capital sobre as quais se desenvolveram esses processos que redefiniram o campo, é importante compreender como os territórios ocupados por povos de faxinais têm se transformado e como esses povos têm resistido.

O Sistema Faxinal³ faz parte de uma construção histórica e geográfica que perdura no Paraná, durante os últimos três séculos (BARRETO, 2014), com concentração nas mesorregiões Centro Sul e Sudeste do estado, cuja formação está condicionada ao quadro físico-natural da região (floresta com araucária), com um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, que remontam, de forma indireta, aos tempos da atividade pecuária dos Campos Gerais, no século XVIII, e, mais diretamente, à atividade ervateira, na região da floresta com araucária, no século XIX e XX (CHANG, 1988). Já o termo faxinal é utilizado, via de regra, para designar um tipo de vegetação.

Essa organização camponesa pode ser entendida a partir da ocupação e uso das terras de forma tradicional, de pastagens comunitárias, florestas e entornos, que designam situações em que a produção familiar camponesa, de acordo com suas possibilidades, combina apropriação privada e coletiva dos recursos naturais que são exercidos de maneira livre e aberta, conforme normas específicas, definidas pelo grupo⁴ (SAHR, 2008; GOMES, 2012;

² Quando tratamos dos sujeitos do campo, é importante lembrar que essas identidades são abertas, conforme vistas no trecho inicial em que o camponês é, ao mesmo tempo, posseiro e que vive de forma tradicional.

³ Este trabalho desenvolve-se levando em consideração o entendimento dos Faxinais enquanto sistema, não como um modo de produção, mas como uma forma de organizar a produção, que se reproduz no interior de modos de produção diversos. É nesse sentido que se entende o Sistema Faxinal como uma fração do campesinato, que apresenta organicidade específica, caracterizada pela criação animal à solta, em criadouros comunitários e de Floresta com Araucária, pela agricultura de sustento (optou-se por preservar o termo utilizado pelos povos de faxinais para designar a agricultura que praticam, uma agricultura pautada no sustento da família, cujo excedente é comercializado) desenvolvida nas terras de plantar por aqueles que ainda dispõem delas, ou dentro dos próprios criadouros por aqueles que não a possuem, onde as lavouras são cercadas para impedir a entrada dos animais, ou seja, preserva-se a lógica da criação animal à solta e das lavouras cercadas, além do extrativismo da erva-mate e do pinhão, e pelo modo de vida característico, baseado nos laços de solidariedade e compadrio.

⁴ Essas normas, em alguns casos, são definidas na convivência diária e não são documentadas. Porém, existem as normas documentadas por meio dos acordos comunitários, nos faxinais que estão organizados politicamente.

HAURESKO, 2012). O Sistema Faxinal é marcado pela existência de criadouros comunitários (em que a propriedade é particular), onde são criados animais à solta, que circulam livremente, mantidos através dos vínculos de solidariedade e compadrio, e, em alguns casos, da existência das terras de plantar, que são de apropriação familiar, onde se desenvolvem as atividades agrícolas.

O camponês habitante do faxinal é o faxinalense, porém se trata de uma questão de autodenominação⁵ a partir de identidades específicas. A identidade faxinalense é entendida por meio dos seus aspectos territoriais, como condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver. Esse modo de viver dá-se pelo uso comunitário das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com conservação ambiental, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural (PNCS, 2008).

O território faxinalense⁶ é entendido como espaço de identidade e se revela nas crenças e atitudes, onde cada indivíduo manifesta-se condicionando, organizando e dinamizando de forma espacial cada território. Identidade é, aqui, entendida como conceito complexo e ambíguo, pois envolve experiências relacionadas ao coletivo e está sempre em

⁵ Muitos eram os questionamentos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa e um deles era à respeito de quando e por que o camponês que vivia em sistema faxinal diluído em diferentes categorias do campesinato (posseiro, colono, lavrador, pequeno agricultor, agricultor familiar etc.) passava a se autodenominar como faxinalense ou povo de faxinal. O processo de retomada de uma identidade faxinalense está relacionado à luta por reconhecimento político a partir de aspectos e traços desses povos que garantem sua existência a partir da reprodução de um modo de vida em territórios específico. Diante disso, e com base nas discussões de Acselrad (2013), apresenta-se que, nos anos de 1980, diversas comunidades rurais negras tinham a particularidade de serem camponesas. O que era particularidade nos anos de 1980 passou a ser um adjetivo que definia tais comunidades. Mas, entende-se que esse processo só vai acontecer, no caso dos faxinais, décadas mais tarde, e que vai culminar com o primeiro encontro dos Povos de Faxinais do Paraná, realizado em 2005, na cidade de Irati. No caso dos faxinais, ganham notoriedade os camponeses que viviam em forma de sistema faxinal, dispersos por todo o estado, em ambiente de Floresta com Araucária e, no caso de Pinhão, aqueles camponeses que viviam em posses, na forma de sistema faxinal. Para além de argumento teórico, a autodenominação envolve também o comprimento previsto na legislação, que garante aos povos auto identificarem-se para decidirem o que impacta em seus territórios. A obrigação vem pela Convenção 169 da OIT, a qual está recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e, portanto, detém o caráter de norma “supralegal”. No artigo 215, a Constituição determina que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais. E como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira inclui, dentre outros, suas formas de expressão e seus modos de criar, fazer e viver (art. 216, i e ii). Além disso, o Art. 14 da Convenção 169 assevera o seguinte em termos de dominialidade e direitos territoriais: “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. O Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A PNPCT tem por objetivo específico promover o citado “desenvolvimento sustentável”, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Também o respeito e valorização da identidade de povos e comunidades tradicionais, bem como de suas formas de organização e de suas diferentes instituições (NETO, 2007).

⁶ Cada território faxinalense é único e, mesmo dentro de um mesmo município, apresenta características diferentes. Isso aumenta na comparação com faxinais de regiões diferentes. Outro fato está relacionado a sua origem (eslava ou cabocla), como destaca Hauresko (2012).

construção e, por ser fonte de significado e experiência de um povo, tem suportes históricos, geográficos, biológicos, religiosos e da memória coletiva expressos num modo de vida tradicional, que tem por base a tradicionalidade⁷, que é dinâmica, mudando de acordo com as necessidades do grupo, que tem costumes em comum⁸.

As identidades agem como elemento de resistências e podem evocar as diferentes iconografias frente às circulações. Os conceitos de iconografia e circulação são usados pelo geógrafo Jean Gottmann para explicar as relações internas e externas dos estados-nações, colocando em discussão a relevância do simbólico (iconografias) frente aos processos de transformação (circulação), que, nos estudos de Gottmann, voltam-se para as questões político-econômicas em maior escala, mas que se mostram eficientes quando aplicados em uma escala menor, como desta pesquisa.

No caso dos faxinais, as iconografias são evocadas como instrumento de resistência frente às circulações, que agem por meio de diferentes frentes de acumulação de capital, gerando uma série de conflitos, sobretudo na apropriação social do território e da paisagem, levando os povos de faxinais a criarem diferentes formas de existir/resistência e novas territorialidades, ou seja, os povos de faxinais recriam-se a partir de um conjunto de processos transformadores do sistema, o que, não necessariamente, pode ser tomado como extinção do faxinal, mas como novas formas de organização.

Embora muitas de suas práticas tenham sido impossibilitadas em virtude das circulações, algumas permanecem e outras foram redimensionadas, criando padrões territoriais, que se diferenciam, muitas vezes, daquele aceito pelo Estado e defendido por parte dos pesquisadores, sobretudo quando se concentram basicamente no aspecto histórico-econômico e na tendência de reduzir a classificação dos faxinais a um sistema muito bem definido a partir de criadouros comunitários, desconsiderando, assim, as outras dimensões do território.

⁷ Tradicionalidade evoca movimento, adaptações e transformações para resistir aos diferentes processos desintegradores. Ela é marcada por uma lógica própria, organizada de forma diferenciada daquela utilizada pela sociedade envolvente e age como continuidade, uma vez que, para Porto (1998), a tradição precisa ser simultaneamente flexível o suficiente para responder às modificações ocorridas, estabelecendo vínculos entre o passado e o presente.

⁸ “Costumes em comum” é uma expressão usada por Thompson (2004) para referir-se à emergência de uma consciência política e de uma cultura plebeia rebelde, que buscava nos costumes e na tradição a legitimidade das suas lutas para afirmação de determinadas formas de direitos consuetudinários, e que lutavam contra as formas de acumulação do capital expressas no cercamento das terras comuns, no trabalho disciplinado e etc., que se buscava impor na Inglaterra do século XVIII.

Os trabalhos que se baseiam nos aspectos histórico-econômicos têm como fundamentação o realizado por Chang, no ano de 1988, no qual caracteriza o Sistema Faxinal pelos componentes econômicos da criação animal, da produção agrícola e do extrativismo da erva-mate (CHANG, 1988). Para Souza (2009), essas condições foram situacionais, mas, durante as últimas duas décadas, surgiram vários processos de reorganização social, ou uma nova territorialização, implicando em uma nova unidade sociocultural, que levou os faxinalenses a se mobilizarem em prol de suas práticas tradicionais, evocando as iconografias a fim de resistir no território, “[...]redesenhando de acordo com as possibilidades que dispõe [...]” (SOUZA, 2009, p.47).

Nesta pesquisa, não se entende o Faxinal apenas no sentido restrito da presença do criadouro comunitário, mas como um sistema que se recriou ao longo das últimas décadas e, ao invés de se desintegrar totalmente, criou novas territorialidades, ou se (re) territorializou. Assim, procura-se entender o processo histórico em que os povos de faxinais estão imersos, que (quais) história (ias) são essas? Como as circulações afetaram os povos de faxinais, definindo-lhes um novo território e exigindo transformações e adaptações internas significativas? Como os povos de faxinais perceberam as transformações e orientaram suas estratégias de adaptação e resistência?

Assim, esta pesquisa tem como perspectiva de análise os conflitos e como os povos de faxinais de Pinhão têm encontrado diferentes formas de resistência/existência. Todavia, para se entender os conflitos atuais, é necessário retomar os conflitos históricos, originários do processo de ocupação do estado, marcados pela expulsão de povos que viviam de forma tradicional, pelos processos de falsificação de documentos e pelos conflitos decorrentes do avanço das frentes econômicas de ocupação, em especial da madeira e, atualmente, do agronegócio.

Para se chegar aos conflitos atuais, buscou-se analisar os conflitos no rural paranaense, evidenciando as semelhanças com os ocorridos em Pinhão, especialmente a partir da chegada da madeireira Zattar, na década de 1950, e que se acentua na década de 1970, chegando ao auge nas décadas de 1980 e 1990, e como têm se configurado os conflitos atuais frente às tentativas de monopolização do território através das diferentes formas de circulação e de acumulação do capital.

Os conflitos expostos são importantes para estabelecer conexões e relações da forma como o Estado financiou o processo de expropriação de milhares de camponeses e fez vistas grossas a outros conflitos e, atualmente, é marcado pelo descaso na resolução de problemas de reconhecimento territorial. Ao chegarem a pontos extremos, os conflitos levaram os povos de

faxinais a se organizarem politicamente e resistirem, planejarem e retomarem seus territórios dos quais foram expulsos, manterem práticas tradicionais, buscarem alternativas para a permanência na terra, resistindo à monopolização do território por um modelo hegemônico, que gera ou aumenta as desigualdades.

Dessa forma, o processo histórico em que o camponês faxinalense está inserido é a sua formação histórico-geográfica, em especial do Paraná. Não se quer apresentar apenas uma visão reducionista e limitada, contada a partir da história oficial de ocupação do estado, porém essa se faz importante para compreender como emergiu o Sistema Faxinal enquanto campesinato com características próprias.

O processo de exploração econômica do território do estado do Paraná deu-se de forma lenta e descontínua, por meio de ciclos voltados à exportação, baseados em uma atividade principal, condutora da economia, concentrada nos recursos naturais disponíveis. Seu declínio e consequente desaparecimento acarretavam em períodos de estagnação relativa, até o desenvolvimento de uma nova atividade que desse início a um novo ciclo, aproveitando muito pouco, ou quase nada, do ciclo anterior (PADIS, 1981; WACHOWICZ, 2002).

A exploração por meio dos ciclos econômicos avançou para o interior do Paraná, no sentido leste para oeste, iniciado pela busca do ouro no litoral e o desenvolvimento de outras atividades nas regiões de planalto, principalmente em decorrência da pecuária, nas regiões dos Campos Gerais, de Curitiba e Guarapuava. Após o declínio da atividade campeira, as áreas de floresta com araucária passaram a ganhar nova conotação econômica, especialmente em virtude da extração da erva-mate e da madeira.

A Região Centro-Sul do Paraná, com imensas reservas florestais, passou a ser área de intensa exploração madeireira, a partir da década de 1940, consolidando as desigualdades, a concentração de renda, a degradação ambiental e inúmeros conflitos, principalmente pela desapropriação de povos que viviam de forma tradicional. É nesse contexto que a realidade do município de Pinhão modificou-se e será analisada, no decorrer do trabalho, dentro da formação territorial do Paraná.

O que, atualmente, se percebe é um reflexo de um processo histórico de luta na/pela terra e por preservação de suas identidades. Independente da sua condição social e de posse da terra, com ou sem título, natural do município do Pinhão ou descendentes de famílias que vieram de outros lugares para o município, os povos de faxinais possuem um modo de ser e estar nesse território e que dá características singulares aos faxinais situados em Pinhão (CORREIA, 2015).

Nesse cenário, o desenvolvimento deste estudo justifica-se, pois compreender a realidade dos territórios faxinalenses no Município do Pinhão, suas transformações e permanências na dinâmica do espaço rural paranaense voltado para o agronegócio é um tema recorrente e relevante no contexto atual e, portanto, merece reflexões de cunho geográfico.

Parte-se da hipótese central de que os territórios faxinalenses são dinâmicos e, assim, criam novos territórios e territorialidades, ou seja, novas geografias, não estando fadados à extinção, mas a novos padrões territoriais, redimensionando os antigos territórios, muitas vezes em territórios de uso comunitário menores, permanecendo os princípios básicos e, assim, garantindo uma série de especificidades a esses camponeses. Para isso, serão utilizados dois estudos de caso, no Faxinal dos Ribeiros e no Faxinal São Roquinhos, situados em Pinhão.

Buscando contribuir com a discussão sobre o Sistema Faxinal no estado do Paraná, principalmente aqueles em que os povos de faxinais vivem em situação de apossamento em áreas litigiosas, sem a pretensão de preencher todas as lacunas existentes, analisam-se os territórios de faxinais em Pinhão PR para compreender os fatores que permitiram a sua permanência e avaliar os fatores conflitantes que provocaram rupturas, alterando marcadamente sua dinâmica. Assim, objetiva-se identificar os diferentes processos de (des) territorialização das comunidades faxinalenses e compreender a relação entre os conflitos e as resistências das comunidades de faxinais, no Município de Pinhão PR.

Os questionamentos vão no sentido de entender quais as formas de resistência (s) criadas pelos povos de faxinais perante os processos transformadores. Como tem se configurado a dinâmica territorial dos faxinais no Município do Pinhão? Quais as especificidades dos faxinais desse Município? Como os povos de faxinais têm mantido práticas tradicionais e como essas se manifestam nos territórios?

Para isso, utilizaram-se de métodos qualitativos de pesquisa, como anotações em diário de campo, observações, entrevistas semiestruturadas e entrevistas narrativas. A pesquisa qualitativa tem como foco de estudo os processos vivenciados pelos sujeitos, construída a partir do seu quadro referencial, cabendo ao pesquisador decifrar seu significado, não apenas descrever os comportamentos (QUEIROZ et al, 2007). Tem-se, na pesquisa qualitativa, a problemática do tema como eixo norteador, pois é através da formulação do problema e da base empírica que será fomentada a busca de um corpo teórico, que deve orientar e contextualizar o objeto de estudo no tempo e no espaço (PESSÔA, 2012).

Desse modo, no diário de campo, registraram-se as observações, as informações e, principalmente, o convívio com as comunidades. As observações tiveram por objetivo

delinear etapas de estudo e tornar perceptíveis elementos que, muitas vezes, não ficam evidentes nas entrevistas e em outras técnicas de obtenção de dados. As entrevistas narrativas não têm um modelo estruturado, mas permite-se que os faxinalenses contem suas histórias a partir de um ponto lançado pelo pesquisador, nesse caso, os conflitos e a permanência na terra. Já com as entrevistas semiestruturadas, buscou-se conhecer as comunidades para além dos conflitos. Portanto, os relatos colhidos nas entrevistas irão aparecer ao longo dos capítulos para evidenciar os processos vividos pelos povos de faxinais de Pinhão.

Todo o conjunto da pesquisa é guiado pelo entendimento do território como formado por relações de conflito, que se manifestam nos processos de formação territorial. Dessa forma, partindo da formação territorial do Paraná e dos inúmeros conflitos oriundos dos ciclos econômicos e das frentes de ocupação, pretende-se evidenciar as particularidades dos territórios de floresta com araucária, especialmente os ocupados tradicionalmente pelos povos de faxinais. Portanto, os conflitos são concebidos como método interpretativo e chave de interpretação da realidade e perpassa todos os capítulos.

Assim, organizou-se este trabalho em três capítulos: um primeiro, histórico, que busca situar os processos de ocupação do estado, o desenvolvimento do modo de vida tradicional em áreas de floresta com araucária e as tentativas de conceituar e explicar o Sistema Faxinal. Além de demonstrar como os diferentes ciclos econômicos alteraram a relação com as áreas de floresta, principalmente em decorrência do avanço das frentes de ocupação, que geraram inúmeros conflitos agrários, e das tentativas de monopolização dos territórios atualmente. Essas reflexões ajudam a compreender as especificidades dos faxinais do Município de Pinhão e, assim, apresenta-se a problemática de pesquisa.

O segundo capítulo busca operacionalizar cientificamente a compreensão do Sistema Faxinal, a partir da seleção do conceito de análise: o território, por meio da identidade e das territorialidades, partindo das concepções de Haesbaert (2004, 2014, 2017), Saquet (2013), Souza (2013), Hall (2005), Castells (1999) e Cruz (2006), procurando demonstrar como a dinâmica territorial produz diferentes tipos de resistências, sejam elas cotidianas ou coletivas e, por fim, apresenta-se uma proposta de análise territorial a partir dos conceitos de circulação e iconografia, que foram usados de forma operacional, para explicar as mudanças (circulações) e transformações, e as permanências (iconografias) e resistências desses povos em seus territórios.

O terceiro capítulo é analítico e apresenta o estudo de caso, realizado nas comunidades de Faxinal dos Ribeiros e São Roquinho, no Município de Pinhão, evidenciando como as circulações transformaram a dinâmica territorial desses faxinais e como têm buscado, a partir

das iconografias, resistir e permanecer na terra. As circulações oriundas da chegada de madeiras, gente de fora e do agronegócio fizeram com que os povos de faxinais desenvolvessem novas relações territoriais, redimensionando suas práticas, formando novos padrões territoriais, adaptando as territorialidades às diversas circunstâncias, como mangueirões, e que buscam, a partir das iconografias, manter práticas tradicionais e resistirem nos territórios, alvos de disputa desde a década de 1970, carentes de reconhecimento territorial.

Conclui-se o trabalho destacando toda a dinamicidade dos faxinais e que as diferentes formas de circulação geraram inúmeros conflitos, redimensionando as práticas tradicionais, que, contudo, permanecem vivas, uma vez que os povos de faxinais têm resistido em seus territórios, transformando a realidade e, assim, constituindo verdadeiros territórios de esperança.

CAPÍTULO 01: A LITERATURA E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Finalmente, cremos que podemos sugerir que, se mantido esse ritmo de transformação analisado e desenvolvido nesse trabalho, cremos que dentro de 10 ou 12 anos, o sistema faxinal não mais fará parte do setor produtivo rural no Paraná, e sim será lembrado, talvez, como parte da história da agricultura desse Estado (CHANG, 1988, p. 109).

1.1- Introdução

O processo de ocupação do estado do Paraná deu-se por meio de diferentes ciclos econômicos, baseados em uma atividade principal, condutora da economia e concentrada nos recursos naturais disponíveis (ouro, campos naturais, erva-mate, madeira). Esses ciclos não ocorreram linearmente, mas de forma concomitante e geraram uma série de conflitos, uma vez que o território era ocupado por diferentes povos, entre eles, os que viviam como posseiros em Sistema Faxinal.

Esses conflitos, decorrentes dos processos de modernização da agricultura, do extrativismo florestal, juntamente com políticas de povoamento nas áreas de expansão das frentes pioneiras, muitas vezes, aconteceram com consentimento do Estado, utilizando de práticas comuns de falsificação de documentos e expulsão de diversos povos, que buscaram diferentes formas de resistir e permanecer em suas terras.

No caso dos povos de faxinais, os conflitos envolveram indústrias madeireiras, que, através de concessões de terras, exploraram os ambientes de floresta com araucária e, após, a diminuição dos recursos madeireiros, passaram a desenvolver outras atividades, inserindo, nesses territórios, lógicas diferenciadas. Atualmente, essas áreas são fronteiras das tentativas de monopolização do território por meio das diferentes frentes de acumulação capitalistas, principalmente do agronegócio de monocultivos. Dessa forma, entender os conflitos faz-se necessário para analisar a dinâmica territorial dos territórios de Faxinais situados no Paraná.

O Sistema Faxinal tem sido debatido em pesquisas nos últimos trinta anos. Essas pesquisas perpassam uma variedade de temáticas, desde suas origens, a própria conceituação de Sistema Faxinal, as tentativas de quantificar os existentes no estado e sua distribuição espacial, bem como analisar as transformações ocorridas. Nesses aspectos, chama-se atenção para os faxinais da Mesorregião Centro Sul do Paraná, especialmente os situados no Município de Pinhão, que têm uma situação diferenciada, pois são áreas de posse que envolvem processos litigiosos com madeireira.

Assim, para o desenvolvimento deste capítulo, utilizou-se de revisão de literatura sobre o processo de ocupação do estado do Paraná e os fatores que levaram ao surgimento do Sistema Faxinal. Em seguida, buscou-se realizar a conceituação do entendimento sobre o Sistema Faxinal, partindo dos estudos clássicos de Chang (1988), daquilo que o Estado reconhece como Faxinal e da própria concepção dos povos de faxinais. Na sequência, realizou-se o levantamento do Estado da Arte na literatura sobre os Faxinais do Paraná e, na última parte, atentou-se para o município de Pinhão e suas especificidades, e a construção da problemática de pesquisa.

1.2- O processo de ocupação do estado do Paraná e o surgimento do Sistema Faxinal

Padis (1981) e Wachowicz (2016) explicam o processo de ocupação do estado do Paraná a partir dos grandes ciclos econômicos. Padis (1981) apresenta que a evolução econômica dos países latino-americanos deu-se por meio de ciclos voltados à exportação, ou seja, baseados em uma atividade principal, condutora da economia, concentrada em recursos naturais disponíveis. Seu declínio e conseqüente desaparecimento acarretavam em períodos de estagnação relativa, alongando-se até desabrochar em uma nova atividade que desse início a um novo ciclo, aproveitando muito pouco, ou quase nada, do ciclo anterior. O autor ainda destaca que esses períodos de estagnação são importantes porque favorecem o desenvolvimento de atividades marginais voltadas ao sustento.

A busca por riquezas minerais pelos povos europeus fez vigorar a ideia de que a posse efetiva da terra não se dava pelo seu simples descobrimento, mas por sua ocupação econômica. A ocupação do território que, hoje, constitui o estado do Paraná deu-se por um processo inicialmente muito lento e bastante descontínuo. A economia desenvolveu-se baseada no extrativismo, primeiro de metais preciosos (ouro), depois da erva-mate e da madeira e na exploração dos recursos naturais (campos), por meio do sistema campeiro (PADIS, 1981; WACHOWICZ, 2016).

O ciclo da mineração do ouro, no Paraná, ficou restrito à Região Litorânea, principalmente Paranaguá, sendo que o Primeiro Planalto⁹ era formado por uma população escassa de fazedores de ouro, que desenvolviam agricultura de sustento e pecuária. O litoral

⁹ Para Mack (1947), cinco paisagens naturais podem ser distinguidas no estado do Paraná: 1- O litoral; 2- A Serra do Mar; 3- O Primeiro Planalto, ou Planalto de Curitiba; 4- O Segundo Planalto, ou Planalto de Ponta Grossa e 5- O Terceiro Planalto, ou Planalto de Guarapuava. Essas paisagens são determinadas por escarpas de falhas e serras marginais, como também pelos degraus estruturais.

era estratégico para o escoamento das riquezas naturais. Com a descoberta do minério em Minas Gerais, houve evasão de mineiros e o isolamento dessa região (GOMES, 2012).

Porém, com a carência de abastecimento da região central do país, o Primeiro Planalto paranaense, privilegiado pelos campos nativos limpos, passou a fazer parte do circuito interno de exportação de alimentos. A população que estava concentrada no Primeiro Planalto e que já desenvolvia as atividades na agricultura e pecuária, impulsionada pelo aumento do mercado consumidor de gêneros agrícolas e carne em São Paulo e Minas, promovem a expansão da pecuária para os Campos Gerais, no Segundo Planalto (CHANG, 1988).

A Região dos Campos Gerais¹⁰ era propícia ao desenvolvimento da atividade por suas condições físico naturais. Com a abertura do caminho de Viamão¹¹, as pastagens, além de criatório, passaram também à função de invernagem e, assim, foram formadas vilas, como Castro, Palmeira e Ponta Grossa (GOMES, 2012). A passagem das tropas de cavalos e mulas criou uma nova fonte de renda para os fazendeiros do Paraná (CHANG, 1988).

Dessa forma, a pecuária foi se constituindo como o processo responsável pela ocupação do interior do estado, que, durante muito tempo, manteve-se apenas no litoral. Com isso, deu-se início a formação da sociedade campeira, responsável pelo comércio e transporte de gado do Rio Grande do Sul à Região das Minas, ou para revenda, na Feira de Sorocaba (CHANG, 1988; GOMES, 2012; WACHOWICZ, 2016). Ou seja, essa atividade só ganhou nova dimensão nos últimos anos do século XVII, em resposta à descoberta do ouro em Minas Gerais.

O principal problema enfrentado pela região aurífera era o dos transportes. O único meio de transporte possível era no lombo dos animais, daí o aumento na demanda por animais. Nesse sentido, como lembra Chang (1988), o tropeirismo desempenhou importante papel na organização econômica e espacial do Paraná, propiciando o desenvolvimento do comércio e a consolidação das grandes fazendas de gado, que representavam o domínio político da época.

O caráter extensivo da pecuária bovina e a queda na produtividade dos campos do Primeiro e Segundo Planalto projetaram a ocupação em direção a oeste, para os Campos de

¹⁰ Os campos naturais manifestam-se, na região Sul, em altitudes que variam de 600 a 2000 metros, com uma vegetação formada por campos limpos, permeados de galerias e capões de floresta, com predomínio de espécies rasteiras e arbustivas, que crescem sobre um solo raso, com elevada incidência de vento. No Paraná, essa cobertura vegetal abrangia uma área de 8,4% do estado.

¹¹ O caminho de Viamão, ou Estrada das Tropas, partia de Viamão, no Rio Grande do Sul, chegando a Sorocaba, em São Paulo, passando por imensas áreas de floresta, o que dificultava o percurso.

Guarapuava e Palmas, no Terceiro Planalto. Em 1770, realizaram-se as primeiras expedições com o intuito de ocupar os campos de Guarapuava e, em 1771, rezou-se a primeira missa na região, fundando-se um forte por Afonso Botelho¹². Porém, essa posse foi apenas de caráter simbólico, uma vez que essa expedição foi interdita pelos indígenas¹³, que impuseram resistência à ocupação, matando parte da diligência. A incursão definitiva deu-se nos primeiros anos do século XIX, impulsionada por fazendeiros e pecuaristas, que pretendiam expandir as áreas de pastagem dos Campos Gerais aos de Guarapuava (GOMES, 2012).

Com a chegada de Dom João VI, de Portugal¹⁴, esses interesses, atrelados ao objetivo da coroa de consolidar seu território a oeste, contribuíram para que as primeiras medidas fossem tomadas, começando pela Carta Régia, de 05 de novembro de 1808, que determina a ocupação dos Campos de Guarapuava. Com essa carta, Dom João autoriza deliberadamente a dizimação dos indígenas e legitima sua escravidão¹⁵. Há, por parte da coroa, a intenção de determinar a ocupação do solo, que, naquele momento, era insuficiente para atender à demanda do crescente mercado consumidor interno.

Em abril de 1809, nova carta régia¹⁶ foi publicada, desautorizando a dizimação indígena, explícita na anterior. Foi formada, naquela ocasião, uma junta especial da Real Expedição de Conquista de Guarapuava, que tinha “a missão de civilizar e catequizar os índios selvagens”, partindo, assim, em 1809, e chegando 10 meses depois aos campos de Guarapuava, devido às dificuldades encontradas na locomoção, principalmente, na superação da Serra da Esperança, no limite do Segundo para o Terceiro Planalto paranaense, que, além de acidentada, era coberta por densas matas, que aumentavam os riscos de prováveis ataques

¹² Afonso Botelho foi tenente coronel e organizou, aproximadamente, 11 expedições luso-portuguesa com o intuito de desbravar os sertões paranaenses.

¹³ A ocupação do oeste do Paraná, o que inclui a região de Guarapuava, não ocorreu sem confrontos, principalmente entre indígenas e portugueses. Essa região era ocupada pelos indígenas Kaingang e Votorões, que habitavam Candói, Pinhão e Palmas (MARCONDES, 1998).

¹⁴ Dom João VI transferiu a corte portuguesa para o Brasil em 1808.

¹⁵ D. João VI, por meio da Carta Régia, declarou guerra aos índios botocudos, justificando resistência ao processo de dominação português, mas o que, na verdade, se observa é o interesse marcante da Coroa Portuguesa em fixar a moradia de colonos nas terras.

¹⁶ Embora tivesse esse viés, o conteúdo da Carta Régia, de 1º de abril de 1809, manda fazer guerra ofensiva para aterrar e subjugar os índios, quer pela tropa, quer por bandeiras e, ao mesmo tempo, recomenda a intervenção de religiosos que catequize, batizem e instruem os índios. As estratégias de defesa dos índios perante essa legislação eram os ataques constantes aos moradores, bem como as fugas para os sertões (GILENO, 2007).

indígenas. Com o estabelecimento da real expedição, foi realizado o loteamento das sesmarias, destinando áreas de floresta e de campos para os sesmeiros (GOMES, 2012).

Os campos, enquanto recursos naturais, tiveram vários papéis na sociedade campeira, tais como: ofereciam naturalmente o recurso para criação e invernagem do gado e dos muare, permitiam a integração regional das áreas economicamente dependentes da economia colonial, e depois da imperial, possibilitaram a exploração de novas áreas no interior, com acesso fácil à ocupação e com relativa segurança aos ataques indígenas e integraram os caminhos que conduziam as tropas do Rio Grande a Sorocaba. Esses espaços foram fundamentais para o processo produtivo, pois, além de alimento natural que forneciam ao gado, caracterizavam-se por relevos, quase sempre, suaves, além de serem de pouca frequência de índios (GOMES, 2012).

Com a expansão da sociedade campeira dos Campos Gerais e a busca por novos caminhos de acesso às estâncias do sul, seria uma alternativa a Estrada da Mata, que era um trecho de, aproximadamente, 300 quilômetros de floresta com araucária, entre Lajes, em Santa Catarina, e Lapa, no Paraná. A travessia dessa área florestal era a parte mais delicada do trajeto, pois as características da área contribuíam para que os tropeiros sofressem constantes ataques dos índios Botocudos, que habitavam a região, além da perda de animais por morte na travessia dos rios, picadas de cobras e quedas em precipícios, que eram constantes (PADIS, 1981; GOMES, 2012; WACHOWICZ, 2016). Portanto, a abertura de um novo caminho por áreas de campos seria de grande valia ao sistema tropeiro. Foi nesse contexto que, em 1816, foi aberto o caminho das Missões e, com isso, o descobrimento dos Campos Novos, de Santa Catarina, e dos Campos de Palmas, no Paraná. Esse caminho, em 1844, tornou-se a Estrada das Missões.

Com a abertura da estrada das Missões, juntamente com a representatividade política dos fazendeiros e membros da sociedade campeira, que buscavam ampliar as áreas de campos a oeste da Região de Guarapuava, ocupou-se a região de Palmas. Os campos dessa região, juntamente com os de Guarapuava, funcionavam como recuperadores dos animais vindos do Rio Grande do Sul, que perdiam peso e, conseqüentemente, valor de mercado, com a longa distância e com os obstáculos naturais. Por isso, as fazendas de Guarapuava e Palmas constituíam não só em criatórios, mas também invernagem (GOMES, 2012).

As famílias fazendeiras, no domínio de seus campos, criaram uma economia quase autossuficiente. Os fazendeiros apoiavam-se no trabalho e no auxílio dos agregados, contudo, a mão de obra principal era de escravos índios e negros. A agricultura de sustento era realizada nas áreas de mata, predominantemente, pelos agregados e escravos, destacando-se a

produção de milho, feijão, mandioca e a criação de animais de pequeno porte, como porcos, dos quais reservavam banha e carne (GOMES, 2012).

Diferentemente da tese defendida por Tavares (2008), que nega a existência de agregados nas fazendas de criação de gado do Paraná, a historiografia regional (ABREU, 1986; MARCONDES, 1998; VECCHIA, 2000; LEITE, 2006) defende a presença deles, fato esse que leva a destacar o importante papel que teve na formação e desenvolvimento dos faxinais no Terceiro Planalto.

Os agregados eram homens e mulheres livres, mas dependentes dos fazendeiros. Estavam presentes em todos os planaltos e, segundo Chang (1988), dispersos pela grande propriedade ou nos confins dela, vivendo como posseiros, praticando apenas a lavoura de subsistência e criando alguns poucos animais em terra que não eram sua e desempenhando diversas funções: capatazes, capangas, feitores. Geralmente, eram reconhecidos como camaradas (GOMES, 2012).

Tinham apenas a posse da terra onde erguiam seus ranchos e realizavam suas roças, com o consentimento do fazendeiro. Se não possuíam nenhum laço familiar, o vínculo era estabelecido pelo compadrio¹⁷. Os agregados integravam, na sua maioria, a atividade ervateira, estabelecendo-se nas fazendas de ervais, reproduzindo a mesma relação estabelecida com os fazendeiros de gado. Com a abolição do escravismo, o agregado assume novas funções, substituindo os escravos. A relação social tradicional do Brasil, senhor-escravo, passou a ser a de patrão-camarada, que eram, em geral, caboclos, o que não exclui negros (VECHHIA, 2000).

O modo de vida caboclo está presente em todo o Brasil¹⁸, relacionando-se ao indivíduo que detém produção agrícola de subsistência e habita na floresta, com uma vida fundamentada na pesca, coleta e caça (MONDARO, 2008). No caso da floresta com araucária, nos estados do Paraná e Santa Catarina, os caboclos viviam à margem dos latifúndios campeiros dos campos naturais, desenvolvendo agricultura de subsistência, criação de animais à solta,

¹⁷ Através do batismo, criava-se um laço no qual o afilhado devia obediência ao padrinho, como segundo pai. Uma relação social que vincula os filhos dos caboclos, de forma que esses permanecessem nas fazendas, devendo obrigações ao fazendeiro (GOMES, 2012).

¹⁸ Lima (1999), ao analisar a construção histórica do termo caboclo, no meio rural amazônico, apresenta que esse é uma categoria de classificação social que incluem dimensões geográficas, raciais e de classe, estando relacionada ao processo de colonização e origem étnica da população, mas que, em geral, está vinculado ao morador do rural, estando intimamente relacionado ao seu local de habitação: a floresta. No caso amazônico, os caboclos são pequenos produtores rurais que residem no interior da floresta, vivendo da pesca, caça, criação de alguns animais e da agricultura de subsistência. Alguns fatores são importantes na identidade cabocla, sendo eles: os laços de parentesco, a religião, a ocupação econômica.

especialmente porcos, e práticas relacionadas à exploração dos recursos naturais, como a erva-mate. Trata-se de uma população fortemente miscigenada (índio, branco e negro), com inúmeras práticas sociais e expressiva presença do coletivo em relação ao individual. O acesso aos recursos e à terra é regulado por práticas, normas e costumes que não podem ser compreendidos apenas pelo viés econômico, uma vez que a cultura e o ambiente são de extrema importância (BRANDT E CAMPOS, 2008).

Marcon (1999) descreve que o modo de vida caboclo permitiu a apropriação dos recursos naturais, transformando-os a partir de suas necessidades e técnicas. As técnicas, via de regra, eram rudimentares, como utilização do barbaquí¹⁹ no processamento da erva-mate, e a forma de lascar as madeiras para a construção dos ranchos (casas). Utilizavam-se as quedas de água para construção de monjolos, onde era triturado o milho para a produção da quirera e da canjica e, por meio dos puxirões (mutirões)²⁰, enfrentavam as dificuldades para a constituição dos roçados e lavouras, aprofundando as relações de solidariedade com a vizinhança e a construção dos espaços públicos para as atividades religiosas.

As relações de solidariedade marcam o modo de vida caboclo em virtude dos fatores de isolamento no interior da floresta, que embora fosse, de certa forma, uma dificuldade, gerando empecilhos no deslocamento, era também uma forma de segurança e garantia de recursos indispensáveis à sobrevivência. O isolamento proporcionou o desenvolvimento de práticas que marcam até hoje o modo de vida caboclo, tais como os puxirões e outros costumes comuns entre os vizinhos, como a criação de porcos e animais domésticos soltos, próximos às residências, e práticas religiosas populares²¹ (MARCON, 1999).

A prática religiosa popular dava sustentação e legitimidade ao modo de vida caboclo por meio de valores e costumes. As festas, novenas e recomendações fortalecem certas tradições, principalmente, inspiradas na figura mítica de São João Maria (Santo e Profeta), que alertava para um futuro próximo por meio de profecias que reforçavam valores e práticas e destacavam os cuidados e procedimentos para com as pessoas e com a natureza. Os caboclos

¹⁹ Galpões feitos de madeira para secagem da erva-mate.

²⁰ Puxirão tem o mesmo significado de mutirão. O termo mutirão é dado às atividades coletivas para se lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua, prestada de forma gratuita. Essa expressão foi usada originalmente para o trabalho no campo (lavoura) ou para as atividades agropecuárias, nas quais os participantes são beneficiários.

²¹ As práticas religiosas populares, cuja predominância é o catolicismo popular, são bastante características das áreas rurais do Brasil. Desenvolvidas, em sua maioria, pelos fiéis leigos, pois, devido à distância dos centros urbanos, a presença do padre era difícil. Então, desenvolveu-se esse tipo de manifestação religiosa católica através de ritos, rituais (benzer, batizar) e festas religiosas.

identificaram-se com os ensinamentos do Santo e Profeta, que tinha uma visão integrada com a natureza (MARCON, 1999).

Foi a partir da pecuária que a Região de Guarapuava, no século XIX, integrou-se à economia brasileira. O sistema campeiro estendeu-se para a região de Guarapuava como área de ampliação das terras de invernagem do gado. O auge desse sistema foi entre 1845 e 1860, período em que boa parte dos fazendeiros deixou a criação, dando prioridade à invernagem. Esses fatos configuraram e consolidaram a estrutura da propriedade da terra por meio de latifúndios, não contribuindo para a fixação populacional e expropriando uma série de sujeitos para as áreas de floresta (PADIS, 1981).

Dessa forma, a região de Guarapuava chegava ao final do século XIX e início do século XX com seus pastos exauridos e com a sociedade campeira em decadência em função da crise do tropeirismo. Gomes (2012) destaca que, com a queda do comércio de gado, intensificou-se a crise e a opção foi a exploração de outros recursos naturais, destacando-se o corte da erva-mate, até as três primeiras décadas do século XX.

A erva-mate foi muito significativa para a economia do Paraná, entre 1860 e 1930, como principal fonte econômica de exportação. A produção e comércio com a Argentina, o Uruguai e Chile foram bastante intensos no período, apesar de algumas quedas relacionadas a fatores externos. Em cem anos, a erva-mate foi o sustentáculo econômico do estado, sendo um dos responsáveis pela emancipação do Paraná e a construção da primeira ferrovia (GOMES, 2012).

O mate atingiu o patamar de setor mais rentável da economia por ser, praticamente, o único setor a gerar renda para grandes faixas da população, não exigindo nenhum investimento de capital, fazendo com que essa atividade absorvesse uma grande concentração de mão de obra. Padis (1981, p.13) lembra que essa absorção envolvia ricos e pobres, pois, ao se tratar de uma produção espontânea de ervais nativos, estava praticamente ao alcance de grande parte da população “[...]sem distinção de sexo, nem de idade, pois tanto as mulheres como os homens, assim velhos como os meninos, estavam aptos a trabalhar no seu primeiro e fácil processo[...]”.

A exploração da erva-mate, no Paraná, foi marcada pelo processo tradicional e rudimentar, com poucas exceções no Planalto de Curitiba, onde as práticas modernas de coleta, tratamento e beneficiamento foram implementadas, mas concentradas nas mãos de poucos produtores que detinham maior capital. A prática tradicional da poda requer, como

instrumento de trabalho, apenas foice e facão. O corte é realizado pelos homens, enquanto mulheres e crianças reuniam a erva cortada em grandes feixes para o sapeco²².

Pelo fato da extração da erva mate ser realizada apenas numa parte do ano (de 6 a 8 meses), no período de “entressafra”, os que se dedicavam a essa atividade (e era a maior parte da população) ficavam desocupados, surgindo, assim, espaço para o desenvolvimento de atividades de sustento, como a agricultura e a criação de animais à solta, uma vez que a rentabilidade da economia ervateira era baixa e irregular (PADIS, 1981, CHANG, 1988).

Na região de Guarapuava, a atividade era apenas uma fonte complementar à pecuária e à agricultura de sustento. Embora existissem grandes quantidades de ervais nativos, as áreas de floresta só receberam outra conotação com o declínio da atividade campeira. O mate aparece como renda complementar na época de crise pecuária, já que os fazendeiros locais não dispunham de alternativas econômicas sólidas e nem de capitais para mobilização de recursos para fins comerciais. A escolha pela exploração dos recursos naturais foi o fundamento da sociedade tradicional que, mesmo vendo esgotada a possibilidade de sua reprodução, optou por fazer a espoliação dos bens naturais para protelar sua decadência (GOMES, 2012).

A primeira Guerra Mundial provocou a queda geral nas exportações. Somam-se a isso a queda na qualidade da erva-mate brasileira, a conversão da comercialização para o modo não beneficiado, a ausência de políticas internas, dependência do mercado externo, (Argentina, Uruguai e Chile) e a concorrência com o mercado paraguaio. Tudo isso fez com que o produto perdesse sua representatividade na economia do Paraná.

Gomes (2012) destaca que o mosaico construído durante o período campeiro, com agricultura de sustento, pastagens naturais e florestas, após crise de 1929, passou por profundas mudanças. A decadência daquele sistema levou à emergência de um novo processo, que nasceu dependente dos bens naturais, nesse caso, o solo e a floresta. Em decorrência da exploração da erva-mate, ampliou-se a comunicação pelas estradas e se abriu espaço para a exploração madeireira, que, além das vias de circulação, contava com a mão de obra excedente da exploração dos ervais.

Padis (1981) lembra que, nos anos de 1880, a atividade madeireira paranaense passou por um período de grande euforia devido à expansão econômica e à intensificação da urbanização do Rio de Janeiro e São Paulo, com aumento considerável no consumo de

²² O sapeco era um processo que consistia na arroiada (coleta) da erva-mate pela floresta, até formar um montante considerável. Após, iniciava uma fogueira e sapecava toda a erva-mate coletada. Essa prática era desenvolvida antes da instalação de sapecadeiras de grande porte, que industrializavam o produto.

madeira. Aliada a esse fato, estava a conclusão da ferrovia Curitiba-Paranaguá e a isenção de impostos.

A primeira iniciativa de exploração do pinheiro (*Araucaria Angustifolia*) foi de Antônio Pereira Rebouças, que, em 1872, empreendeu uma fábrica a vapor para sua exploração (GOMES, 2012). Padis (1981) lembra que foram desenvolvidas diversas tentativas de impulsionar a economia madeireira, a partir da implantação de estabelecimentos de elevadas dimensões territoriais, pertinentes ao desejo de posse de grandes reservas de madeira, principalmente, pinheiros. A madeira, especialmente o pinheiro, tinha grande potencial para a exploração dadas as imensas reservas existentes. Porém, em meados do século passado, a exploração dos pinheirais nativos, em grande escala, era apenas uma esperança, pois matas sem fim de pinheiros eram, por ora, só aproveitadas para o limitadíssimo consumo da capital da Província (PADIS, 1981).

Em 1915, o Paraná já despontava como exportador de pinheiro (GOMES, 2012). No entanto, os anos de 1920 seriam marcados pelas dificuldades enfrentadas pelo mercado madeireiro, agravadas, principalmente, pela Primeira Guerra Mundial (PADIS, 1981). Chang (1988) chama atenção para aquilo que ela denomina de “segunda onda de exploração madeireira” e que modificaria de maneira intensa o Sistema Faxinal, após década de 1940. Gomes (2012) explica que, conforme o esgotamento da matéria-prima foi sendo sentido no Rio Grande do Sul e no Primeiro e Segundo Planaltos paranaenses, a produção não diminuiu, ao contrário, manteve-se à custa da exploração de novas áreas no Terceiro Planalto, principalmente na região de Guarapuava, e, de lá, para o Sudoeste do estado.

A autora ainda explica que a exploração das florestas, no Centro-Sul do estado, só foi postergada em função das precárias condições de comunicação e transporte do interior. A própria distância do litoral, a difícil transposição da Serra do Mar, os rios caudalosos no sentido leste para o oeste dificultaram o escoamento para o mar e para o interior do planalto. À medida em que esses obstáculos foram sendo superados, grandes áreas de floresta foram desmatadas e, a partir de 1945, a região de Guarapuava tornou-se o mais importante centro de produção madeireira do Paraná (GOMES, 2012).

O advento das duas Guerras Mundiais concorreu para a valorização no mercado da madeira, que forçou a substituição das importações por produtos nacionais. Aliada a isso, estava a política de nacionalização do Governo Getúlio Vargas, que buscava a transformação produtiva do Brasil, a integração regional, a industrialização e a urbanização, ampliando a demanda da madeira. No pós-guerra, a própria demanda da Europa, para a reconstrução,

expandiu o mercado da madeira paranaense, antes concentrado na América do Sul, principalmente na Argentina (GOMES, 2012).

Quando as serrarias iniciaram o processo de exploração florestal, tiveram que construir toda a infraestrutura para o desmate e escoamento das madeiras para a venda. Isso incluía, além de equipamentos, pessoal para o corte das toras, no meio da floresta, abrir picadas e trazer as toras dos locais inacessíveis ao caminhão e dali até o estaleiro e, muitas vezes, abrir estradas para o transporte até a serraria, ou construir outras que permitissem acesso às principais vias de circulação.

A exploração da madeira era feita de forma totalmente predatória e bastante itinerante, sem nenhuma preocupação com as reservas de mata. Como consequência, houve um elevado número de serrarias que surgiam e eram rapidamente extintas, à medida que reservas florestais eram reduzidas. Como os proprietários das terras e os responsáveis pela extração da madeira não tinham nenhuma vinculação com o território, investir na região não fazia parte de seus planos, pois preferiam os centros urbanos, onde floresciam diferentes atividades promissoras (PADIS, 1989).

Os trabalhadores que migravam ou que eram incorporados pelas serrarias, aos quais não assistia outra possibilidade de emprego, seguiam o itinerário da devastação das florestas, pois não encontravam nenhuma razão para se fixarem em determinados pontos. Restavam aos camponeses locais apenas os rastros da modernização e do desenvolvimento, caracterizados pela devastação da floresta e de seus modos de vida. A população que, por ventura, para ali se deslocou, permaneceu em níveis de atividades econômicas bastante baixos e com um setor monetário atrofiado.

Assim, no decorrer do início do século XX, a atividade madeireira criou uma elite paranaense e um grupo de empresários do setor, que colocaram Lupion no poder. Moisés Lupion foi governador do Paraná em dois mandatos (1947-1951 e 1955-1961). Caracterizado por sua personificação de promotor do progresso paranaense e seu comportamento político associado às tendências da época, que representavam interesses do setor madeireiro, Lupion e outros governantes do início dos anos de 1950 elaboraram um discurso pautado na modernização e no desenvolvimento. (CODATO, 1999).

Durante os governos de Moisés Lupion, as terras devolutas do Paraná foram distribuídas a diferentes requerentes, sem que houvesse, por parte do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, critérios para essa liberação. No Norte do estado, essa iniciativa culminou com a Guerra de Porecatu, com inúmeros problemas relacionados à

grilagem e, no Oeste, ocorreram outros conflitos envolvendo imigrantes e companhias colonizadoras.

Dentre os conflitos envolvendo o setor que Lupion representava estão a Guerra de Porecatu, no Norte do Paraná, e a Revolta dos Posseiros, no Sudoeste, que ficou para história. Lupion, acusado de integrar a empresa colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), foi obrigado a retirar o apoio à empresa para não perder o governo. O conflito culminou em interferência federal, que deu ganho aos posseiros.

Ainda nesse contexto, a sociedade da época era marcada por um pensamento que idealizava o homem paranaense como símbolo da prosperidade, descendente de europeus e construtor de uma nova sociedade burguesa e comerciante. Havia um discurso conservador a favor do trabalho do imigrante, desvalorizando o trabalho caboclo, do negro e de outras populações do estado. Influenciado pelo movimento paranista²³, iniciado anteriormente, os governantes, incluindo Lupion, buscaram redefinir as territorialidades do estado, atrelados à ideia de desenvolvimento e modernização (CODATO, 1999).

A história de ocupação territorial do estado que, na visão desses governantes, teria sido um insucesso, aliada à preocupação de que extensas áreas do território ainda permanecessem “desocupadas”, levou o governo a ceder terra a quem solicitasse, quer de forma individual, quer por intermédio de companhias organizadas. No entanto, a inexistência de elementos que se constituíssem em fatores atrativos de população de outras áreas do país ou do exterior, como foi no caso da região norte do Paraná, levou as iniciativas a resultados pouco consideráveis em outras regiões, contribuindo para que áreas imensas, cedidas a várias companhias, permanecessem despovoadas, na visão do Estado (PADIS, 1981).

Além disso, porções consideráveis de floresta foram destruídas pela ação predatória e grande parte dos povos residentes nas florestas foi obrigada a deixar seus territórios, ou conviverem sob ameaças, conflitos e confrontos com as madeiras, sem falar nas dificuldades enormes que o governo do estado teve, e ainda tem, para regularizar a situação da posse da terra, dominada por processos de grilagem.

Tais processos evidenciam que o primeiro movimento de ocupação das áreas de floresta com araucária foi de caráter precário e de densidade bastante pequena, visando apenas desenvolver a economia madeireira, através da implantação de estabelecimentos de grandes dimensões (PADIS, 1981), causando vários conflitos. Assim, não proporcionaram a ocupação

²³ Movimento artístico com fins políticos que se desenvolveu a partir do início do século XX, que buscava dar ao estado do Paraná uma identidade particular.

mais efetiva da terra, uma vez que esses territórios eram ocupados por diversos povos, entre eles, aqueles que viviam em Sistema Faxinal.

Dessa forma, faz-se necessária a análise do avanço da chamada frente pioneira de ocupação do Paraná e os conflitos oriundos desse processo, que marcam a história do estado.

1.3 Conflitos agrários no Paraná e a monopolização dos territórios

A região Centro Sul do Paraná, em especial as áreas onde predominavam as florestas com araucárias, passaram por diversas transformações, sobretudo a partir dos processos de exploração dos recursos naturais como madeira, o estabelecimento de grandes serrarias de atitudes nômades e da atividade ervateira. Após período de intensa exploração madeireira, novos arranjos produtivos, investimentos de novos capitais e a consolidação de explorações agropecuárias mercantis intensificaram a ocupação do território, desencadeando uma série de processos de desapropriação de povos tradicionais de suas terras, o que modificou a estrutura econômica da região, tendo como base projetos produtivos de monoculturas para exportações, com destaque para a soja.

Essa região, principalmente a partir da década de 1950, caracterizou-se como área de avanço da frente pioneira de ocupação da fronteira agrícola do Paraná e pode ser analisada a partir de um lastro de violência, decorrente de inúmeros conflitos fundiários (MARTINS, 1998).

O avanço da chamada frente pioneira define-se a partir da acumulação capitalista, da expansão e ocupação econômica dos diferentes territórios, especialmente daqueles situados no campo e ocupados por povos tradicionais. Por isso, a frente pioneira pode ser entendida como uma frente de expansão econômica (MARTINS, 2009). Ela não somente sobrepôs o território, também impôs novas lógicas e concepções de mundo que repercutiram diretamente nos rearranjos espaciais dos territórios e das relações com os outros, alterando a vida e a cultura.

Já a fronteira pode ser entendida a partir do encontro entre diferentes grupos, sobretudo dos limites de territórios que se definem continuamente e que são disputados. Martins (2009) defende que a fronteira apresenta-se como lugar privilegiado da análise sobre os diferentes tipos de conflitos, pois, nela, pode-se observar como as sociedades formam-se, desorganizam-se e se reproduzem.

Perante os processos conflitantes resultantes da expansão da fronteira, Martins (2009) entende que a figura central são os povos vítimas, pois, na visão do autor, é ali que se podem

encontrar as características essenciais da constituição humana, como as suas supostas fragilidades e dificuldades perante uma sociabilidade que parece nova.

Diante disso, é importante definir que a fronteira, muito mais que algo geográfico, envolve diferentes elementos: fronteiras de civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteiras da história e da historicidade do homem (MARTINS, 2009). No caso dos Faxinais do Paraná, a fronteira envolve territórios distintos, com diferentes lógicas de organicidade, cultura, concepção de mundo e natureza.

Assim, a fronteira carrega em si um aspecto frágil, expresso na conflitualidade que caracteriza esse desencontro entre lógicas diferenciadas de organização, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo, pelo abismo histórico que as separa (MARTINS, 2009). Enquanto, por um lado, há os povos tradicionais, com sua conformação de mundo pautada no uso comunitário da terra, nas relações de solidariedade, no trabalho familiar, por outro, passam a confrontar com formas tecnologicamente avançadas de atividades econômicas, que dispensam a floresta, a criação de animais à solta e o cuidado com a água, por exemplo.

Diante disso, grandes áreas que compõem territórios de povos tradicionais ainda se encontram no estágio em que as relações sociais e políticas estão marcados pela expansão da frente pioneira sobre terras aparentemente não ocupadas, ou insuficientemente ocupadas por modelos hegemônicos de produção, ou modos de vida tidos como atrasados, principalmente em virtude da presença da floresta, visto que o deslocamento da fronteira tem como base a destruição dos elementos naturais, como sinal de apropriação daquele território.

E é justamente a situação de conflito social o que tem caracterizado a fronteira no Brasil, conforme Martins (2009, p. 133):

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas [...].

Esse desencontro de temporalidades históricas e concepções de mundo pode ser analisado a partir da lógica de acumulação capitalista, na qual predomina uso privado da terra alicerçado na exploração mercantil, que transforma a terra em propriedade privada cujo objetivo é a acumulação de capital, gerando o conflito, uma vez que os povos tradicionais têm

uma lógica fundada no trabalho na terra, no uso comunitário e na solidariedade e do outro (MARTINS, 1998).

O conflito e a exacerbação da violência configuraram-se justamente na disseminação do domínio da propriedade privada, sobretudo com a privação de direitos costumeiros, confinando costumes e modos de vida (MARTINS, 1998). É nessa decorrência que o conflito vai se dar, ou seja, entre propriedade privada e costume.

Martins (1998) explica que o domínio da propriedade privada tem como base, em muitos casos, injustiças históricas, principalmente no campo do reconhecimento jurídico da propriedade privada e na violação do privado sobre o direito à terra a quem nela trabalha e existe por várias gerações, quando o legal e o legítimo confrontam-se e se opõem. Tais práticas foram e são comuns no Brasil, onde portadores de documentos falsos e de legalidade suspeita agiam de maneira a dominar os diferentes territórios.

Motta (2001), ao realizar um extenso trabalho sobre grilagens de terra no Brasil, defende que reflexões sobre aquilo que ela denomina de herança do espólio não partilhado, fruto de uma história de poder de *senhores, proprietários de terra* e grilagens, realizadas diante dos olhares cúmplices dos representantes da justiça e do Estado, e que são importantes para entender os conflitos no campo, sobretudo a discrepância na concentração fundiária brasileira, na qual 1% dos proprietários rurais detém 44% das terras, enquanto outros 67% detêm apenas 6%.

O processo de ocupação oficial do Paraná é marcado pela violência e por conflitos fundiários (SCALIANTE, 2010), ou, como defende Westphalen (1968), a ocupação do Paraná por um modelo hegemônico foi escrito “a fogo e sangue”, cuja principal característica é a grilagem de terras, quer através da falsificação de títulos de propriedade, quer através de outros mecanismos ilícitos, que se constituíram em tarefa de fácil execução no Paraná, principalmente na fase da expansão da frente pioneira, ou seja, até o final da marcha colonizadora, nos anos 1960, conforme destaca Serra (2019, p. 59):

Pelo menos até o esgotamento das frentes de ocupação do território paranaense, que vai ocorrer na década de 1960, coincidindo com a etapa final do processo de colonização, o Paraná foi alvo de intenso e, pode-se dizer, contínuo processo de desvio de terras devolutas, sendo os mecanismos mais utilizados a grilagem, através da falsificação de títulos de propriedade; as concessões sob pretexto de colonização e de extração de recursos naturais, que nem sempre se concretizavam mas tiveram as áreas desviadas[...]

Os processos de desvios de terras ocorreram, majoritariamente, por meio da estreita relação de grileiros/madeireiros com o comando administrativo e com as lideranças políticas

do estado. Portanto, a ocupação das frentes de expansão pioneiras foi caracterizada pela violência, uma vez que colocava os povos, já ali residentes como posseiros, de um lado e, de outro, grileiros, agentes colonizadores apoiados pelo Estado e amparados juridicamente, resultando no extermínio dos posseiros (SERRA, 2010; 2019).

Serra (2010;2019), ao realizar o resgate histórico dos processos de grilagens de terra no Paraná, lembra que, antes mesmo de sua emancipação política, em 1853, diversas formas de desvio já haviam acontecido e sido facilitadas pela oligarquia agrária, formada por latifundiários que buscaram ampliar os limites de suas propriedades com terras griladas, aproveitando-se da ausência de leis e tendo a certeza de que as posses seriam legalizadas com a lei de Terras, de 1850, que estabelece a compra como novo mecanismo jurídico de posse da terra.

Com a promulgação dessa lei, os problemas não demoraram a aparecer, principalmente envolvendo o setor imobiliário, que agia por meio de empresas colonizadoras/loteadoras, que encontravam terras griladas em nome de fazendeiros, aos invés de áreas desocupadas, impedindo os projetos colonizadores. No caso das terras devolutas, ou seja, aquelas que, em dado momento, estão em poder do Estado, fazem parte do patrimônio público, mas ainda não têm fim específico definido, podendo, portanto, serem destinadas à colonização, o problema não foi diferente. Essas foram dadas em forma de concessão, tanto para o extrativismo, como para a colonização (SERRA, 2010, 2019).

Assim, algumas loteadoras e grupos políticos, aproveitando-se da fragilidade do estado, que cedeu terras em forma de concessão sobre o pretexto de desenvolvimento de obras de ocupação do território, acabaram não executando o que foi combinado, nem devolvendo as áreas alienadas nos contratos, como o caso envolvendo a parceria entre estado e União com a empresa de capital inglês, Brazil Railway (PRIORI, 2012; SERRA, 2019).

Nesse caso, a cessão de terras à Brazil Railway previa a construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. O acordo estabelecia que a empresa arcaria com o custo total da obra e, em troca, receberia o equivalente a nove quilômetros de terras, de cada margem da ferrovia, em toda a sua extensão, o que já atingiria terras ocupadas por caboclos que viviam como posseiros. No entanto, por meio de uma série de aditivos, a área acabou excedendo em muito os nove quilômetros de cada margem.

Todos esses processos foram feitos sem cláusulas de garantia por parte do estado e da União, que titularam as terras em nome da empresa, antes que as obras fossem iniciadas. Com a União titulando terras que alegava ser de sua responsabilidade por estarem em área de segurança nacional no Paraná, e o estado titulando terras devolutas, dando voto de total

confiança à empresa, os caboclos moradores das áreas atingidas pelo empreendimento foram abandonados à própria sorte. Todos esses fatores, aliados às terras griladas pela empresa inglesa, vão gerar um dos conflitos mais sangrentos da história agrária do Brasil: A Guerra do Contestado.

Nessa guerra, milhares de caboclos tiveram suas vidas ceifadas com autorização e ação do Estado. Para Fraga e Ludka (2015), esse genocídio de milhares de camponeses pobres foi um dos maiores conflitos do continente americano, sendo um episódio bastante complexo, pois foi desencadeado por uma série de fatores de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa, envolvendo habitantes da região na época – fazendeiros, caboclos posseiros, políticos, coronéis, forças policiais militares, entre outros atores.

Vários foram os motivos que contribuíram para o conflito: a estratificação social, os modos de vida, a pregação dos monges, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina e, sobretudo, a invasão estrangeira através da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e a instalação da *Lumber - Brazil Lumber and Colonization Co.*, empresa norte-americana, subsidiária da *Brazil Railway*, encarregada da exploração da madeira e da colonização com imigrantes dos territórios marginais à estrada de ferro, que usava de força, fraude e constrangimento político para expulsar os caboclos posseiros da região (FÖETSCH, 2014), mesma prática adotada, mais tarde, no processo de expansão da frente pioneira no Paraná pelas empresas colonizadoras e pelas inúmeras serrarias (PRIORI, 2011; AYOB, 2010).

A região do Contestado era limitada, ao norte, pelo Rio Iguaçu e foi o centro de uma rede histórica de passagem das tropas que iam do Rio Grande do Sul para o Sudeste (FRAGA, 2010). Porém, Föetsch (2014) destaca que o conflito extrapolou os marcos²⁴ caracterizados por elementos naturais, como os rios, e artificiais, como as estradas de Ferro. Soma-se a isso o fato de que, após o término oficial da guerra, em 1916, muitos caboclos deslocaram-se para outros lugares, fugindo das consequências do conflito. Compreende-se, portanto, a região do Contestado enquanto uma região fluida, de características físico-naturais e histórico-geográficas comuns. Por isso, essa região estabeleceu contatos com o Centro Sul do Paraná, principalmente com os territórios de floresta com araucária, ao norte do Rio Iguaçu, onde se encontram os faxinais de Pinhão.

²⁴ Os limites da Região do Contestado eram abrangidos: ao Norte, pelo Rio Iguaçu e a Estrada de Ferro de São Francisco, desde perto de União da Vitória, envolvendo Canoinhas, até junto à Vila de Rio Negro; ao Sul, incluíam Lages, aproximava-se de Curitiba e de Campos Novos; a leste, compreendia Itaipópolis, Papanduva, as picadas da colônia Moema e Iracema, os contrafortes da Serra do Mirador e as demais cabeceiras da Bacia do Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (FÖETSCH, 2014),

Dessa forma, observa-se que as diferentes formas de avanço da fronteira demográfica para áreas já ocupadas por uma população que desenvolvia um modo de vida próprio, baseado numa forte tradição, com práticas religiosas fundamentadas em uma ética de fraternidade e espírito comunitário em ambiente de floresta com araucária, deu-se a partir de intensos processos, sobretudo contra a expropriação dessas populações de suas terras, legitimada pela ação do Estado.

No caso do Contestado, Machado (2011) relata que o Estado agia com força e de forma desproporcional com os caboclos, exemplificando com um bombardeio a uma igreja lotada de crianças, mulheres e velhos, que pegou fogo e quase todos morreram, e com ataques aos redutos, onde havia verdadeiros massacres, principalmente de mulheres e crianças, evidenciando que a guerra foi de uma violência sem medida.

Esses atos de genocídio por parte do estado, apoiado pela elite local da época, fizeram com que muitas famílias fugissem da guerra em direção ao Paraná. No faxinal dos Ribeiros, encontra-se o seguinte relato:

[...] Pois é, a Dona Mariquinha, que já era bem velha, contava que ela e os pais vieram pelos matos fugindo da guerra, iam passando de tapera em tapera, comendo frutinhas do mato para não morrer de fome. Diz que caminharam mais de mês até chegar aqui nos Ribeiros. Ela viveu muito tempo, depois ficou sozinha, e morava sozinha lá nas Campinas. Mas ela sempre contava as histórias da guerra lá de Santa Catarina. A gente ficava bastante assustado, porque São João Maria falava que ia estourar a guerra. Decerto era essa guerra [...] (faxinalense T, Faxinal dos Ribeiros, setembro de 2019).

Porto (2013) apresenta que um grande número de relatos de moradores cujos antepassados são remanescentes de inúmeros conflitos, específicos ou genéricos, dando destaque para uma das famílias que teria fugido da Guerra do Contestado, como no caso de Dona Mariquinha, mas, diferentemente dela, seguiram de trem até Curitiba e, posteriormente, de cargueiro até Pinhão. Nos relatos dos membros desse grupo de parentes²⁵, descendentes de pessoas com trajetória de participação em conflitos que iniciaram no período de proclamação da República e se prolongaram até a Revolução de 1930, que se confundem, não sendo compreendidos em suas particularidades.

Os casos relatados ajudam a entender dois fatores importantes sobre os faxinais de Pinhão. O primeiro é que sua ocupação é anterior à Guerra do Contestado, ou seja, nesse

²⁵ Porto (2013) encontrou vários exemplos de pessoas que possuem objetos vinculados aos conflitos ocorridos na região entre fins do século XIX e início do XX. Seus descendentes permanecem com espadas, uniformes e outras peças acionadas como memória desses eventos bélicos, marcados na memória pelo sofrimento.

município, a posse em sistema faxinal ocorre há mais de 100 anos. O segundo é que a consolidação da fixação dos povos de faxinais está vinculada a um passado de conflitos e de busca por um território onde pudessem se estabelecer e viver em paz.

Esses fatos vão se repetir em outros conflitos no Paraná, como no caso da Guerra de Porecatu e da Revolta dos Posseiros do Sudoeste, este último, com maior ligação com os faxinais do município de Pinhão. Todavia, entender o contexto em que esses conflitos aconteceram ajuda a compreender o papel do Estado e o processo de desapropriação de milhares de camponeses, no Paraná, ao longo do último século, e que influencia diretamente nos conflitos, ainda hoje, existentes no rural paranaense, em especial, no município de Pinhão.

A política agrária adotada no Paraná levou ao aumento dos conflitos no campo, como a Guerra de Porecatu e a Revolta dos Posseiros do Sudoeste, que ocorreram, principalmente, em decorrência da presença de posseiros, vistos como obstáculos para o avanço da frente de expansão, ou, como define Serra (2019), da ocupação planejada pelo Estado. As empresas responsáveis por essa ocupação utilizaram de grande violência como forma de garantir a implementação dos projetos, exterminando e expulsando posseiros e outros povos que viviam de forma tradicional.

A Guerra de Porecatu (1948-1951) teve suas origens nos processos de grilagem de terra com consentimento do Estado. Tal conflito intensificou-se durante os governos de Moises Lupion (1947-1951/1955-1961). Piori (2012) destaca que o governo do Paraná definiu que o Estado poderia alienar as terras na extensão de seus domínios para aqueles que se propusessem, pelo trabalho, a ocupá-las e torná-las úteis. Foi nesse sentido que repassou grandes quantidades de terras a empresas privadas e a fazendeiros.

Quando as lavouras de café apresentaram sinais de decadência, no oeste do estado de São Paulo, devido ao esgotamento ambiental e à retração no mercado externo, fazendeiros paulistas desfizeram-se de seus bens e cruzaram o rio Paranapanema em direção ao norte do Paraná, apropriando-se das melhores terras para formarem novas lavouras de café.

A princípio, o Estado tolerou a ocupação espontânea, mas, quando o processo intensificou-se, resolveu titular as terras já apropriadas em nome dos fazendeiros e liberar as áreas restantes para o desenvolvimento de projetos de colonização, ou seja, os fazendeiros que haviam se apropriado das terras devolutas tornam-se seus proprietários e quem ainda não havia se apropriado, agora teria que pagar pelos lotes colocados à venda pelas colonizadoras (SERRA, 2019). Esse processo não ocorreu sem conflitos, pois as terras tituladas em nome dos fazendeiros também eram ocupadas por pequenos posseiros, que passaram a ser expulsos de forma violenta.

Ao conflito entre posseiros e fazendeiros, adicionaram-se empresas colonizadoras que foram utilizadas pelo Estado, na tentativa de frear a ocupação espontânea. Porém, essas empresas trabalhavam no sentido de desenvolver loteamentos para atender à demanda dos produtores de café. O projeto, no entanto, fracassou, como aconteceu com outros casos, na época.

No ano de 1941, um grupo de pequenos proprietários e empregados de fazenda do interior do estado de São Paulo, sabendo que o governo do Paraná estava distribuindo terras no norte do estado a quem desejasse cultivá-las, deslocaram-se para ocupar as que ainda não tinham sido documentadas e se estabeleceram numa região onde já existiam outros caboclos posseiros e indígenas. (PRIORI, 2011; RIBEIRO, 2012).

Foi nesse contexto que grileiros, geralmente fazendeiros, apropriaram-se de grandes áreas, desmataram e formaram lavouras de café. Do outro lado, posseiros, instalados em pequenas propriedades, desenvolviam lavouras de subsistência. Diante disso, a disputa pela posse terra aumentou e, em 1947, o então governador do estado, Moysés Lupion, visitou a região com o intuito de desarticular os posseiros, prometendo-lhes lotes na região noroeste no estado. Muitos posseiros acreditaram na proposta, abandonaram suas posses, que logo foram incorporadas pelos fazendeiros. Tudo isso, no entanto, não passava de um golpe aplicado pelo governador.

Perante a perda de suas posses e sem forças para enfrentar isoladamente os fazendeiros, os posseiros organizaram-se, com ajuda das ligas camponesas, opondo-se aos jagunços contratados pelos fazendeiros, desencadeando a luta armada. A Guerra de Porecatu terminou em 1951, com todas as lideranças presas e com a retirada de todos os posseiros da área de conflito, e realocados na região oeste do Paraná, uma vez que “As terras de primeira qualidade, apropriadas à cultura do café na zona de Porecatu, ficaram mesmo em poder dos fazendeiros” (SERRA, 1991, p. 149). Grileiros também tiveram terras tituladas nas zonas de conflito, como apadrinhados políticos do governador.

Outro conflito que marca o rural paranaense é a Revolta dos Posseiros do Sudoeste, que teve um desfecho diferente da Guerra de Porecatu.

O Sudoeste paranaense, em meados do século XX, era uma região ocupada por posseiros que haviam se instalado através da Colônia Agrícola General Osório (CANGO)²⁶,

²⁶ Getúlio Vargas lança o programa Marcha para o Oeste, tendo como objetivo intensificar a ocupação do Oeste do País, deslocando para a região populações instaladas a Leste, basicamente em pequenas propriedades agrícolas. Entre as áreas visadas pelo programa, estavam as terras em litígio no Sudoeste do Paraná, onde o

em parte das glebas retomadas da empresa Brazil Railway²⁷, na década de 1930, e outros que vieram de forma independente e ocuparam ou compraram terras de outros posseiros, mas, em nenhum dos casos, receberam título de posse, pois as terras da região encontravam-se em situação litigiosa²⁸ (ZANONI GOMES, 1987; AMÂNCIO, 2009). Para Serra (2019), o conflito, denominado Levante dos Posseiros ou Revolta dos posseiros, constituiu-se no desfecho de um complicado imbróglio político e jurídico, envolvendo interesses do Paraná, da União, das colonizadoras, dos posseiros e, evidentemente, dos grileiros que atuavam no Paraná.

Esse processo de colonização por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul fez com que os caboclos que habitavam a região Sudoeste migrassem para terras menos povoadas, pois sua prática de criação de porcos a solto e a agricultura extensiva praticada pelos colonos eram conflitantes. Nessas circunstâncias, o caboclo adaptava-se ao novo sistema, ou vendia suas posses e adentrava ainda mais para o interior da floresta. Dessa forma, à medida que adentrava a floresta, novas posses iam surgindo, pois a terra era abundante e possuía pouco valor (WACHOWICZ, 2016).

Realidade modificada com a instalação, em 1951, da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA)²⁹ na região, que dizia possuir o título de propriedade das terras e passou a cobrar por elas, processo facilitado novamente pelo Estado, pelo fato do governador, no período, ser acionista da empresa e estar ligado às elites do setor madeireiro. A CITLA passou a exigir a assinatura de contratos e a quitação, por parte dos posseiros e colonos, dos débitos decorrentes de estarem na posse e usufruto das terras que pertenceriam às companhias.

governo de Vargas instalou, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), que passou a receber e assentar reservistas e pequenos agricultores, basicamente originários do Rio Grande do Sul.

²⁷ A empresa Brazil Railway havia sido contratada para a construção de uma ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul e de um ramal que, partindo do tronco principal da ferrovia, fazia ligação com o município de Guarapuava, na região central do Paraná.

²⁸ As terras encontravam-se em situação de litígio pelo fato de a empresa Brazil Railway não ter concluído as obras do ramal da estrada de ferro até Guarapuava. Essa obra ocorreria em terras consideradas devolutas de responsabilidade do estado e parte considerada como de domínio da União, por estar em área de segurança nacional. Com a Revolução de 1930, o governador do Paraná foi deposto e quem assumiu o comando da administração pública foi o interventor Mario Tourinho que, num de seus primeiros atos, confiscou todas as terras que estavam em poder da Brazil Railway, tanto aquelas de domínio do estado quanto as que eram consideradas de domínio da União, surgindo, a partir daí, uma série de conflitos entre os dois poderes, nos campos político e jurídico (SERRA, 2019).

²⁹ Em 1956, a volta de Lupion ao governo possibilitou o retorno da CITLA, que, juntamente com suas subsidiárias Comercial e Apucarana, passou a exigir a assinatura de contratos e a quitação, por parte dos posseiros. Nota-se que havia importantes relações entre as companhias de colonização e os poderes que ocupavam o estado.

Assim, surgiram dois grupos contrários: de um lado, posseiros e colonos que eram os donos por direito das terras e, de outro, o as companhias imobiliárias, que, beneficiadas pelo governo estadual, acreditavam ser as donas legais delas. Dessa forma, os posseiros negaram-se a pagar e assinar os contratos estabelecidos pela posse da terra que ocupavam, levando a atos de violência como forma de convencimento, utilizando-se da prática dos jagunços, já conhecida, para amedrontar a população. Paralelamente à atuação da colonizadora, Lupion passou a distribuir terras entre correligionários políticos, em retribuição ao apoio recebido durante a campanha eleitoral. Para Serra (2019, p. 7), todo esse processo pode ser resumido da seguinte forma:

[...]para a mesma área passaram a existir muitos “proprietários”, mas nenhum portando o efetivo título de propriedade, que não poderia ser emitido enquanto o Supremo Tribunal não decidisse as pendências entre Paraná e União. A indefinição jurídica abre espaço para que a CITLA intensifique a pressão sobre os colonos e posseiros, na tentativa de forçar a venda dos lotes, emitindo como “garantia” de “direito de propriedade”, recibos sem qualquer valor legal [...]

A situação levou os posseiros a se organizarem e forjarem a resistência armada, que alcançou seu auge em 1957, quando milhares de posseiros tomaram as ruas das cidades do sudoeste, ocupando escritórios das companhias e destruindo os documentos que tinham sido obrigados a assinar. Esse movimento alcançou um grande número de pessoas, devido a estrutura fundiária da região ser composta por uma grande quantidade de pequenas propriedades.

Os conflitos com as companhias ganharam grande repercussão política nos meios de comunicação, fazendo com que medidas fossem tomadas para regularizar a situação da região sudoeste, uma vez que o governador sentiu-se ameaçado de perder o mandato, pois, dias antes, havia recebido um *ultimatum* do Governo Federal: ou ele fechava a colonizadora e acabava com a violência, ou o Paraná sofreria nova intervenção federal. Dessa forma, a partir de 1962, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) foi formado, com o intuito de titular as terras de acordo com as posses existentes.

Esses conflitos ajudam a compreender que o avanço da frente pioneira de expansão do Paraná, gerado pela imposição de um modelo agrícola monopolizador, utilizou-se de diversos mecanismos ilícitos, com amparo legal, para a conquista da terra por meio de grilagens, na forma de desvios de terras de domínio público. Isso ocorreu devido à vinculação entre grupos de poder e o Estado, sob o pretexto de ocupação efetiva do território e da prestação de serviços de utilidade pública. Esses grupos apropriaram-se de grandes extensões de terra,

beneficiando-se de regalias por meio de concessões fraudulentas e de grilagens, constituindo um poderoso suporte para afirmação de uma classe latifundiária dotada de força para desafiar qualquer forma de intervenção (SERRA; 2010,2019).

Tais processos, comuns no Paraná, onde títulos e documentos têm vida autônomas sobre a terra a qual lhes garante direitos, foram analisados por Martins (1998), no contexto Amazônico, e guardam muitas semelhanças. O autor conclui que documentos ganharam vida, nos cartórios e tribunais, a partir do favorecimento de políticos, dádivas do Estado em benefício de aliados políticos e classes econômicas. Já para os posseiros e aqueles que ocupam a terra efetivamente, cujo direito dá-se pela sua efetiva ocupação através da propriedade privada de uso comunitário, a titulação é negada.

Ainda nessa perspectiva, nas áreas de expansão da frente pioneira, depara-se com aquilo que Martins (1998) denomina de face de ilegalidade fundante, baseada no favorecimento de ricos e poderosos por meio da violação dos costumes e direitos, que leva à expulsão violenta, cujo objetivo principal é a transformação do capital em proprietário de terra e o desenvolvimento de um padrão de organização econômica e social que descarta os ocupantes da terra e os transforma em resíduos, sejam eles trabalhadores rurais pobres, sejam eles povos indígenas desprotegidos da voracidade do grande capital (MARTINS,1998).

Entretanto, ao mesmo tempo em que se expandem projetos territoriais hegemônicos, observam-se movimentações contrárias, de resistências, baseadas em outras formas de apropriação do território, ou seja, existem diferentes formas de usos do território, seja pela sua monopolização a partir do avanço da frente pioneira de ocupação agrícola hegemônica, seja por meio das diferentes práticas de resistência frente aos processos expropriadores.

Por isso, compreender os processos de resistência é, essencialmente, entender o papel e o lugar dos camponeses, principalmente aqueles que vivem de forma tradicional dentro da sociedade capitalista. Para isso, é preciso analisar os conflitos e as resistências a partir do processo de desenvolvimento capitalista no campo, que, para Oliveira (2001, p. 73):

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria, ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo).

Quando se analisa o campo brasileiro a partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção, que é contraditório e combinado, precisa-se entender a concepção que

compreende o território também como síntese contraditória, produto de tempos históricos, simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. A construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 2001).

Todo esse processo faz parte da mundialização da agricultura e envolve, entre outras estratégias, a atuação de empresas multinacionais, que agem de maneira a monopolizar o território, controlando a produção, principalmente de grãos, e as demais esferas transporte, distribuição e consumo, aumentando a disputa por territórios, traduzida na concentração de terra e nos conflitos territoriais, que indicam contradições derivadas da expansão agrícola, em que se busca ampliar o espaço do agronegócio (OLIVEIRA, 2012).

O autor ainda destaca que o capital avança sobre o campo a partir de dois processos: a *territorialização do capital* e a *monopolização do território*. O primeiro processo qualifica-se pela expropriação do campesinato, o que resulta na concentração de terras e na produção agrícola pautada nas relações capitalistas, sobressaindo o trabalho assalariado e a formação de monocultura, ou seja, há um controle da propriedade e do processo produtivo. O segundo ocorre quando não há a expropriação do camponês, mas o controle da produção e da circulação de mercadorias, desenvolvido por empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir no campo, controlam, através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo.

Tanto na territorialização dos monopólios quanto na monopolização do território, o que está em jogo são as estratégias de apropriação da riqueza gerada, sobretudo, pelo trabalho dos camponeses e pequenos agricultores. Assim, enquanto o capital destrói e expropria o campesinato mediante sua territorialização, contraditoriamente, cria e recria permanências na terra – o trabalho familiar – através da monopolização, subordinando “por cima” o território camponês, gerando, dessa forma, dependência do agricultor em função da apropriação da renda da terra.

Diante das tentativas de territorialização e monopolização do território, muitos são os povos tradicionais e camponeses que têm criado formas de resistir, entre eles, os povos de faxinais.

Assim, compreender o processo de ocupação do Paraná é tentar entender a gênese do Sistema Faxinal, que tem sido apresentada de diferentes formas. Chang (1988) defende a ideia de que o Sistema Faxinal desenvolveu-se atrelado à exploração dos ervais nativos e da criação de animais à solta, à margem do Sistema Campeiro. Nerone (2000) vinculou a origem dos faxinais às antigas Reduções Jesuíticas, tese que foi contestada por Sahr (2005), que

argumenta que o Sistema Faxinal originou-se da forma de organização social desenvolvida pelos caboclos, quando da ocupação da floresta com araucária. Tavares (2008) contesta a tese do uso da terminologia de caboclos para explicar a origem dos faxinais. Para o autor, o sistema originou-se a partir de indígenas e escravos negros fugidos que adentravam a floresta.

Acredita-se que a origem dos faxinais está relacionada a vários elementos, com destaque para a criação de porcos à solta, a extração da erva mate, organização social dos caboclos, indígenas e escravos negros fugidos que adentravam a floresta além de outros sujeitos como bandeiras, fugitivos de conflitos muitas vezes denominados de guerras e revoluções.

A criação extensiva de porcos pode ser considerada como parte e elemento cultural que dão maior característica aos faxinais, atividade está já desenvolvida pelos indígenas conforme destacada pelos historiadores Campigoto e Sochodolak (2008). Embora os indígenas praticassem a caça de animais, também mantinham a criação de porcos à solta, atividade essa desenvolvida pelos caboclos e, depois, adotada pelos imigrantes eslavos. Acredita-se, assim, que o Sistema Faxinal tem origem à margem das grandes propriedades de criação de gado, restando aos caboclos, negros, escravos e camaradas a inserção na mata, onde desenvolviam agricultura de sustento e criavam porcos, durante períodos de crise dos ciclos econômicos.

Assim, como sua gênese, compreender o Sistema Faxinal enquanto conceituação não é uma tarefa fácil, pois existem muitas divergências, mas que confluem no sentido de elementos básicos para definição do sistema, conforme será analisado.

14.- Sistema Faxinal: debate sobre sua conceituação

Compreende-se como Sistema Faxinal a organização camponesa agrosilvopastoril, que se desenvolve nas terras tradicionalmente ocupadas pelos povos de faxinais para o uso comunitário de pastagens e florestas no Paraná e designam situações em que a reprodução social, familiar e territorial, de acordo com suas possibilidades, combina apropriação privada e coletiva dos recursos naturais. Esse sistema considera um conjunto de elementos de diferentes dimensões, que incluem ambiente, cultura, economia e política, e uma série de fatores históricos, que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Entende-se por povos tradicionais grupos culturalmente diferenciados que ocupam e usam territórios e recursos para manterem sua cultura, não vivendo apenas do culto ao passado, ou de um tempo que não mais existe, mas estando ligado à preservação de valores,

de tradições e cultura. No caso dos povos de faxinais, Hauresko (2012) afirma que esses são marcados por uma história e cultura próprias, caracterizadas pelas tradições e costumes, bem como pela vivência comunitária e solidária.

Além disso, esses camponeses mantêm um modo de vida e organização socioterritorial particular, ocupando e usando, de forma permanente ou temporária, terras tradicionalmente ocupadas e o ambiente como condição para sua reprodução cultural, econômica, religiosa, expressando uma diversidade de formas de existência comunitária e uma série de relações com os recursos da natureza (ALMEIDA, 2004). Nesse sentido, o autor explica que a noção de “tradicional” não se reduz à história, mas incorpora as identidades coletivas, redefinidas situacionalmente, perante a dinamicidade em que esses povos estão envolvidos

Já o termo faxinal é o usado para designar um tipo de vegetação (CHANG, 1988), caracterizada pela presença de araucárias (*Araucária angustifolia*), imbuías (*Ocoteia porosa*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e uma vegetação rasteira típica, denominada de vassouralajeana (*Baccharis uncinella*), que se diferem das áreas de plantar, onde são realizadas as “culturas” (agricultura), sendo chamadas de capoeiras com vegetação mais esparsa.

O faxinalense é o camponês habitante do Faxinal, porém, essa é uma questão identitária de grupo (autodenominação) e faz parte da construção do sujeito mobilizado em Movimento Social (SOUZA, 2009). A identidade faxinalense é entendida em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais como condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver. Esse modo de viver dá-se pelo uso comunitário das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com conservação ambiental, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural (PNCS, 2008)

Na literatura, encontram-se diversas definições para Sistema Faxinal que se aproximam entre si. Chang (1988, p.13) define sistema faxinal:

O sistema faxinal, objeto central deste estudo, é uma forma de organização camponesa característica da região Centro-Sul do Paraná que ainda se apresenta de forma marcante. Sua formação está associada a um quadro de condicionantes físico-naturais da região e a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais que remonta de forma indireta aos tempos da atividade pecuária dos Campos Gerais no século XVIII, e mais diretamente à atividade ervateira na região das matas mistas no século XIX.

Esse sistema caracteriza-se pelos seguintes componentes (CHANG, 1988, p. 13, grifos da autora):

[...] **produção animal**- criação de animais domésticos para tração e consumo com destaque às espécies equina, suína, caprina, bovina e aves; **produção agrícola**-

policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente, destacando as culturas de milho, feijão, arroz, batata e cebola; **coleta de erva-mate**- ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entressafra das culturas; desempenhando papel fundamental de renda complementar.

Para Porto (2013), Chang (1988) não chega explorar de maneira aprofundada esse tripé econômico pautado na criação, produção e extrativismo. A autora foca suas análises permanentemente no criadouro comunitário e nos aspectos históricos de sua formação, que passa a ter caráter fundamental, caracterizando, portanto, restrições e transformações no criadouro comunitário como o fim do sistema. Apesar de concluir, em seu relatório, que os faxinais serão extintos, é nas constatações pós pesquisa que se reforça a importância da manutenção do sistema.

Assim, em 1997, o Estado, por meio da política de ARESUR³⁰ (Áreas Especiais de Uso Regulamentado), reconhece como sistema faxinal:

§ 1º - Entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas. (PARANÁ, 1997).

Nota-se que, embora se faça alusão ao modo de produção e ao uso coletivo da terra, sua ênfase dá-se na conservação ambiental, uma vez que as ARESUR são semelhantes às RESEX (Reservas Extrativistas). Essa concepção de Sistema Faxinal está alicerçada em Chang (1988), ou seja, na adequação de todo um modelo com destaque para a presença de criadouros comunitários.

Porto (2013) colabora no sentido de afirmar que, para entendimento da legislação de 1997, é importante destacar a ênfase quase que exclusiva nos aspectos de preservação ambiental dos faxinais, provocando restrições na compreensão do sistema que, além de modo de produção e de relações com o ambiente, envolve uma série de particularidade no modo de viver e de pensar o mundo. Outra característica relaciona-se ao reforço de um modelo produtivo muito bem definido e caracterizado pela produção animal coletiva, agricultura e

³⁰ As Áreas Especiais de Uso Regulamentado—ARESUR foram criadas através do Decreto Estadual 3.446/1997, com a intenção de melhorar as condições da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental. Inclui-se também nessa a proteção da araucária angustifolia, através do recebimento por parte do município de ICMS Ecológico - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (PARANÁ, 1997).

extrativismo florestal de baixo impacto, não levando em consideração a dinamicidade e as novas territorialidades.

Os camponeses faxinalenses, reunidos em encontro³¹ no ano de 2005, no Município de Irati- Paraná, autodefinem o Sistema Faxinal enquanto:

Uma forma de organização camponesa com ocorrência na região Centro-Sul do Paraná, onde a ocupação do território social foi determinada pelo uso da terra em comum, apesar da propriedade da terra ser privada. Internamente, o que caracteriza o faxinal é seu sistema de manejo de criações (soltas) e a presença de cercas separando áreas de lavouras e áreas de criação. Sua formação data do final do século XIX, e atualmente essas comunidades são responsáveis por contribuírem com a manutenção da paisagem florestal nativa do Bioma Floresta com Araucária e, especialmente, com um modo de vida tradicional de suas populações representado por sociabilidade particular, derivadas do uso comum da terra e das relações de parentesco (ANAIS do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais, 2005, p.2, sic).

Os povos de faxinais inserem o uso do termo território na definição do sistema faxinal, ou seja, a luta passa a ser pelo reconhecimento e pela permanência em seus territórios. Nessa autodefinição, os faxinalenses destacam a manutenção da floresta e a relação com o seu modo de vida particular, representado pelas suas sociabilidades, que derivam do uso comunitário dos criadouros. Muito da incorporação do uso de território está vinculada ao trabalho desenvolvido por pesquisadores junto aos povos de faxinais, uma vez que o termo território, via de regra, não é muito utilizado pelos faxinalenses.

Dessa forma, do ponto de vista político, a atuação da APF tem apresentado desdobramentos significativos no contexto de lutas por direitos, culminando com a Lei Estadual 15673/2007, que reconhece os faxinais e suas territorialidades específicas, afirmando a identidade faxinalense como critério para definição dos povos tradicionais que têm essa territorialidade. Acrescenta-se ainda que o reconhecimento da identidade por auto-definição vincula-se à esfera do órgão estadual de assuntos fundiários, retirando a questão faxinalense do âmbito apenas ambiental.

Existem outras definições, porém essas tornaram-se marcos na produção de trabalhos científicos, na formulação de políticas públicas e na autodefinição dos próprios faxinalenses. Tais concepções apresentam consensos no sentido de expor a diferenciação e particularidades desses povos através do uso comunitário da terra, expressos no criadouro comunitário, na criação de animais à solta, da presença de um modo de vida próprio relacionado à presença da

³¹ Esse evento foi organizado pela Rede Puxirão e teve por objetivo obter o reconhecimento social das comunidades faxinalenses, através da construção de elementos de afirmação da identidade, e a elaboração de pautas para políticas públicas.

floresta com araucária. Porém, essas concepções abrem um leque de interpretação sobre o sistema faxinal, não apenas entre os pesquisadores, mas também pelo poder público e pelos próprios povos de faxinais. Fato esse que reflete substancialmente na quantidade de remanescentes considerados faxinais.

A tentativa de quantificar os faxinais ainda existentes no Paraná tem sido desenvolvida desde a década de 1990, com destaque para três levantamentos. O primeiro, de 1994, elaborado pela EMATER, identificou um total de 121 faxinais, presentes em 25 municípios, distribuídos por cinco mesorregiões. O segundo, encomendado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e realizado por Marques (2004), identificou que existiam, no mínimo, 44 faxinais no estado (que preservam criadouros comunitários), em 16 municípios, distribuídos em quatro mesorregiões e em avançado processo de desintegração. Contestando esses números, Meira (et al, 2009) realizam outro levantamento, que identificou um total de 227 faxinais, classificados em diferentes categorias.

O levantamento de Marques (2004) classifica os faxinais da seguinte forma:

1- Faxinais que ainda possuem criadouro comunitário, independentemente do tamanho, e algum uso coletivo das terras, que seriam os últimos remanescentes do sistema e, assim, considerados faxinais (mínimo de 44 faxinais).

2- Faxinais já desagregados, ou que estão praticamente desagregados, em intenso processo de desintegração, mas que ainda mantêm a paisagem de mata de araucárias, ou seja, apresentam apenas os aspectos ambientais da floresta (56 faxinais).

3- Relação atualizada dos faxinais que existiam há 10 anos e que hoje são consideradas apenas comunidades de agricultores individuais, onde predominam as culturas anuais e que transformaram o criadouro comunitário em lavouras (52 faxinais).

Os números do relatório indicam que os faxinais que apresentam apenas a paisagem de floresta com araucária seriam 56, presentes em 16 municípios. Os que deixaram de existir, se comparado com o levantamento de 1994, realizado pela EMATER, somariam 52, desaparecendo de municípios como Pitanga e Mato Rico, no Centro Sul, Imbituva, Palmeira e Teixeira Soares, no Sudeste. Na mesorregião Centro Oriental, o sistema desapareceu em Telêmaco Borba, assim como em Guaraniaçu, na Mesorregião Oeste, e em Agudos do Sul, Lapa, Piên e Rio Negro, na Região Metropolitana de Curitiba.

Um dos grandes problemas desse levantamento é a metodologia utilizada, fundamentada em amostragem mínima³² para comprovação em campo, uma vez que vários municípios não foram visitados. Em contraposição aos dados de Marques (2004), que identificou 44 Faxinais no estado do Paraná, a Articulação Puxirão, por meio de outro levantamento (Meira et al, 2009), considera que existam 227 faxinais no estado, distribuídos por 32 municípios.

Para esse levantamento, utilizaram-se categorias criadas por Souza (2009) para classificar os faxinais, que identificam diferentes classificações de faxinais e auxiliam nas reflexões acerca desse sistema. Considerando que essas classificações valorizam a dinamicidade do sistema, bem como os processos de resistência [ou r-existência (Porto Gonçalves, 2012)], entende-se que sua abordagem é mais complexa, pois leva em consideração a dinamicidade do Sistema e, portanto, oferece elementos mais apropriados para estudos de caso. Nessa classificação, os faxinais seriam:

1) *Faxinais com uso comum* – “criadouro comum aberto”, caracterizado pelas suas territorialidades específicas, pois contemplam grandes extensões territoriais (acima de 1000 ha), onde os animais (criações de grande e pequeno porte) têm livre acesso às pastagens naturais e água, com predomínio de florestas nativas por onde circulam as criações. Essas áreas veem sofrendo conflitos com empresas madeireiras desde a década de 1950 e encontram nos monocultivos florestais (eucalipto e pinus) os principais conflitos socioambientais.

2) *Faxinais com uso comum* – “criador comum cercado”: Podem ser caracterizados pela presença do uso comunitário dos recursos essenciais em “criadouros comuns”, com extensões variadas para circulação livre de “criações de grande e pequeno porte”, delimitadas por cercas de uso comum, “mata-burros”, portões, valos e rios. Souza (2009) ainda ressalta que essa categoria é mais identificada como “sistema faxinal” ou “criadouro comunitário”, como a descrita por Chang (1988), pela literatura e ações do Estado (como o levantamento de Marques, [2004] e a política das Áreas Especiais de Uso Regulamentado -ARESUR). Pode-se destacar, com base na obra de Souza (2009), como principal conflito a disputa pela

³² A amostragem mínima seguiu os seguintes procedimentos: Municípios com menos de um faxinal não foram visitados. Em municípios com dois ou três, foram realizados levantamentos em apenas um faxinal. Em municípios entre quatro e seis, foram realizados levantamentos em dois faxinais. Em municípios com a presença entre sete e nove faxinais, foram realizados levantamentos em três e nos municípios com mais de dez, em quatro. A exemplo do Município de Pinhão, foco deste estudo, foi realizada visita em apenas um faxinal e não se obtiveram os dados, gerando generalizações para os demais. Outro fato importante é que o Faxinal Bom Retiro, transformado em ARESUR em 2013, nem aparece no levantamento.

manutenção das dimensões da área de uso comum, intensificada pela pressão provocada pelas monoculturas, empreendimentos imobiliários, entre outros.

3) *Faxinais com uso comum* – “criadouro com criação de grande porte”: têm como principal característica o “fechamento”, com cercas de arame de 4 fios, das divisas das propriedades, onde ficam disponíveis algumas áreas privadas e públicas para a criação de grande porte à solta, que circula nessas áreas por diferentes períodos de tempo, dependendo das pastagens nativas. Já as criações baixas são mantidas em mangueirões familiares, isoladas das áreas de uso comum. Surgem diversos sujeitos, que são colocados por Souza (2009) como responsáveis pelo “fechamento” ou “livre acesso” das criações, tais como “chacareiros” e a integração agroindustrial. Embora haja certa restrição a “criações baixas”, os bens considerados de uso comum não são retirados ou destruídos, permanecendo “mata-burros” e/ou portões e cercas para delimitar fisicamente áreas com distintas finalidades.

4) *Faxinais sem uso comum* – “mangueirões” e “potreiros”: Representam situações em que o uso comum das terras destinadas para a criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre somente pelo grupo familiar e/ou vizinho. Portanto, quando ocorre o uso comum dos recursos naturais, dá-se nos limites da propriedade privada. Nesse caso, a restrição foi causada, principalmente, por aqueles sujeitos denominados “gente de fora”, que, via de regra, possuem uma relação com a terra diferenciada dos faxinalenses, sobretudo quanto aos meios de produção. Assim, surgem os denominados “piquetes”, quando a criação é mantida solta, em uma terra de propriedade do grupo familiar e/ou de vizinhos. Os denominados “mangueirões” correspondem às terras cercadas para uso das “criações baixas”, em comum acordo entre familiares e vizinhos.

Essas classificações levam em conta toda a dinamicidade do Sistema perante os processos transformadores, redefinindo os novos padrões territoriais dos Faxinais, que redimensionam várias práticas socioterritoriais para resistirem em seus territórios. Essas categorias entendem os faxinais para além do criadouro comunitário, fato esse que os órgãos públicos têm dificuldade de compreender, o que reflete nas políticas públicas voltadas para esses povos, como é o caso das ARESUR.

Entre os anos de 1997-2017, foram criadas 26 ARESUR, em onze municípios, em três mesorregiões, com destaque para a Sudeste, com 21 áreas. O lento reconhecimento e implementação de políticas públicas por parte do Estado dá-se, principalmente, pela divergência dos números apresentados em diferentes levantamentos, que utilizam de metodologias diferenciadas, e da própria concepção de Sistema Faxinal.

Enquanto alguns pesquisadores, a exemplo de Marques (2004), analisam o sistema à luz do conceito proposto por Chang (1988), ignorando a dinâmica do próprio sistema em virtude da intensa modernização do campo, os movimentos sociais, nesse caso, a Articulação Puxirão (Meira et al, 2009), ressignificam o conceito a partir dessas mudanças e das condições situacionais dos povos de faxinais e identificam como parte do sistema faxinal todos aqueles que se reorganizaram para resistir no campo e reproduzir seu modo de vida, mesmo que, para isso, tenham sacrificado partes das suas formas de reprodução.

Nesse sentido, de fato, não são todos os camponeses que conseguiram manter as mesmas atividades, aos moldes do que retratou Chang em 1988. Como qualquer organização social que é dinâmica, reinventaram-se para garantir a permanência no território e sua reprodução sociocultural. Embora muitas de suas práticas tenham sido impossibilitadas em virtude dos processos de modernização [principalmente da agricultura ou da criação coletiva], algumas permanecem e outras foram redimensionadas (SOUZA, 2009).

Perante toda essa problemática envolvendo os Sistemas de Faxinal, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas com intuito de explorar aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e ambientais, em diferentes áreas da ciência.

1.5- Faxinais do Paraná – da desintegração à resistência: Como a literatura científica explica os faxinais?

Há trinta anos, a socioeconomista Man Yu Chang (1988) concluía seu trabalho, iniciado em 1982, declarando o fim do Sistema Faxinal nos próximos 10 ou 12 anos, encerrando, dessa forma, mais um capítulo na geografia e história do estado do Paraná, pois esses estavam em avançado processo de desintegração, não restando outra alternativa a não ser a incorporação pelo capitalismo agrário, maquiado por um discurso modernizador da agricultura.

Chang (1988) não foi a primeira a se dedicar à pesquisa sobre o Sistema Faxinal, embora seja um dos trabalhos de maior notoriedade. Desde a década de 1980, os faxinais do Paraná vêm sendo estudados por diferentes pesquisadores. Dentre os pioneiros, estão os trabalhos de Carvalho (1984), Gubert Filho (1986), Gevard Filho e da própria Chang (1985, 1988). Carvalho (1984), ao estudar o Faxinal Rio do Couro, em Irati, aponta suas origens e particularidades e, a partir do criador comunitário, define o Sistema Faxinal como uma organização consuetudinária entre os proprietários da terra, tendo em vista a criação de animais à solta, um resíduo do campesinato formado por camponeses empobrecidos em vias

de extinção. Já o termo faxinal estaria relacionado à presença da floresta. Gevard Filho (1986) analisa a forma de exploração da terra por meio do seu processo histórico e do perfil jurídico e Gubert Filho (1987) trabalha destacando os diferentes aspectos do Faxinal Barra dos Andrades, em Rebouças, sejam ecológicos, econômicos, sociais ou políticos.

Ainda na década de 1980, Chang (1985) defende dissertação de mestrado³³ sobre a temática da desagregação dos faxinais e, em 1988, publica o Boletim Técnico-Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná, por meio do qual procura entender os processos de desintegração dos faxinais, partindo da sua formação histórica, seus mecanismos de funcionamento e os processos de avanço do capitalismo agrário no campo.

Em 1994, destaca-se o trabalho elaborado pela EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural): Levantamento preliminar dos faxinais do Paraná, no qual se identificam os faxinais do estado, que somariam um total de 121, distribuídos pelas mesorregiões Centro-Sul, Sudeste, Centro Oriental, Oeste e Metropolitana de Curitiba. Para Hauresko (2012), foi a partir de 1990 que os estudos sobre os faxinais começaram a ganhar força, resultando em e uma projeção maior dessas comunidades camponesas.

A partir dos anos 2000, aumenta-se o número de pesquisas sobre o Sistema Faxinal. Nerone (2015³⁴), em sua tese de doutoramento intitulada de Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar, com recorte espacial o Faxinal Marmeleiro de Baixo, em Rebouças, defende os Faxinais como herança cultural dos Jesuítas. É importante notar que a autora descreve de forma minuciosa as atividades culturais e sociais presentes no faxinal, envolvendo hábitos alimentares, os saberes e fazeres, as manifestações culturais e religiosas, e aponta os fatores de desagregação.

Souza (2001), estudando o Faxinal Saudade de Santa Anita, em Turvo, destaca os fatores desagregadores, principalmente, os conflitos com madeireiras e gaúchos e as resistências oriundas daquilo que o autor denomina de “racionalidade camponesa”, presente no modo de vida faxinalense e no uso comunitário da terra no criadouro comunitário. Em relatório para o IAP (Instituto Ambiental do Paraná), Marques (2004) aponta as condições em que se encontram os Faxinais, chegando à conclusão que existiam, no mínimo, 44 Faxinais no Paraná, todos em avançado processo de desintegração.

³³ CHANG, M.Y.. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa no Centro-Sul do Paraná (Tese de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1985.

³⁴ Esse livro corresponde à tese de Nerone, defendida em 2000, porém em uma versão revisada.

Nesse contexto, é importante destacar a criação da Rede Faxinal, em julho de 2004, atuando na defesa e promoção das terras e povos de Faxinal, envolvendo representantes de órgãos do governo (SEMA- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, IAP, SEAB- Secretaria da Agricultura e Abastecimento, IAPAR- Instituto Agrônômico do Paraná, etc.), de prefeituras (Rio Azul, Prudentópolis, etc.), de instituições de ensino/pesquisa (UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste, EMBRAPA FLORESTA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, etc.), de organizações não governamentais (ING - Instituto os Guardiões da Natureza, IEEP- Instituto Equipe de Educadores Populares, etc.) e camponeses faxinalenses.

A atuação da Rede Faxinal³⁵ culminou com a realização, em 2005, do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais, no Município de Irati. Nesse encontro, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) surgiu como um movimento social, que tem como proposta a valorização cultural e social, juntamente com o direito de existir dos povos de faxinais, bem como a luta pelos territórios tradicionalmente ocupados e por um modelo sustentável de produção, adaptado ao seu modo de vida.

Buscando, a partir do encontro, produzir uma base científica de auxílio e colaboração com os camponeses faxinalenses, em 2005, foi criada a Rede Faxinal de Pesquisa. Com caráter multidisciplinar (Engenheiros Florestais, Zootecnistas, Geógrafos, Biólogos, Turismólogos, professores etc.), agregando pesquisadores de instituições e também pesquisadores autônomos, tendo por objetivo estimular as reflexões acadêmicas sobre o Sistema Faxinal.

Em 2006, foi criado o Laboratório dos Povos Eslavos e Faxinalenses³⁶, na UNICENTRO, Campus de Irati, reunindo pesquisadores/professores no desenvolvimento de pesquisas, atividades de ensino e organização de acervos de imagens e história oral, buscando reconstruir o histórico e analisar o presente das comunidades faxinalenses, principalmente aquelas situadas na Mesorregião Sudeste paranaense. Os trabalhos perpassam desde sua gênese (CAMPIGOTO E SOCHODOLAK, 2008), às festas, ritos e memória, no universo da diversidade cultural desse sistema, expressos nas práticas e conhecimentos tradicionais (CAMPIGOTO et al, 2008), o sentido hermenêutico dos faxinais (CAMPIGOTO e BONA, 2009), a religiosidade popular, baseada na devoção aos santos, a São João Maria, ao Divino

³⁵ Informações disponíveis em: <http://redefaxinal.tripod.com/index.html>

³⁶ Informações disponíveis em: <https://www2.unicentro.br/lapefi/>

Espírito Santo, São Roque, entre outros (BENATTE, CAMPIGOTO e CARVALHO, 2011), os sistemas migratórios (SCHÖRNER e CAMPIGOTO, 2011), a educação (CAMPIGOTO, 2015) e eventos históricos, como a peste suína e a peste de gafanhotos (MANEIRA, 2013).

Ressalta-se ainda o envolvimento de outros grupos como o ENCONTTRA³⁷ - Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra, vinculado ao curso de Geografia da UFPR (Universidade Federal do Paraná), que propõe a análise interdisciplinar das múltiplas dimensões que confluem na produção do espaço na sociedade atual. Esse grupo tem desenvolvido importante trabalho junto às comunidades tradicionais e movimentos sociais, por meio da cartografia social (Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba, 2011). No caso faxinalense, buscando, em seus trabalhos, viabilizar a mobilização dos camponeses faxinalenses e o papel da cartografia social como instrumento de protesto e denúncia, com trabalhos realizados nos faxinais da Região Metropolitana de Curitiba (ROCHA, 2011; OLESKO E ROCHA, 2014).

Na UEPG, merecem destaque os trabalhos desenvolvidos sob orientação de Löwen Sahr (SCHUSTER, 2007; BARRETO, 2008; FERREIRA, 2009; LEMES, 2009; SIMÕES, 2009; BARBOSA, 2010; GRZEBIELUKA; 2010; SOARES, 2012), abordando uma diversidade de temáticas que perpassam o turismo, as políticas educacionais para esses camponeses, os padrões de povoamento e a organização sócio-espacial. Em parceria com outros pesquisadores, a autora analisa as especificidades desse sistema (SAHR e CUNHA, 2005; SAHR e SAHR, 2009), a subordinação à agroindústria do fumo nos Faxinais de Barreiros e dos Lemes em Ipiranga- PR (LEMES e SAHR, 2005) e, por meio da dinamicidade do sistema, busca traçar a relação entre tradição e modernidade nos faxinais (SAHR, 2008).

Já Almeida e Souza (2009) organizaram o Livro Terras de Faxinais, trazendo, através da visão de diferentes pesquisadores vinculados aos movimentos sociais, as perspectivas de estudos sobre os faxinais. Nesse trabalho, encontra-se o “Mapeamento Situacional dos Faxinais do Paraná” (MEIRA, VANDERSEN e SOUZA, 2009), que identificou um total de 227 faxinais no estado, classificados em diferentes categorias, elaboradas por SOUZA (2009).

Vale ainda destacar os trabalhos com cunho ambiental de Albuquerque (2011), Dias e Thomaz (2011), Antonelli e Thomaz (2012), Andrade et al (2012), que buscam dar um enfoque nos processos ambientais no Sistema Faxinal através da dinâmica biofísica, parâmetros geoambientais de qualidade e degradação ambiental, aplicando métodos e técnicas

³⁷ Informações disponíveis em: <https://encontra.wordpress.com/>

para conservação dos recursos naturais (THOMAZ, 2011), processos geomorfológicos e erosivos (DIAS e THOMAZ, 2011,) característica dos solos (STRACHULSKI et al, 2009; CARILHO et al, 2013) compactação do solo e regeneração florestal (Albuquerque, 2010) tipologia e diversidade vegetal (ALBUQUERQUE et al 2011; MORO e LIMA, 2012), fitossociologia dos criadouros comunitários (PEREIRA, 2009), florística (ALBUQUERQUE, 2011) e manejo florestal (SCHIMITZ et al, 2005).

Dentre esses trabalhos, notam-se os de cunho crítico ao Sistema Faxinal (ANDRADE et al, 2012;) e aqueles que sugerem novas formas de planejamento e “utilização correta” desses territórios (FREITAS E ANTONELLI, 2012), principalmente na defesa de que o Sistema Faxinal não representa um padrão ambiental sustentável, ignorando que a presença humana em si pressupõe mudanças ambientais.

Percebe-se neles certa concepção de “natureza intocada”, ou, como argumenta Diegues (1996), uma visão utilitarista de conservação, que pressupõe que os impactos da atividade humana podem ser revertidos por tecnologias modernas ou preservacionistas, que garantiriam a integridade ambiental, o que pode ser contestado em evidências de outros trabalhos (LIMA et al, 2010; ALBUQUERQUE et al, 2011) que indicam a importância ambiental do Sistema Faxinal na conservação e preservação da floresta com araucárias. Tais estudos não negam os impactos ambientais, porém detectam que são menores diante da grande capacidade de regeneração florestal perante as atividades faxinalense de baixo impacto.

Os trabalhos que envolvem a temática das políticas públicas foram desenvolvidos por Sahr e Cunha (2005), que analisam a implantação do ICMS ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o impacto nas áreas de faxinais e a inserção desse sistema na agenda política, como no caso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Neiverth e Sahr (2009) apresentam como as políticas públicas e ações governamentais contribuem para a manutenção da cultura e das terras faxinalenses e Monteiro (2010) investiga a questão da criação das ARESUR (Áreas Especiais de Uso Regulamentado) e suas implicações nos territórios faxinalenses por meio do ICMS-ecológico, destacando a importância que esse sistema camponês ganha do poder público pela presença da floresta com araucária em melhor estado de conservação no Paraná. Furtado et al (2003) propõem, através de variáveis fatoriais, ranquear os faxinais com melhor conservação ambiental a fim de destinar maiores recursos do ICMS ecológico para esses territórios.

Na área de turismo e geração de renda, destacam-se os trabalhos de Lemesa (2010) e Moreira et al (2011). Lemesa (2010) analisa o papel do turismo rural nos faxinais, com destaque para uma propriedade no Faxinal Dérevo (Papanduva de Baixo), no município de Prudentópolis. Moreira et al (2011) propõem um roteiro dos faxinais como ferramenta de desenvolvimento sustentável por meio do ecoturismo, apresentando a grande beleza cênica e a grande variedade de ambientes dos faxinais, que formam um mosaico de ecossistemas que inclui uma diversidade singular de atrativos turísticos. Ambos apresentam o turismo como fonte de renda complementar.

Os estudos dos rebanhos domésticos, desenvolvidos por Leite et al (2008), Leite e Loddy (2012), buscam caracterizar os animais domésticos presentes nos faxinais Taquari dos Ribeiros, em Rio Azul, Krüger, em Boa Ventura de São Roque e Marcondes, em Prudentópolis, e identificam que são constituídos principalmente por raças nativas ou sem definição. As autoras atentam-se à dieta dos animais, que não está mais restrita somente a elementos da floresta, como no passado, mas há complementação, via de regra, com milho e outras rações animais.

A temática do sistema de cultivo nos faxinais foi descrita por Silva e Carvalho (2009) e Moreira (2011), que apresentam que as formas de cultivo refletem diferentes condições de relacionamento com ecossistema e destacam a produção de fumo, nas comunidades de faxinais, como componente central de geração de renda. Já na perspectiva de estratégias de diversificação da renda por meio de uma agricultura ecológica, destaca-se o trabalho de Ahrens et al (2013) e do extrativismo da floresta, de Silva e Clemente (2009), que atentam para a cadeia produtiva de produtos oriundos do extrativismo, em especial, o pinhão.

Na área da biodiversidade e conhecimentos tradicionais, os trabalhos indicam a relação da preservação de diferentes saberes e fazeres e o Sistema Faxinal. Rodomiski (2003) traça um paralelo entre plantas medicinais, tradição e ciência. Corona e Silva (2010) analisam, pelo viés da sociologia e da botânica, como as mudanças e os processos vivenciados nas comunidades têm interferências no modo de vida faxinalense. Fernandes et al (2013) destacam a visão da etnociência como ferramenta para compreensão do Sistema Faxinal, partindo do caso do Faxinal Potinga, em Inácio Martins, por meio dos saberes vernaculares relacionados a plantas medicinais. Stanisk et al (2013) buscam realizar estudos etnobotânicos no Faxinal Sete Salsos, em Ponta Grossa, por meio da análise do uso das plantas medicinais.

A presença do Sistema Faxinal para além dos limites geográficos do Paraná, na Região do Contestado no Planalto Norte Catarinense, faz-se presente nos trabalhos realizados por Tonon (2008) e Föestsch e Gregório (2013). Tonon (2008) destaca a força da tradição dos

faxinais e sua relação com as irmandades místicas da Região do Contestado, evidenciando que a prática comunitária dos caboclos do Contestado remete aos Faxinais, permeada por práticas religiosas populares associadas à figura de São João Maria³⁸ e José Maria. Föestsch e Gregório (2013) lembram que essa região tem características similares com as dos faxinais do Paraná, a saber, físico-naturais e dos processos histórico-geográficos. Esses autores defendem evidências semelhantes entre alguns redutos³⁹ e o sistema faxinal, que, no caso de Timbózinho, tem-se como sinônimo.

Diante das transformações no Sistema Faxinal, alguns autores buscam entender os faxinais como áreas onde ocorrem conflitos pela terra e pelo território (OLESKO e MONTENEGRO GÓMES, 2009), evidenciar os conflitos e as resistências (CORREIA e GOMES, 2015), sua dinâmica de formação socioespacial e os conflitos (RAMOS e SILVA, 2016). Nesse sentido, outros trabalhos procuram demonstrar o papel dos movimentos sociais na mobilização social faxinalense (SOLIS e CAMPOS, 2015; SILVA e MENIN, 2015), por meio da APF (Articulação dos Povos Faxinalenses). Há ainda os que foram desenvolvidos no sentido de analisar juridicamente, a partir das relações sociais estabelecidas por meio da ocupação do território que constituem bens culturais passíveis de serem tutelados pela Constituição (Sá, 2006), e assim, assegurar os direitos dos camponeses faxinalenses como povo e população tradicional.

Na Geografia, encontram-se as teses de doutorado de de Tavares (2008), Hauresko (2009), Barreto (2013), Föetsch (2014) e Simões (2015). Tavares (2008) aborda o campesinato e os faxinais, traçando uma interpretação histórica dessa fração do campesinato no território paranaense. Hauresko (2009), ao discutir tradições e modernidade, analisa a manutenção de práticas tradicionais e a presença de inovações nas comunidades de faxinais. Barreto (2013) analisa como vêm se reproduzindo os camponeses faxinalenses no Paraná e a construção da identidade por meio da autoafirmação coletiva. Föestch (2014) propõe analisar a territorialidade dos elementos que caracterizam o Sistema Faxinal na região do Contestado, localizada no limite político entre os estados do Paraná e Santa Catarina, buscando compreender sua consolidação, desarticulação e reminiscências, na perspectiva das

³⁸ Optou-se por chamar o monge João Maria pelo termo “São João Maria” como de costume entre os faxinalenses.

³⁹ Os Redutos eram espaços de resistência formados para combater as forças militares, durante a Guerra do Contestado. Os caboclos reunidos em nome de São João Maria desenvolviam um modo de vida comunitário nesses espaços.

identidades territoriais. Por fim, Simões (2015) traz, em seus estudos, a relação entre juventude e território, tendo jovens faxinalenses como sujeitos da pesquisa.

Dessa forma, pode-se constatar que, nas últimas décadas, o Sistema Faxinal, principalmente a partir da projeção de sua extinção por Chang (1988), ganha notoriedade nos estudos científicos em diferentes áreas: geografia, história, sociologia, antropologia, meio ambiente, ecologia, agricultura, economia, saúde, direito, educação, medicina veterinária, zootecnia, engenharia ambiental e Florestal. Isso não demonstra um saturamento nas pesquisas sobre a temática, mas a necessidade de aprofundar os estudos sobre esse sistema, que resiste e que ainda carece de maior exploração, principalmente aqueles faxinais situados em outras mesorregiões do estado e ainda pouco explorados, como os de Pinhão.

1.6- Problemática de Pesquisa: Especificidades sobre o Município de Pinhão

O histórico de ocupação oficial do atual município de Pinhão confunde-se com o do vizinho, o Município de Guarapuava, do qual se emancipou, em 1964. Porém, por situar-se na divisa dos Campos de Guarapuava com a região de floresta ou matas mistas de araucária, apresenta uma série de particularidades, principalmente na formação de sua população e na forma de uso e ocupação do solo.

É da área que corresponde ao atual município de Pinhão que se têm os primeiros registros de ocupação colonial portuguesa, nos fins do século XVIII, com a descoberta dos Campos de Guarapuava, que viriam a se tornar rota alternativa em relação aos Campos Gerais e, assim, articulando-se ao processo mais amplo de tropeirismo, no Sul do Brasil. Posteriormente, a presença dos ervais nativos levou a região a inserir-se no ciclo da erva-mate e, posteriormente, no ciclo madeireiro, pela grande abundância de pinheiros e imbuías.

Esse conjunto de características significativas e de inserção em diferentes ciclos econômicos é importante para se pensar os processos de ocupação territorial do Paraná, pois articula vários dos movimentos de expansão econômica e do povoamento oficial do interior do estado, com a presença de uma população tradicional significativa (PORTO E AYOUB, 2013).

Chama-se de processo oficial de povoamento do interior do estado porque foi constituído pelos colonizadores. Porém, existe outra história, a daquelas populações que já habitavam, principalmente, as áreas de floresta, num processo de resistência e simbiose com o ambiente que os envolve e modo de vida e cultura próprios.

A Região de Pinhão era habitada por índios Votorões, considerados os mais “ariscos” e com maior resistência no processo de catequização (PORTO e AYOUB, 2013). No entanto, há um silêncio na história sobre a presença indígena e, atualmente, os que habitam o município são oriundos de outras regiões. A história local (PASSOS E CAMARGO s/d; PORTO, 2013) destaca que a presença indígena surge nos relatos de ocupação como ameaça à colonização e, na cultura local, existem diferentes relatos de ancestrais indígenas que foram capturados de maneira selvagem, com o uso de força. Porto (2013) entende que esses relatos fazem parte de um reconhecimento da população local de suas raízes indígenas.

Camargo (s/d), ao abordar a vida dos moradores da Fortaleza de Nossa Senhora do Carmo (em áreas do atual Município de Pinhão), no século XIX, ressalta o risco constante de ataques indígenas, seu número significativo e a convivência tensa entre esses povos e colonizadores. Assim, podem-se identificar as áreas de campo como de colonização e as matas como de domínio indígena. Entretanto, os poucos relatos sobre a presença indígena deixam a indagação do que aconteceu com essa população, que era numerosa e dominante nas áreas de floresta.

Porto e Ayoub (2013) acreditam que uma estratégia importante para tal desaparecimento é a mobilização da categoria de “caboclo”, havendo uma dissolução num universo mestiço bastante indefinido. Todavia, faz-se importante destacar que o caboclo não precisa ser necessariamente descendente do índio. Para ser caboclo, precisa apenas ser criado no “sertão” da floresta, ter hábitos e comportamento sertanejos, ou seja, é modo de vida.

Para as autoras, o silêncio acerca da ocupação indígena, bem como sua dissolução na categoria de caboclo, estaria vinculado à história oficial de ocupação de Pinhão, que tem nas áreas de campos sua ênfase, ignorando as áreas de floresta e seus habitantes. A história oficial resume-se a explicar o desenvolvimento do tropeirismo nas áreas de campo e o processo de modernização pelo qual passaram essas áreas, durante o século XX, merecendo destaque a transformação produtiva para a produção de grãos, permanecendo como áreas de grandes proprietários e da elite regional. Em Pinhão, atualmente, o milho e a soja representam a maior parte da produção cultivada nos campos.

Essas áreas de campos caracterizam um povoamento planejado, com inserção reconhecida na economia regional, enquanto os territórios de floresta passaram por movimentos menos sistemáticos de colonização, conjugada pela população local com aquela oriunda de diversos lugares do Paraná, dos estados do sul do país e de outros países. Os camponeses dispersaram-se nas florestas, constituindo o sistema faxinal a partir do sistema de terras livres, que consistia na posse e no estabelecimento e controle de uma determinada área

do território, a partir da construção de uma moradia, da criação de animais à solta, no entorno, e da agricultura em áreas específicas, ou seja, o grande legitimador do direito à terra era a posse, que era consolidada através do trabalho e da criação animal (PORTO e AYOUB, 2013).

Dessa forma, Porto e Ayoub (2013, p. 141) destacam que:

Pode-se afirmar, portanto, que o povoamento disperso conjugado à baixa densidade demográfica fez com que na primeira metade do século XX essas áreas permanecessem como fronteiras abertas a novos habitantes. Há famílias que narram histórias de imigrantes europeus isolados que lá chegaram e se casaram com “gente da terra”. Por outro lado, além dos sujeitos que vieram dos estados do sul e de outras partes do Paraná em busca de um novo lugar para se estabelecerem, há relatos de moradores cujos antepassados são remanescentes de inúmeras guerras, tanto específicas quanto genéricas— como, por exemplo, a Guerra do Contestado ou a Revolução Federalista (1893-1895).

Esse processo de ocupação das florestas deu-se, ao longo dos últimos três séculos, por meio da posse da terra, com correntes migratórias dadas a partir de conflitos e confrontos em outras áreas, ou seja, constituída por populações, muitas vezes, oprimidas. Existem muitos relatos de famílias oriundas do Rio Grande do Sul, em detrimento da Revolução Federalista, de ex- escravos vindos da região de Pelotas⁴⁰, após a abolição do escravismo. Destaca-se ainda a Guerra do Contestado, ocorrida do outro lado da margem do Rio Iguaçu e com relativa proximidade com as florestas e os Faxinais de Pinhão.

Nesse sentido, a vinda de diferentes famílias para o município e sua consolidação na área onde, até hoje, permanecem como posseiros/faxinalenses, é vinculada a um passado de conflitos e de busca por um território onde pudessem se estabelecer e viver em paz. Em diversos relatos, várias famílias expõem que a vinda para os faxinais do Pinhão deu-se pela passagem de algum familiar que fazia tropeada e, ao passar pelo sertão da floresta, resolveu retornar com toda a família para um lugar onde “não tinha ninguém e vivia-se em relativa paz”, se comparada a outras regiões. A vinda deu-se, principalmente, pela grande quantidade de terras disponíveis e o modo de vida em sistema faxinal em terras livres, sendo que, para a posse, só era necessário chegar, escolher uma coxilha⁴¹ com água por perto e lá construir uma casa.

⁴⁰ Informações coletadas em 07 de setembro de 2017, em Faxinal Bom Retiro.

⁴¹ O termo coxilha, no dicionário, está vinculado a áreas de campos, porém, no vocabulário local, refere-se a regiões mais elevadas.

Porém, essa dinâmica de povoamento das áreas de floresta provoca um silêncio na história oficial. Porto e Ayoub (2013) destacam que as florestas foram responsáveis por atividades produtivas, vinculadas a contextos mais amplos dos ciclos econômicos paranaenses, como a extração da erva-mate, da madeira e ao tropeirismo do porco, com destaque para este último. Há relatos na história oral, nos faxinais de Irati (MANEIRA, 2013), que, na década de 1940, a região dos faxinais de Pinhão era grande produtora de porcos e com intensos processos de comercialização com Irati e Mallet. Esses fatos reforçam a hipótese de que os faxinais sempre estiveram ligados a diferentes ciclos econômicos, algumas vezes de maneira mais intensa, outras de maneira marginal.

Portanto, assim como Porto e Ayoub (2013), acredita-se que a cultura e a sociabilidade da floresta desenvolveram-se de maneira diversa das áreas de campos, descrita na história oficial. Enquanto estas constituíram-se com sua face voltada para Guarapuava, para uma sociedade mais desigual, marcada pela presença de uma elite proprietária e produtora e um contingente populacional dependente dessa elite, os camponeses das florestas organizavam sua produção de acordo com o Sistema Faxinal, com produção agrícola de subsistência e voltada para a Região de Palmas, Cruz Machado e Irati⁴².

A realidade de Pinhão modificou-se substancialmente, a partir do final da década de 1940, com a instalação da indústria madeireira na região. Uma dessas madeireiras foi a João José Zattar S/A, oriunda do atual município de Teixeira Soares e que seguiu a chamada marcha das serrarias, em direção ao oeste paranaense. A madeireira Zattar investiu na extração de madeiras, construção de serrarias e de vilas operárias e, posteriormente, diversificou suas atividades nas áreas de floresta, principalmente na extração da erva-mate e na venda de lotes de terras (MONTEIRO, 2008).

A atuação da madeireira Zattar teve consequências diversas. Por um lado, provocou o crescimento populacional de Pinhão, o aquecimento da economia (com compras e vendas de pinheiros e a criação de empregos nas serrarias). Por outro, alterou marcadamente o território das florestas, por meio de processos de expropriação dos camponeses, gerou conflitos e confrontos e um cenário de violência no campo, por meio da atuação de jagunços e guardas da madeireira, que agiam no sentido de intimidação dos camponeses que viviam na posse da terra em Sistema Faxinal (PORTO, 2013)

⁴² Fato esse evidente quando, na realização de entrevistas, durante o mestrado, e que aparecem nos relatos de Porto (2013).

Ayoub (2013) salienta que, dentre essas situações, destacam-se eventos de violência física contra os posseiros, que incluíam povos de faxinais, ameaças de expropriação, queima de residências, confisco da produção agrícola, matança de criações, acusações de roubo de madeira e de erva-mate, proibição do desenvolvimento normal das atividades de produção agrícola, construção e destruição de cercas. Se, nas áreas de faxinal, ela passou a trabalhar com o extrativismo da madeira e erva-mate, nas terras de cultura, soltou cabeças de gado.

O auge dos conflitos e confrontos deu-se na década de 1990, porém, esses fatos participam de uma dinâmica regional mais ampla, relacionada tanto aos avanços das madeireiras pelo estado, como também das políticas de ocupação, desenvolvimento e modernização do Paraná. A madeireira Zattar esteve ligada ao processo de emancipação política de Pinhão, que articulou deputados vinculados ao setor madeireiro, como João Mansur de Irati, o que ficou evidente na eleição do primeiro prefeito, que era gerente da madeireira Zattar.

Salles (2013) lembra que esses processos também tiveram envolvimento de membros da antiga elite campeira da região. A partir do início do século XIX e início do século XX, a sociedade campeira em decadência, em razão da crise do tropeirismo, passa a perder seus latifúndios, que foram paulatinamente adquiridos por imigrantes e alguns integrantes desses grupos dominantes. Nesse sentido, Salles (2013) explica que os descendentes do antigo grupo dominante migraram para atividades urbanas, de maneira especial para funções burocráticas, sendo apoio fundamental para o sistema de dominação regional, representados por empreendimentos capitalistas, que associavam grandes plantas industriais rurais, latifúndios monocultores, diversificação de investimentos, isto é, elementos da modernização capitalista do século XX.

O autor também identifica, ao analisar a composição das grandes madeireiras, que integrantes dessas elites usavam casamentos entre filhos da primeira geração de imigrantes com algum capital e os filhos de grandes proprietários dos campos gerais a fim de permanecerem na elite campeira local e aumentarem sua importância nos processos políticos e econômicos que se seguiriam, no século XX. Caso importante levantado por Salles (2013) está relacionado ao fato que, entre 1953 e 1984, houve cerca de oitenta processos judiciais dos quais a madeireira Zattar era autora ou paciente de ação, na Comarca de Guarapuava⁴³. Do montante de processos citados (que às vezes duravam vários anos, até mais de uma década),

⁴³ Pinhão emancipou-se em 1964, mas uma comarca e fórum foram instalados no município quase três décadas depois, fazendo com que todos os processos fossem levados a Guarapuava.

trinta e três estiveram sob a responsabilidade de dois juízes ligados à elite campeira e à madeireira.

A madeireira Zattar agiu em Pinhão de uma maneira bastante comum no Paraná, conforme descrito por Gomes (2012). A ação consistia na compra de madeira em pé, como forma de obtenção da matéria prima. Essa prática de compra fazia com que os faxinalenses se comprometessem a deixar a madeireira explorar as árvores com determinado diâmetro, que eram marcadas, com prazo para retirada podendo chegar a trinta anos.

Os povos de faxinais relatam que a madeireira agia de má fé, uma vez que, ao longo dos anos, outras árvores cresciam, atingiam o diâmetro estabelecido no contrato e eram novamente marcadas⁴⁴, ou seja, criava-se um ciclo em que a madeireira sempre tinha material a ser explorado nos territórios de faxinal. Ayoub (2013) ainda relata que essas transações eram realizadas com intermediários que viviam no município e que gozavam de certo prestígio local, como pequenos fazendeiros, inspetores de quarteirão⁴⁵ e comerciantes, que recebiam da madeireira uma porcentagem pela compra das árvores.

A partir da década de 1960, a madeireira começa a adquirir terrenos para além de suas serrarias, chegando a escriturar, em seu nome, algo em torno de trinta mil alqueires de terras, em Pinhão (MONTEIRO, 2008). Esse processo girava em torno da compra de terras de herdeiros e do registro, em nome da empresa, de imóveis que não estavam juridicamente regularizados por aqueles que neles viviam. A ausência de registro é bastante comum em Pinhão. Desse modo, à falta de documentação somava-se o fato que grande parte dos faxinalenses era analfabeta e que, muitas vezes, ao acreditar que estava assinando o contrato de compra e venda de árvores em pé, estava transferindo suas posses. Esse processo de coação, através da assinatura de contratos, persistiu até finais da década de 1980.

Assim, a madeireira, ao documentar as posses dos faxinalenses em seu nome, passa a impor o estabelecimento de contrato de arrendamento com os faxinalenses, que não podiam mais retirar nenhum material vegetal das terras e ainda deviam pagar um terço da produção, em troca do direito de continuarem morando lá. Junto a esse movimento madeireiro de obtenção de novas áreas, surgem novos tipos de relações entre a madeireira e os povos que viviam nos faxinais.

⁴⁴ A marca consistia em um “x” cunhado nos troncos e nas bases das árvores.

⁴⁵ Havia dois tipos de inspetores de quarteirão: o inspetor de danos, que era responsável por conciliar os conflitos decorrentes da entrada das criações nas lavouras, e o inspetor de quarteirão que agia como um delegado da área, resolvendo os demais conflitos.

Nesse percurso, é organizado um corpo particular de homens armados, que deveriam zelar pelo patrimônio da empresa e garantir, através da vigilância e do uso de força, que os termos da madeireira fossem cumpridos. Esses profissionais intermediários e parte da estrutura de dominação sócio-econômica da madeireira são conhecidos pelas pessoas, que relembram o conflito como guardas e jagunços (AYOUB, 2013).

A década de 1970 é marcada pela exacerbação dos conflitos relacionados à intimidação da madeireira para controle do território. A madeireira passa a medir os terrenos documentados em seu nome e obrigar a assinatura de contratos de arrendamento por aqueles que não possuíam a documentação de suas terras, e a atuação dos jagunços para a inviabilização das atividades econômicas tradicionais faxinalenses. Intensificaram-se as ações de seus jagunços no confisco da produção agrícola e extrativista, morte de animais de criação, a intimidação e, em alguns casos, culminando na queima de casas, paióis, destruição de lavouras e ameaças de morte.

Nesse momento, a empresa passou também a vender terras para descendentes de gaúchos no Paraná, em geral, filhos não herdeiros de camponeses, que tinham um modo de produção diferenciado e que entrava em conflito com os faxinalenses, principalmente, pela presença das criações à solta. Esses novos sujeitos, além de disputarem território com os faxinalenses, também se tornaram posseiros, pois processos anteriores de hipoteca de terras pela madeireira impediram a regularização de sua venda. Fato importante de ser lembrado é que alguns desses vindouros de fora adaptaram-se ao sistema faxinal e permaneceram em Pinhão, outros reproduziram a agricultura mecanizada nessas áreas e ainda outros seguiram a marcha de migração sulista em direção ao Centro-oeste e Norte do Brasil.

Os conflitos com a madeireira agravaram-se, posteriormente, o que levou à organização da AFATRUP (Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão), em 1987, seguida da consolidação do movimento dos posseiros, contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra- CPT, através da ação dos padres da Paróquia do Divino Espírito Santo de Pinhão. Assim, na luta pela terra em Pinhão, os verdadeiros donos da terra são os posseiros, que, não necessariamente, detêm a documentação.

É importante destacar que, em Pinhão, o termo posseiro abriga uma série de camponeses em diferentes situações de conflito com a madeireira Zattar. Assim, identificaram-se como posseiros os povos de faxinais, pequenos agricultores e colonos que

foram expropriados de suas terras, sujeitos vindos de fora de Pinhão (gringos⁴⁶), que compraram terras da madeireira, mas não conseguiram obter suas escrituras devido a pendências jurídicas da própria empresa. Além desses, pessoas que se engajaram em processo de reocupação das áreas tomadas pela madeireira também se uniram ao Movimento de Posseiros. E, finalmente, indivíduos que pertenciam aos quadros de funcionário da madeireira e se tornaram posseiros, quando a Zattar entrou em decadência, nos anos 1990.

O Movimento de Posseiros tornou-se o principal porta-voz da luta pela terra em Pinhão, chegando a contar com cerca de 800 famílias, que viviam em diferentes situações de violência com a madeireira, o que levou à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, concluída em 1991, para apurar os abusos cometidos no município, sendo que, no ano seguinte, organizados pela AFATRUP, posseiros realizaram um grande movimento de reocupação de áreas expropriadas e dada a visibilidade desse processo, em 1994, a Comissão Pastoral da Terra realizou a 9ª Romaria da Terra, em Pinhão.

Nas últimas décadas, o contexto tem se tornado mais complexo (Anexo 01), pois a madeireira Zattar enfrenta uma situação de endividamento e dificuldades financeiras, que praticamente acabou com suas atividades no município. No entanto, continua movendo processos de reintegração de posse contra os posseiros, a exemplo do fatídico primeiro de dezembro de 2017, quando vinte e duas famílias tiveram suas propriedades destruídas. Nessa data, em decorrência de uma série de ações de desapropriação e reintegração de posse requeridas pela madeireira Zattar, desde a década de 1990, a comunidade de Alecrim foi violentamente destruída, as casas e as estruturas de produção foram derrubadas. Nem mesmo o local de culto da comunidade foi respeitado.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tenta negociar um vasto território com a madeireira, mas encontra entraves de difícil solução. O Governo do estado do Paraná, por meio do ITCG, não tem demonstrado interesse em resolver tal situação emblemática. Por outro lado, a mobilização política local conta com a presença de outros grupos políticos de luta pela terra: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses. No entanto, os vários movimentos têm propostas políticas distintas com relação ao uso e aos processos de regularização do território, o que causa diversos conflitos.

⁴⁶ Em Pinhão, comumente são denominados de gringos todos aqueles que advêm dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, geralmente descendentes de alemães.

Sales (2013) destaca que a redução de possibilidades de emprego no município, aliada à pressão provocada pelo crescimento demográfico das famílias camponesas e à inviabilidade de acesso à terra devido aos conflitos fundiários, tem provocado a migração dos camponeses para trabalharem em Santa Catarina e em outras regiões do estado do Paraná e do Brasil.

Essa exposição indica que a formação histórico-social de Pinhão permite relacionar ciclos importantes da economia regional (tropeirismo, erva-mate, madeira) com a articulação de povos tradicionais, seu processo de formação e desenvolvimento, os processos de violência no campo e mecanismos de resistência e os novos padrões territoriais emergentes.

Para isso, faz-se importante compreender o território e suas diferentes dimensões, bem como o entendimento de resistências cotidianas e coletivas e, assim, contribuir para uma análise territorial a partir de elementos e conceitos perceptíveis nos Faxinais de Pinhão.

CAPÍTULO 02: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRA, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

[...] Não há território sem uma trama de relações sociais; o território é um lugar substantivado por essas territorialidades e é constituído histórica e geograficamente. Nesta trama, há interação entre a terra e o território, o que indica uma proposição múltipla considerando, principalmente, as relações economia-política-natureza (SAQUET, p. 81, grifos do autor).

2.1- Introdução

Para realizar a leitura espacial ou geográfica de determinado fenômeno, é necessária a escolha de um conceito, ou, como indica Haesbaert (2014), de uma constelação de conceitos que melhor se apliquem à análise. Todavia, um conceito não é unicamente uma representação do real e, menos ainda, no sentido simples de reconhecimento e fixação de significados, que traduz alguma essência, não é um reflexo ou espelho de uma idealização, mas um instrumento de análise.

Dessa forma, busca-se refletir o território conceitualmente, a fim de evidenciar sua construção a partir de relações sociais e históricas, vivenciadas por meio das territorialidades, entendidas como produto das relações do território, das ações e estratégias para controlar uma área, podendo ser, inclusive, instrumento político-estratégico, e as resistências cotidianas ou coletivas, ocultas ou públicas. Além disso, destaca-se o território enquanto suporte material da existência, que é apropriado e delimitado, tanto material quanto simbolicamente, entendido como uma construção ao longo do tempo, onde são criadas identidades.

O conceito de território contém uma série de concepções e abordagens, elaboradas, principalmente, após 1950, com o chamado processo de renovação do pensamento geográfico, que, através de uma abordagem crítica nas discussões, desvincula-o da concepção clássica, relacionado ao exercício do poder, exclusivamente, pelo Estado. Destacam-se, dentre essas abordagens e concepções, aquelas que entendem o território a partir das dimensões econômica, política e cultural/simbólica, nas quais o material e simbólico são intrínsecos.

Nesse sentido, as abordagens que concebem o território como espaço de identidade e que constroem diferentes territorialidades e identidades territoriais são importantes nos estudos sobre comunidades tradicionais, como o caso das faxinalenses. Assim, é necessário definir o conceito de identidade, que é bastante complexo e ambíguo, sendo uma construção histórica e social, fonte de significado para um povo, relacionado à construção dos territórios e expresso nas chamadas identidades territoriais e em territorialidades diversas.

Por estar envolto em relações de poder, com diferentes territorialidades, no território, ocorrem diversos conflitos que alteram suas configurações e geram diferentes resistências cotidianas e coletivas, que contribuem para a permanência em determinado território. Entende-se, dessa forma, que o território é dinâmico e se propõe uma análise territorial de circulação (mudanças) e iconografias (permanências), a partir das concepções de Jean Gottmann. A circulação está relacionada às mudanças vindas do externo e as iconografias, às permanências evocadas para resistir nos territórios.

Para elaboração deste capítulo, utilizou-se de levantamento teórico sobre a discussão de território, territorialidade e identidade territorial, de autores considerados essenciais, como Raffestin (1993) Haesbaert (2004,2014,2017), Saquet (2013) e Souza (2013). Para conceituação de identidade, utilizou-se de Castells (1999), Hall (2005) e Cruz (2006). Nas discussões sobre as resistências cotidianas, partiu-se da concepção de Scott (2000) e das resistências coletivas, de Cruz (2006, 2013). Para apresentar a proposta teórico metodológica a partir da circulação e das iconografias, fez-se uso das obras de Gottmann (1975), Muscára (2008) e Cigolini e Silva (2018).

2.2- Território, identidade, territorialidade e terra

O conceito de território e suas variantes, como territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, territorialismos, enfim, uma gama de derivações, vem sendo utilizado nas pesquisas sócio-espaciais, na ciência geográfica e em outras ciências sociais para explicar as diferentes dimensões do espaço, das relações sociais e com a natureza (SOUZA, 2013; HAESBAERT, 2014), seja por meio do caráter de sua multifuncionalidade conceitual (HAESBAERT, 1997) ou de sua multidimensionalidade (FERNANDES, 2009).

Souza (2013) busca analisar as possibilidades do uso do conceito de território desvinculado do Estado, uma vez que, na chamada Geografia Clássica, estava relacionado ao exercício do poder, exclusivamente, pelo Estado. Essa concepção apoia-se em Ratzel, que, em seu artigo “O solo, a sociedade e o Estado” (RATZEL, 1983), considera que o território não pode existir sem o solo, ou seja, na abordagem clássica da Geografia Política, o Estado-nação é unidade exclusiva de poder e única realidade representativa do político, que tem no território

a fonte básica do poder, que, por sua vez, pode ser entendido como produto do meio físico, ou seja, o solo⁴⁷ (SOUZA, 2011).

Ao analisar a redução do território à escala do Estado, o autor evidencia os processos de construção e desconstrução que acontecem nas diferentes escalas sociais e temporais, defendendo que os territórios existem e são construídos e desconstruídos em diversas escalas, da mais “acanhada” à internacional, bem como em diferentes escalas temporais, variando de um caráter permanente, à existência periódica e cíclica.

Nessa perspectiva, Saquet (2013), ao abordar uma grande diversidade de obras de autores de diferentes países, com concepções teórico-metodológicas que se inserem nesse debate, num processo denominado de reelaboração do pensamento geográfico a partir dos anos de 1950/1960, estabelece uma discussão crítica que recoloca o conceito de território no centro das atenções da ciência geográfica, destacando quatro tendências, ou perspectivas de abordagens:

[...] a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólica-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e; d) a última, que ganha força a partir dos anos de 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar (SAQUET, 2013, p. 15).

Essas perspectivas e abordagens são indicadas por outros autores como diferentes dimensões de análise do espaço por meio do território (HAESBAERT, 2004, 2014, 2017; SOUZA, 2013). Tavares (2008) chama essas concepções de sócio-estruturalistas, pois concebem o território na qualidade de território social, basicamente, composto por três dimensões: cultural, econômica e política.

Haesbaert (2004) considera essas abordagens agrupando-as em três: 1) A política, também denominada de jurídico-política, concebe o território como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado. 2) A cultural(ista), ou simbólico-cultural, que prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, em que o território é visto como produto da apropriação e valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido. E 3) a econômica, que enfatiza a

⁴⁷ Souza (2013) atenta para o fato de que, em Ratzel, o termo território não possui status de uma categoria científica, com características próprias, e o termo mais utilizado para materializar determinada porção do espaço é solo (*boden* em alemão), utilizado como sinônimo de Estado.

dimensão espacial dessas relações, que conceitua o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais.

Além dessas dimensões, Haesbaert (2004), posteriormente, acrescenta a seus estudos uma quarta, que interpreta o território a partir de um viés natural, ou naturalista, propondo uma concepção baseada nas relações entre sociedade e seu ambiente. E, por fim, apresenta uma abordagem integradora, que consiga abarcar a dimensão econômica (recursos naturais e seus usos), política (relações de poder) e cultural (identidades), que coexistem e se combinam na produção do espaço e do território, ou seja, como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, e das relações de poder num sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).

Dessa forma, defende-se a tese de que o território define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido, partindo de uma concepção de espaço como híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço (HAESBAERT, 2004), ou seja, o espaço se torna território a partir do uso e, sendo usado torna-se social conforme compreensão de Santos (1999), que acrescenta que sua existência se dá pelas relações sociais, resultado de uma produção histórica. Assim, o território é entendido como resultado de um processo histórico de construção do espaço, por agentes que lhe imprimem características próprias, ou seja, é a projeção do trabalho sobre o espaço.

Os territórios de faxinais configuram-se de forma parecida com outros ocupados por povos tradicionais, que têm como referência relações sociais, culturais, econômicas e ambientais, inseridos numa profunda relação histórica com a natureza, não em um sentido determinista, mas tendo na natureza um potencial produtivo para o desenvolvimento de territórios únicos e diferenciados. A configuração dos territórios faxinalenses é resultado de um processo histórico baseado no trabalho, na agricultura e na criação de animais à solta, o que os caracteriza por meio uso comunitário das terras de criar e do uso individual das terras de plantar, configurando assim, dentro dos próprios faxinais, duas lógicas territoriais distintas que juntas formam esse modo de vida único, em ambiente de floresta com araucária.

Isso posto, entende-se que o território é relacional, não apenas no sentido de ser definido dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas de incluir uma relação complexa entre processos sociais e o espaço material, por isso é movimento, fluidez,

interconexão, temporalidade (s)⁴⁸. Ao considerá-lo como relação em movimento no espaço e no tempo, Haesbaert (2004) busca entendê-lo a partir de um processo em construção no qual se reelaboram as relações histórico-sociais, configurando as características do território e as formas de apropriação, uso e/ou domínio do espaço, que se efetivam nas relações de poder e estabelecem limites nos quais, muitas vezes, o externo é tido como estranho e conflituoso.

Ao analisar os territórios de faxinais, não se pode desconsiderar os processos históricos que o constituíram (ambiente de floresta com araucária e exploração de recursos naturais, agricultura de sustento, criação de animais à solta), bem como as relações sociais específicas (uso comunitário da terra, vínculos de solidariedade e compadrio, religiosidade), resultantes desses processos. Esse entendimento ajuda a compreender as transformações ocorridas nas últimas décadas, que não configuram o fim dos territórios de faxinais, mas a reelaboração/reorganização de relações histórico-sociais, criando novas características (padrões) territoriais, que, muitas vezes, entram em conflito com outros modos produtivos estranhos que tentam monopolizar os territórios.

Nessa perspectiva, ao analisar o estranho e conflituoso, que não necessariamente estão no externo de um território, visto que as relações que se estabelecem em um mesmo território podem ser conflitantes e produzirem territórios distintos, pois o conflito se estabelece no movimento de superposição de diferentes racionalidades e temporalidades, que estabelecem diversas relações de poder, não só de cunho econômico, político e funcional, mas também subjetivo, simbólico e cultural, conforme afirma Haesbaert (2004, p. 93):

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos.

Dessa forma, Saquet (2013) recorda que o conceito de território é utilizado tanto para estudar um indivíduo, quanto um lugar, um pensamento, uma comunidade complexa, em que

⁴⁸ Aqui caberia destacar as relações existentes dentro dos faxinais (intra-faxinais) e que caracterizam o território específico desses povos, o que inclui uma relação, muitas vezes, de difícil entendimento da configuração desses territórios, pois em muitos casos o uso é comunitário, mas a propriedade é privada. Como considerar as diferentes configurações de faxinais não baseadas no criadouro comunitário? Esses processos só podem ser entendidos dentro da relação histórico-social e do entendimento do território como movimento no qual se reelaboram as relações histórico-sociais e que dão as configurações dos faxinais atualmente.

estão imbricados processos de um movimento histórico, por isso, tem um significado bastante amplo:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura, ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínios e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. (SAQUET, 2013, p. 24).

Por isso, ao analisar os territórios de faxinais, não se pode levar em consideração apenas os aspectos econômicos, ou do quadro natural, pois nele está envolta uma trama de relações sociais que incluem as identidades, territorialidades, tradicionalidades e sobretudo des-continuidades e conexões, que, ao longo de um movimento histórico foram definindo, redefinindo, ganhando novos contornos, construindo novas geografias.

Perante essa complexidade de significado, Haesbaert (2014) destaca que, desde a sua origem, o conceito de território tem dupla conotação: material e simbólica, estando relacionado com poder, seja no sentido explícito de dominação, ou simbólico, de apropriação, que em um sentido Lefebvriano, está relacionado a processos simbólicos e com o vivido, que é sempre múltiplo, diverso, complexo e socialmente produzido, enquanto a dominação relaciona-se ao valor de troca, à funcionalidade no sentido de recurso, no qual é visto em termos de dominação do espaço a fim de controlá-lo e criar valor a partir da especulação com o preço de terras e dos recursos que ela oferece.

Nesse sentido, os territórios de faxinais apresentam a conotação material no sentido de ocupação de um determinado espaço, com atividades específicas e, no sentido simbólico, a apropriação cultural com territorialidades específicas, que evocam a tradicionalidade, estabelecendo-se como margem de encontro da fronteira entre racionalidades diferenciadas. A fronteira a qual se faz referência está vinculada ao deslocamento ou expansão de formas modernas ou capitalista de produção. É diante desse contexto que os povos tradicionais como um todo, que já estão ocupando a terra, são capazes de resistir, tendo como base o território, que muito mais que material, é carregado por símbolos, é o vivido.

Assim, combina funcionalidade e identidade, muitas vezes imbricadas e não perceptíveis, que, no jogo contemporâneo dos processos de destruição e reconstrução territorial, fica evidente no ir e vir num sentido funcional e aqueles onde a dimensão simbólica adquire um papel fundamental (HAESBAERT, 2014). Dessa forma, entende-se que o território é carregado de significados, ou, nas palavras de Haesbaert (2004), “semantizado”,

socializado e culturalizado, pois o homem costuma dar um significado àquilo que está a sua volta.

Ao significar, ou geo-grafar⁴⁹, os seus territórios, os povos tradicionais dão à dimensão simbólica um papel fundamental no sentido de garantir o seu modo de vida específico e o seu direito à diferença diante daqueles homogêneos, como é o caso do agronegócio, e sobretudo, meios de garantir a sua permanência num modo de vida tradicional.

Nesse sentido, como afirmam Candiotto e Santos (2009, p. 79), [...]“o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política”[...], passando ser entendido como produto e condição da territorialização, fruto espaço-temporalmente do exercício de poder de determinada classe social ou grupo. Tal ideia é auferida de Raffestin (1993), que o entende como manifestação social do poder, fundamentada em relações sociais que, em diferentes graus, são determinadas por ações simbólicas e concretas, significando que toda sociedade, ao delimitar um espaço de vivência no qual se organiza para dominar, transforma-o em seu território. Portanto:

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (RAFFESTIN, 1993, pp. 7/8).

As análises de Raffestin (1993) defendem que as relações de poder⁵⁰ estabelecem-se na escala dos sujeitos, tanto na esfera material quanto na cultural e simbólica, que são as “multidimensionalidades do vivido” territorial, pois suas ações no produto territorial são vividas por meio de relações de existenciais e/ou produtivas, que podem modificar territorialidades de sujeitos distintos. Em movimento dialético, constroem territorialidades situacionais e, nesse movimento, constroem-se a si mesmos.

⁴⁹ Porto-Gonçalves (2002) propõe pensar a geografia não como substantivo, mas como verbo, ato/ação de demarcar a terra. É desse modo que se pode falar de nova ‘geografia’, em que os diferentes movimentos sociais ressignificam o espaço e, assim, com novos signos, grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade.

⁵⁰ Raffestin (1993) destaca a ambiguidade do termo poder, mesmo que seja pela forma de escrita em minúsculo ou maiúsculo. O Poder, com letra maiúscula, postula a soberania do Estado, a forma da lei ou da dominação, manifestando-se por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. O poder em minúsculo é parte intrínseca de toda a relação social e manifestado por meio dessas.

Nesse contexto, para Raffestin (1993), o território passa a ser entendido como o *locus* de reprodução das relações sociais, local de possibilidades, onde os homens e mulheres constroem e se organizam através do trabalho, criando sua identidade. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação. Em outras palavras, o conhecimento ou a ignorância de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novos territórios [territorialização], destruí-los [desterritorialização] ou reconstruí-los [reterritorialização]⁵¹.

Por ser produzido a partir do espaço, inscreve-se num campo de poder que, nas proposições de Raffestin (1993), é um sistema territorial, dividindo a superfície em tessituras, nós e redes, cujos sistemas são organizados hierarquicamente e permitem assegurar o controle sobre o que é distribuído, alocado e/ou possuído. A partir deles, originam-se as relações de poder.

Dessa forma, as tessituras estabelecem limites, manifestando poder em determinada área, comunicando-se e interligando-se, principalmente quando os limites não forem físicos, as tessituras são fluidas e agem na mediação entre identidade, objeto e o território. Os limites relacionados ao território definem e possibilitam áreas onde o poder é exercido pelo grupo que se apropria desse espaço.

Os nós relacionam-se aos centros de referências de poder e consistem na aglomeração de diversas escalas independentes, que precisam se relacionar e comunicar. Para explicar os cortes e recortes dessas tessituras, bem como suas ligações entre os nós, propõe-se o conceito de *rede*, que é compreendida pela complementaridade existente entre a circulação e a comunicação, tanto com fluxos materiais, quanto com imateriais, que não se confundem, mas acontecem simultaneamente. A *rede* é dinâmica e inacabada, permitindo uma maior adaptabilidade às variações do espaço e mudanças do tempo, sendo instrumento de poder. Dessa maneira, o sistema territorial pode ser entendido tanto como meio, quanto como fim, ao passo que o território é uma organização a partir de ideologias e é estruturado por códigos, símbolos e identidades⁵² (RAFFESTIN, 1993). Isso significa que ele pode ser distinguido de

⁵¹ Haesbaert (2004) apresenta simplificadaamente que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, ou, nas palavras de Deleuze e Guatarri (1997), “[...]é a operação da linha de fuga[...]”, vista como característica dos processos culturais contemporâneos, não significando desenraizamento cultural. A reterritorialização pode ser compreendida como o movimento de construção do território, que é característico de um primeiro momento marcado, via de regra, por um novo agenciamento.

⁵² Portanto, cabe considerar que Raffestin analisa o território como apropriação, não como produção do espaço. Reconhece o território como espaço de relações de poder, mas também é palco das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço”.

acordo com os sujeitos que o constrói, do significado que lhe é dado, ou, nas palavras de Porto-Gonçalves (2002, p.230) “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica”.

Dessa forma, as diferentes identidades construídas ali estão relacionadas à sua forma de ocupação e apropriação, pois o lugar é carregado de diferentes aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais e simbólicas da vida. Para os camponeses, de maneira geral, o território representa a ocupação do espaço, a luta, o poder e, sobretudo, o assentamento e a conquista, mas também não deixa de ser o espaço da conflitualidade. Assim, pensar o campo como território de diversos povos tradicionais significa compreendê-lo como espaço de vida onde se realizam todas as dimensões da existência humana e se expressam as mais diferentes geo-grafias, que imprimem ali a sua marca (FERNANDES, 2005/2006).

Posto que é estruturado por elementos simbólicos relacionados à identidade de grupos sociais, faz-se necessário definir o significado de identidade e sua relação com o território nas chamadas identidades territoriais e como esses processos estruturam as territorialidades, principalmente de Povos e Comunidades Tradicionais.

Assim, Souza (2013b) justifica que, ao analisar o território na perspectiva de suas dimensões simbólicas, o elemento cultural encontra-se imbricado com a questão da identidade, fazendo-se necessário inserir nessas discussões o conceito de instrumento categórico que auxilia na compreensão da localização dinâmica e aspectos da cultura dentro de uma espacialidade e suas inter-relações. Estas apresentam, via de regra, uma complexidade em sua compreensão em função do caráter subjetivo das experiências humanas, as quais ficam evidentes no próprio conceito de cultura e identidade.

Essa concepção, que o entende como espaço de identidade, tendo o sentimento como base e lugar das mediações entre os homens e mulheres, cuja cultura ali se revela por meio de crenças e atitudes, onde cada indivíduo se manifesta, provocando interferências no grupo ou no coletivo. Ou seja, a cultura tem um papel central, pois condiciona e organiza de forma espacial e dinamiza um determinado território (MEDEIROS, 2009).

Nesse sentido, Albagli (2004) indica que o território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade, através de representações sociais, imagens e símbolos. Ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território, definem-se as relações com os outros, tendo na dimensão cultural “o fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço”, marcando uma certa

ideia de diferença, ou de distinção, entre comunidades. Essa faceta simbólica pode expressar-se também em reivindicações territoriais de comunidades ou grupos sociais.

Dessa forma, o território, inicialmente, é um espaço de identificação ou de pertencimento, mas apropriação só acontece em um segundo momento, compreendido a partir das vivências mais significativas, relacionadas à cultura. A identidade é compreendida para além do sentido de pertencimento ao lugar, mas como uma derivação de práticas e de conhecimentos construtores de territórios (MEDEIROS, 2009).

Portanto, o conceito de identidade é bastante complexo e ambíguo, compreendido como fonte de significado e experiências relacionadas com o coletivo. Sendo dinâmica, está sempre em construção, é localizada no tempo e no espaço, porém não deve ser reduzida a partir da mera diferença. É fluida, múltipla e aberta a reconstruções, podendo, inclusive, ser inventada – desde que haja certa ancoragem que lhe dê concretude. Não é nunca inocente, sobretudo quando assume um caráter estratégico e posicional na medida em que se torna politizada (CASTELLS, 1999; HALL, 2005; CRUZ, 2006).

Assim, essas identidades são dinâmicas, múltiplas, abertas e contingentes, o que remete a algo em curso, em movimento, sempre se realizando. Para Hall (2004), ela não se restringe à questão específica de quem as pessoas são, mas inclui também as perspectivas futuras de quem podem se tornar. Por isso, o autor defende que identidade não é o mesmo que originalidade, uma vez que os processos de identificação e os vínculos de pertencimento constituem-se tanto pelas tradições (raízes, heranças, passado, memórias etc.), como pelas traduções (estratégias para o futuro, rotas, rumos projetos etc.).

Por isso, ao tentar analisar e compreender as identidades dos povos tradicionais, faz-se importante identificá-las a partir da sua constante mudança, sem esquecer as estratégias para garantir o futuro desses povos, pois analisando a partir de elementos fixos, estáticos, corre-se o risco de projetar um futuro de dissolução, como pode ser observado no caso dos estudos sobre os faxinais, na década de 1980⁵³.

Castells (1999) entende que ela é a fonte de significado e experiência de um povo, construída no que diz respeito “de com e a partir de quê, por quem e para que isso acontece”, tendo como aporte processos históricos, geográficos, biológicos, a memória coletiva, a religião, que são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que dão significados em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

⁵³ Carvalho (1984), Gevaerd Filho (1986), Chang (1988).

A problemática de quem constrói e para quem é construída a identidade coletiva é central e determinante no que diz respeito ao conteúdo simbólico, uma vez que sua construção social ocorre em contextos marcados por relações de poder. Assim, é possível propor três formas e origens de construção de identidades: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto (CASTELLS, 1999).

A identidade legitimadora é aquela que é introduzida pelas instituições da sociedade, com intuito de dominação, enquanto a de resistência é criada por atores que se encontram em posição/condição de desvalorização pela lógica dominante, dando forma às resistências coletivas. Já as identidades de projeto estão vinculadas à construção de novas identidades, capazes de redefinir sua posição na sociedade, produzindo sujeitos, que são os atores sociais coletivos pelos quais se atingem os significados de sua experiência. A construção da identidade passa por um projeto de vida, muitas vezes, com base em identidades oprimidas, por isso, muitas das que se iniciam como resistência podem resultar em projetos (CASTELLS, 1999).

Ao tomar essa proposta de entender as identidades a partir de suas formas e origens como elemento de análise dos faxinais, conforme indica Castells (1999), é possível compreender que todo o processo histórico, em que se incluem os conflitos, são fundamentais para entender as identidades faxinalenses atuais, que contribuíram, sobretudo, para a afirmação política desses povos, a saber, suas traduções, ou seja, o projeto de vida futuro, baseado na identidade faxinalense e, assim, a ausência de algum elemento não pode ser considerada como o fim do sistema.

Para Cruz (2006), a discussão sobre a temática da identidade é bastante complexa, uma vez que o conceito é portador de uma grande ambiguidade teórica e política, mas pode ser sintetizado em três pressupostos teóricos. O primeiro entende a identidade como uma construção histórica dos significados culturais e sociais, que norteiam a distinção entre grupos ou indivíduos, de forma aberta e dinâmica. O segundo apresenta como relacional e contratativa, ou seja, é uma relação que nem sempre é construída na e pela diferença. E o terceiro pressuposto, que a apresenta como material e simbólica, construída subjetivamente, baseada nas representações, nos discursos, nos sistemas de classificações simbólicas, embora não seja algo puramente subjetivo e não se restrinja à “textualidade” e ao “simbólico”. Ela não é uma construção puramente imaginária, que despreza a realidade material e objetiva das experiências e das práticas sociais, como muitos afirmam, e nem tampouco é algo materialmente dado (CRUZ, 2006).

Esses entendimentos indicam que identidade é uma construção social, por isso não significa algo ilusório, pois se faz no interior de diferentes contextos sociais, não sendo possível pensá-la de forma dissociada de sua natureza simbólica e suas referências materiais, expressas no território e que levam a entendê-la a partir da dinamicidade.

Assim, a relação conceitual dada pela multiplicidade de sentido entre identidade e território é analisada por Haesbaert (2007) no sentido de entender que os processos sociais contemporâneos têm colocado em questão as referências espaço-temporais das configurações identitárias, e não somente os aspectos subjetivos. Dessa forma, propõe-se uma análise geográfica da identidade pelo viés das chamadas identidades territoriais, que se configuram em relação ao passado, à memória e à imaginação, ao presente e ao entorno espacial que se vivencia, isto é, à sua dimensão geográfica, apontando para uma análise a partir da dimensão espacial, a territorial.

Logo, toda a identidade territorial é uma identidade social, definida através do território, das relações de apropriação, que se dão, sobretudo, na concretude. Trata-se de uma identidade fundamentada na sua referência a um território, tanto no sentido simbólico, quanto no concreto. Dessa forma, a identidade social é também uma identidade territorial, quando o referente simbólico central de sua construção parte, ou perpassa, o território (HAESBAERT, 1999).

Para Haesbaert (2007), as identidades podem ser compreendidas através de um certo *continuum*, indo das mais abertas, híbridas e fluidas, até as mais rígidas e (re)essencializadas, tendo como aglutinador o território, ou seja, as identidades territoriais permitem aos povos de um determinado lugar, de alguma forma, reconhecerem-se como participantes de um espaço e sociedade comuns. Sua efetivação só ocorre quando um referencial espacial assume o papel de elemento central de identificação e é a relação territorial que possui potencial para ser ativada como instrumento de reivindicação política por meio das territorialidades.

Fica evidente que a relação território-cultura-identidade é intrínseca. Porém, Haesbaert (2014) atenta para o fato da construção de uma visão mais estreita, que reduz a territorialidade a uma dimensão simbólico-cultural do território, principalmente a processos de identificação territorial. Para o autor, ela não é apenas algo abstrato, é imaterial no sentido que, enquanto imagem ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se como estratégia político-cultural, mesmo que o território não esteja concretamente manifestado.

Assim, ao realizar uma revisão teórica sobre as diversas formas de entendimento de territorialidade (s), Haesbaert (2014) sintetiza que existe a concepção de territorialidade enquanto abstração para o conceito de território, territorialidade num sentido mais efetivo,

seja material ou imaterial (material no sentido de controle físico e imaterial no sentido de controle simbólico) e como espaço vivido, conjugando materialidade e imaterialidade.

Destarte, Haesbaert (2014) propõe as distintas possibilidades de se trabalhar a relação entre território e territorialidade, que vão desde a indistinção até uma completa separação, a concepção de territorialidade como mais ampla que território, até como algo mais restrito, ou seja, uma dimensão do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território. Dessa forma, o autor entende que a “territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também a relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias organizam o espaço e como dão significado aos lugares[...]” (Haesbaert, 2014, p.59).

Nesse sentido, o autor corrobora com as reflexões que as territorialidades incorporam componentes de poder como forma de estratégia para criar e manter territórios, através do qual se vive o mundo e se dota de diversos significados. Raffestin (1993, p. 162) aponta que as elas podem ser definidas como um “[...]conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo[...]” e que se manifesta em todas as escalas espaciais, sociais, ou, nas palavras do autor, a face vivida do poder. Saquet (2013, p. 118) contribui no sentido de apresentar a territorialidade como

[...] produtos do entrelaçamento entre sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares em diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações).

Está vinculada com o viver, com as mediações simbólicas, cognitivas e práticas, em que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social, ou seja, é fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território. Essas mediações mudam no tempo e no espaço, pois o agir social é local, territorial, e significa territorialidade. Destaca-se, porém, que, ao mesmo tempo, elas não dependem somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas das redes que interligam os locais.

Seu entendimento como agir e construção social é relevante nos estudos sobre Povos e Comunidades Tradicionais, principalmente no âmbito das Ciências Sociais, que entendem as territorialidades para além de limites físicos, a partir de fatores que definem o patrimônio acumulado de quem constrói. Nessa perspectiva, o território é conquistado por direitos

costumeiros, ou seja, é totalidade concreta do processo, do modo de produção, é construído/destruído/mantido/transformado cotidianamente, na complexa construção social de qualquer sujeito. Portanto, esses sujeitos tornam-se construtores do território onde vivem, dando significado e tomando consciência de que isso faz parte de suas vidas (LITTLE, 2002).

Little (2002) concebe ainda territorialidade como esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se, assim, em território. É definida pelo autor como uma força latente de determinado grupo social, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. Assim, seu território é produto histórico de processos sociais e políticos.

Do mesmo modo, para Almeida (2005), ela funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em apropriações temporárias. É estratégia para garantir a manutenção do território e passa por normas elaboradas nas práticas cotidianas, definindo-as e dando caráter de identidade àqueles que dele usufruem.

Diante de todo o cenário de expropriação de terras de diversos povos tradicionais, a territorialidade ganha forte sentido de luta política por direitos. Assim, trata-se de lutas pelo direito a ela, já que é fundamental para a reprodução dos modos de vida, onde o território é, ao mesmo tempo, meio de subsistência (sustento), de trabalho, produção de relações materiais e sociais, constituindo um abrigo, recurso.

Nesse sentido, como afirma Little (2002), no caso dos povos tradicionais, esse espaço é ocupado de maneira efetiva há séculos, ou seja, é uma ocupação de longa duração, baseada na ocupação material e simbólica. Por isso, as territorialidades são fundamentais no processo de reconhecimento desses povos e seus territórios, cujos direitos não são fixados por meio de títulos, ou no papel, como se costuma dizer, mas na memória, que incorpora dimensões simbólicas, identitárias e materiais na relação do grupo com sua terra, que, para Little (2002), dá a profundidade e consistência temporal ao território.

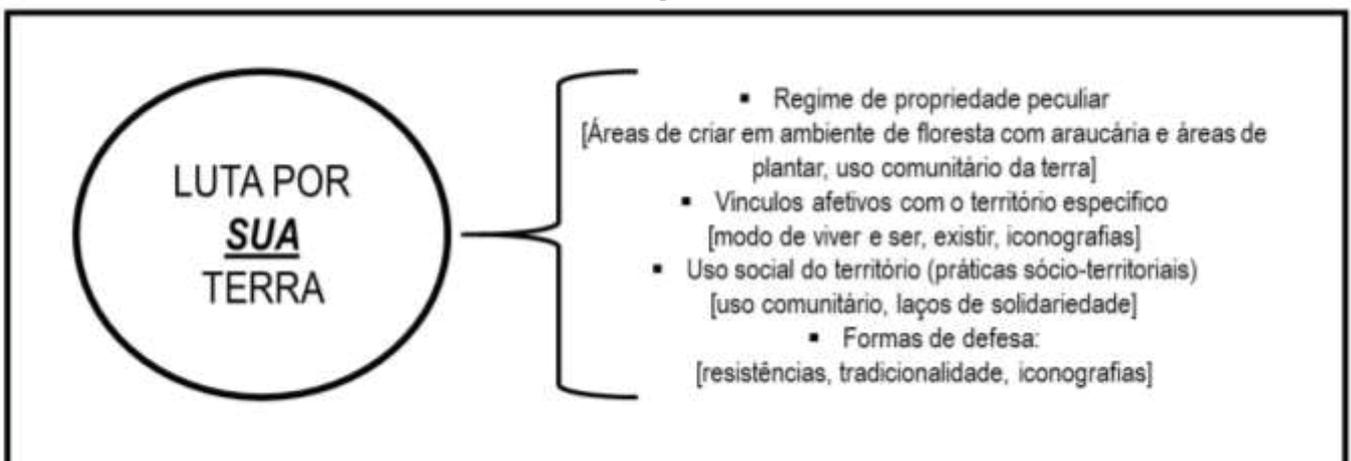
O mesmo autor destaca ainda elementos que marcam os lugares ocupados de forma tradicional, o que denomina de cosmografias dos territórios, ou seja, a visão de mundo que um determinado povo tem de seu território e que marcam a razão histórica que substancializa a territorialidade das populações tradicionais: regime de propriedade peculiar, vínculos afetivos com o território específico, o que inclui a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva, o uso social do território e as formas de defesa. É por isso que a territorialidade é uma dimensão fundamental na afirmação dos direitos dos povos e comunidades, pois é nela que residem a garantia do reconhecimento de uma identidade coletiva e a defesa da integridade dos diferentes modos de vida, associados a matrizes de

racionalidades pautadas nas diferentes formas de uso do espaço e da natureza. Dessa forma, as territorialidades dessas populações devem ser compreendidas a partir da luta por sua terra, do seu espaço de reprodução, de um ideal de vida e de transformação.

Para povos de faxinais, na maioria dos casos (Figura 01), sua territorialidade é marcada pelo regime de propriedade composto por duas áreas: as terras de plantar, cujo domínio é particular, e as terras de criar, cujo domínio é privado e a circulação de animais criados à solta dá-se de forma livre, conforme acordos (combinados) preestabelecidos entre os membros do grupo, por isso, o uso comunitário da terra em ambiente de floresta com araucária. O vínculo afetivo com o território dos faxinais dá-se através do modo de viver e ser, baseado nos costumes, na tradição e na tradicionalidade. O uso social do território de forma comunitária nas áreas de criar, os laços de solidariedade, fundamentais para a manutenção dos acordos, e as formas de defesa perante as tentativas de monopolização dos territórios frente o avanço da acumulação de capital por meio das agroestratégias.

As formas de defesa agem como resistência frente aos processos transformadores, o que inclui a reorganização territorial dos faxinais, e que definem novas territorialidades, como no caso em que a circulação de animais é impedida devido a presença de lavouras dentro do criadouro (lavouras mal cercadas, o que ocasiona a entrada de animais miúdos, como cabras e porcos, e que são de mais difícil vedação), ou em que os grandes criadouros são diminuídos para evitar conflitos.

FIGURA 01: Territorialidades dos povos tradicionais - caso dos faxinais de Pinhão



ORGANIZAÇÃO: CORREIA (2020) com base em LITTLE (2002).

Concorda-se com Acserald (2013) que o direito, ou reivindicações, passa a ser considerado como um traço cultural e social primordial para esses povos, principalmente se analisado a partir do conceito de território preexistente ao processo de politização dessas

comunidades, ancorados justamente nos usos diferenciados do espaço, com suas territorialidades específicas, ou, como entende Almeida (2005), a constituição desses novos sujeitos dá-se nas e pelas lutas de afirmação de suas identidades culturais e políticas pautadas na territorialidade, logo, são lutas pela afirmação de suas identidades territoriais, as quais correspondem a territorialidades específicas.

Contribuindo no entendimento do território como condensador de direitos, Cruz (2013) apresenta que esse ganhou uma dupla centralidade no contexto de lutas dos movimentos sociais na América Latina: uma analítica (de análise) e outra política (de práxis). Enquanto instrumento de análise, o conceito de território vem sendo amplamente utilizado em diferentes campos disciplinares como categoria essencial para se pensar a realidade das lutas sociais, enquanto no campo político, ou da práxis, a palavra tem funcionado como dispositivo para o agenciamento e mobilização política, passando a fazer parte do vocabulário dos povos, principalmente, dos tradicionais.

Nesse sentido, muitos desses povos eram tidos como algo do passado, que seriam incorporados ou desapareceriam diante das frentes de acumulação capitalistas. No entanto, contrariando esses diagnósticos, construíram novas possibilidades e outros possíveis futuros (traduções), ganhando notoriedade, visibilidade e protagonismo, constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais.

No caso de Pinhão, essa organização dos povos de faxinais chama atenção até daqueles que viam com certa desconfiança a permanência no sistema, ou o retorno a ele, conforme fica evidente na fala abaixo:

[...] ixiiii, ali tudo era virado em sambaiá, só tinha samambaia, o povo passava lá e tacava fogo. E olhe bem como tá hoje, tudo virado em cultura, e ali naquele matão eles moram e criam os bicho tudo solto igual antigamente. Só que não pode nem derrubar uma árvore, mas eles tem médico toda a semana, trator e umas máquinas agrícolas... Quem vê o que era ali e como tá hoje fica abismado (entrevista realizada em julho de 2019, com pequeno agricultor, São Roque⁵⁴).

Através da politização da cultura e uma revalorização da tradicionalidade, da ancestralidade, através da sua afirmação enquanto povo tradicional, baseada no retorno da comunidade como código ético e lócus da existência, com estratégias de construção e

⁵⁴ Para chegar ao Faxinal Roquinho, saindo da sede do Município de Pinhão, passa pelas localidades de Santa Cruz, Faxinal dos Coutos, São Roque, Água Amarela.

reconstrução de identidades culturais, o território torna-se referência material e simbólica de vida, de identidade e resistência, e instrumento de luta por suas terras.

Para os povos de faxinais, o seu território, ou como prefere-se falar “nossa terra, o nosso canto, o nosso lugar”, embora seja de disputas frente ao mercado de terras e de diferentes agroestratégias de avanço da frente pioneira hegemônica, ou de outros projetos de desenvolvimento do presente, que tentam monopolizar os territórios, ali se configura como o melhor lugar do mundo para se viver, para existir, para resistir, para tirar seu sustento, para constituir uma família e para viver a velhice e, assim, ao findar da vida, ser enterrado. Enfim o território está ligado ao existir dos povos de faxinais, ao modo de vida e sua visão de mundo.

No caso dos povos de faxinais de Pinhão, envolve tanto a problemática por demandas de terras e a permanência nelas por meio de um processo de regularização fundiária, que respeite o modo de vida, bem como sua organização. Por exemplo, não existe legislação que garanta duas áreas de terras, como é o caso dos povos de faxinais, uma de plantar e outra de criar. Ao mesmo tempo, envolve a demanda por reconhecimento de seus territórios associados ao uso da terra de forma tradicional. Por isso, a luta dos faxinalenses em Pinhão está relacionada à permanência no território tradicionalmente ocupado, seja ele em áreas de plantar, ou de criar.

De maneira geral, a luta por reconhecimento de território dos povos tradicionais, na visão de Guedes (2013), estaria relacionada a reivindicações de reconhecimento perante o Estado, por meio de demarcações das terras tradicionalmente ocupadas, cujas especificidades estariam relacionadas a um processo de reconhecimento diferenciado daquilo que Oliveira (2010) chama de reforma agrária dentro de um modelo clássico. Esse reconhecimento tem como base as demandas territoriais relacionadas à afirmação da identidade, da autogestão e do controle dos recursos naturais, principalmente diante da invisibilidade que projetos de reforma agrária clássicos trariam ali.

Almeida (2011) defende que, para as populações tradicionais, o processo de territorialização é diferenciado dos assentamentos do INCRA, que agem de forma a recuperar espaço perdido. Nesse caso, os espaços já estão efetivamente ocupados e têm na terra o sentido do trabalho e da vida. No caso dos faxinais, essa ocupação ocorre de forma efetiva, há mais de 200 anos. Uma das questões relacionadas a essas áreas seria o interesse na preservação da floresta, podendo-se afirmar, sem sombra de dúvidas, a não extinção da floresta com araucárias deve-se a presença dos povos de faxinais e seu modo de vida.

Assim, recorda-se Acseralde (2013), que apresenta que o direito ou reivindicações desses povos passa a ser considerado um traço cultural e social importante, principalmente

quando analisado a partir do conceito de território, que é preexistente ao processo de politização dessas comunidades, ancorado justamente nos seus usos diferenciados. Daí o fato do reconhecimento dos povos de faxinais de Pinhão como comunidades tradicionais específicas de ambiente de floresta com araucária.

Nesse sentido, Almeida (2008, p. 26), estudando as comunidades tradicionais amazônicas, destaca a relação entre regularização fundiária e as questões territoriais:

Os grupos que se objetivam em movimentos sociais se estruturam também para além de categorias censitárias oficiais. Importa distinguir a noção de terra daquela de território e assinalar que as categorias imóvel rural usada pelo INCRA, e estabelecimento, acionada pelo IBGE, já não bastam para se compreender a estrutura agrária na Amazônia. Os critérios de propriedade e posse não servem exatamente de medida para configurar os territórios ora em consolidação na Amazônia, haja vista que no caso do ‘babaçu livre’ os recursos são tomados abertos e em uso comum, embora registrados como de propriedades de terceiros.

O mesmo se dá com os povos de faxinais de Pinhão, dispersos pelas diferentes localidades e que fazem uso da terra de forma tradicional, e que deveriam ter um processo de regularização fundiária que levasse em consideração a sua dinâmica territorial, pois, via de regra, muitas famílias possuem posse em área de faxinal e posse em área de cultura, distantes umas das outras, o que, num processo de regularização fundiária, seria prejudicial à sua organização territorial, pois teriam que optar pela titulação de apenas uma dessas áreas, tendo que deixar ou a terra de plantar (geralmente em áreas de declive mais acentuado) ou as áreas de criar, dentro dos faxinais.

Diante dessa problemática, é possível mensurar os conflitos e problemas oriundos de um processo com esse viés. Por isso, é preciso uma regularização fundiária, ou seja, um reconhecimento dos territórios dos povos de faxinais com territorialidades específicas, pois, como lembra Almeida (2008) em seus estudos, que podem ser aplicados aos faxinais de Pinhão:

Os aparatos de Estado, ao lidarem com as comunidades tradicionais, pensam na terra, enquanto as comunidades estão pensando em território. As dimensões não coincidem e a ação fundiária, pensada tão somente como regularização de imóveis, pode causar danos irreparáveis aos povos tradicionais ao estabelecerem uma limitação para sua reprodução cultural (ALMEIDA, 2008, p. 41).

Dessa forma, em Pinhão, a regularização fundiária passa primeiramente por um reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados por povos de faxinais, uma vez que o território remete a uma realidade mais ampla e complexa de que aquela recoberta pelo termo terra. Portanto, como defende Sauer (2011), é necessário distinguir as noções de terra e

território. Se o território é entendido como lugar de vida, a terra está relacionada ao lugar de produção. Assim, a terra faz parte do território, ou seja, o território inclui mais que a função produtiva, compreende o lugar de origem, cultura, religião, lugares espirituais, ancestrais, meio ambiente natural e outros recursos como água, florestas e solo.

No caso dos faxinais, seus territórios abrangem tanto as terras de plantar, onde se desenvolve a agricultura, quanto as terras de criar, mais relacionadas ao viver, onde se estabelecem as moradias, onde se criam os animais e os laços de solidariedades estão mais presentes. Por isso, um processo de regularização fundiária que não leva em consideração a dinâmica territorial lugar, moldada pela lógica individualista, pode levar a perdas numerosas para esses povos, uma vez que não reivindicam qualquer terra no município, reivindicam as terras por eles ocupadas tradicionalmente, seu território.

Nesse sentido, concorda-se com Little (2003) e Porto-Gonçalves (2009) que a questão fundiária no Brasil vai além da redistribuição de terras, mas tem uma problemática centrada nos processos de ocupação territorial, remetendo, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial e que se relacionam com a questão da terra. Porto- Gonçalves (2009) ainda recorda que debate territorial muda a qualidade do debate da Reforma Agrária porque significa introduzir um componente novo, o da cultura.

Assim, o reconhecimento do território e de suas territorialidades específicas não é visto apenas a partir do acesso à terra, mas no sentido de estar na terra, de respeito ao modo próprio de cultivar e viver, reivindicando as territorialidades distintas, exigindo o reconhecimento das diferenças. Porto- Gonçalves (2009) recorda que o Brasil é repleto de diferentes “campesinidades”, que se criam a partir das condições diversas do ambiente, onde as comunidades vão, criativamente, amoldando-se ao que os ambientes oferecem.

Logo, ao reivindicar o direito à diferença, deseja-se o direito à autonomia material e simbólica, sobretudo a um território próprio, com formas próprias de produzir materialmente sua existência, mas sobretudo, o direito às particularidades, às formas de dar sentido ao mundo através de uma linguagem, dos saberes e fazeres, de uma crença e da tradicionalidade.

Portanto, o direito ao território é o direito a um modo de vida, a uma identidade própria, a uma cultura, a “um jeito de ser” que se expressa nas práticas sociais que diferenciam esses grupos sociais do conjunto da sociedade. Dese modo, perpassa a redistribuição, e sobretudo o reconhecimento, pois se trata da terra, dos recursos naturais, da cultura, do modo de vida. Assim, o território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória e dos saberes, acumulados historicamente.

Tratando-se de Pinhão, é importante o desenvolvimento de trabalhos antropológicos e geográficos, como aqueles que acontecem nos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas, para melhor entendimento e reconhecimento desses territórios, uma vez que muitas das localidades que recebem o nome de faxinal não acionam o pertencimento ao território e à afirmação de suas identidades faxinalenses como forma de garantir a permanência no lugar, pelo contrário, algumas expressam sua preferência por uma regularização fundiária realizada de forma clássica, com parcelas e lotes pré-definidos, ou por meio de processos de usucapião, ou seja, comunidades que têm na terra a função do trabalho. Já para os povos que se auto-reconhecem como faxinais, muito mais que o direito à terra, é-lhes importante o direito ao seu reconhecimento enquanto território específico, com territorialidades expressas em áreas diferentes (terras de plantar e terras de criar).

Por isso, volta-se a ressaltar o caráter único de cada faxinal. Enquanto em São roquinho e Bom Retiro espera-se um processo de reconhecimento específico de seus territórios coletivos, em Faxinal dos Ribeiros, espera-se um reconhecimento das territorialidades dos povos de faxinais de forma individual, respeitando as diferentes áreas constituídas culturalmente, ao longo dos últimos séculos. Nesse sentido, busca-se o reconhecimento de um quadro normativo capaz de reconhecer direitos pautados no uso, na tradição, nos chamados direitos consuetudinários ou ‘direitos costumeiros’, ignorados ou invisibilidades no estatuto jurídico estabelecido.

Porém, o território não deixa de ser um campo de forças, pois está envolto em relações de poder que causam diferentes formas de conflitos e resistências. As resistências podem ser compreendidas a partir de diferentes escalas, que perpassam as cotidianas e dos movimentos sociais. Por isso, faz-se importante esclarecer o que se compreende por resistências cotidianas e resistências coletivas.

2.3- Das resistências cotidianas às resistências coletivas

Compreender as resistências, ou a aparente ausência delas, configura-se como um dos maiores desafios atuais para as pesquisas que têm como objetivo entender esses processos, diante das diferentes estratégias de expropriação, do avanço do capitalismo no campo e na cidade, marcado pela concorrência e pelo individualismo, que se apropria não só das atividades de trabalho, mas sobretudo do comportamento humano, como afirma Ribeiro (2018), em suas reflexões sobre a prática sócioespacial da resistência nas áreas urbanas, principalmente aquelas que são afetadas pelos interesses do mercado imobiliário.

Ao transpor a resistência como prática sócioespacial para estudos nas áreas rurais, especialmente para áreas ocupadas por povos tradicionais, como é o caso dos faxinais, tem-se uma via possível de compreensão das contradições do campo, principalmente do paranaense, com povos e comunidades tradicionais, que contestam o modelo hegemônico do agronegócio, isto é, como os não dominados fizeram e fazem para resistir à monopolização do território, em suas terras e territórios, ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido, Ribeiro (2018), ao estudar as resistências como práticas socioespaciais, lembra que a perda de direitos, de modos de vida (com um espaço-tempo de uso próprio⁵⁵), de relações de vizinhança⁵⁶, etc., diante de uma notável geração de riquezas por parte de alguns membros da comunidade, caracteriza-se como uma tendência de tomada dos diferentes territórios pela lógica privatista, fundada na acumulação e na dominação do capital. Todavia, é justamente diante de processos de avanço da fronteira por meio da frente pioneira, como lembra Martins (2009), ou das tentativas de monopolização dos territórios, como defende Oliveira (2001), que surgem as diferentes formas de resistência, uma vez que o território está envolto em relações de poder, com diferentes territorialidades, que geram diferentes conflitos e processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização, mas sobretudo, processos de permanência por meio das diferentes formas de resistências.

São muitos os povos e comunidades tradicionais e camponeses que são continuamente expulsos dos seus territórios de vida, seus lugares de origem, e lançados em uma constante mobilidade e instabilidade, o que desestrutura quem usa o território para sua reprodução, que, no olhar de Ribeiro (2018), é uma mudança radical na finalidade de ocupação de determinado

⁵⁵ O espaço-tempo próprio dos faxinais é marcado pelos diferentes territórios que configuram seu espaço, sendo eles as terras de criar e as terras de cultura (plantar), bem como um tempo baseado nos ciclos da natureza (estações do ano, fases da lua, dias santos - conforme anexo). Por exemplo, tem-se a época certa para se plantar a mandioca, baseado nas fases da lua; existe um tempo certo para poda dos arvoredos, árvores frutíferas, em determinado dia de algum santo descansa-se, planta-se algo, desenvolve-se algum rito. O avanço do capitalismo agrário altera esse espaço-tempo, inserindo um tempo marcado pelo relógio, como lembra Porto Gonçalves (2001), ao estudar as r-existências indígenas e camponesas. Para ele, o relógio é máquina de tempo e um tempo que se automovimenta independentemente das temporalidades de cada ente, ou de cada cultura, que tem seu ritmo próprio, o relógio é uma máquina que não produz nada concreto.

⁵⁶ As perdas das relações de vizinhança através dos laços de solidariedade levam muitos faxinais ao processo de desintegração, uma vez que as relações de vizinhança baseadas no compadrio e nos laços de solidariedade são fundamentais para a manutenção dos faxinais. Quando essas relações são quebradas, os territórios ficam mais frágeis. As relações de vizinhanças são entendidas como os vínculos estabelecidos pela solidariedade, seja na troca de um dia de serviço, no cuidado com criação do outro, no aviso de que determinada criação está doente ou adentrou a uma lavoura, as visitas domiciliares, a roda de chimarrão, os almoços, as carneanças, no comer o suã de porco com quirera (a prática de comer o suã de porco com quirera após a carneança de um porco marca as relações de vizinhança nos faxinais de Pinhão).

território, que passa a ser meramente espaço de produção, ou seja, torna-se instrumento de acumulação do capital e apenas mais uma mercadoria a ser comprada e vendida.

Todos esses fatores levam à perda da biodiversidade, da cultura e, acima de tudo, à ampliação das desigualdades, pois, apesar do elevado patamar de produção material (principalmente de commodities), a precariedade da vida aumenta (RIBEIRO, 2018). No caso dos faxinais, as áreas de cultivo para o sustento e para criação e circulação dos animais diminuem e, muitas vezes, têm que ser adaptadas àquilo que é possível, como é o caso dos mangueirões, ou, em casos extremos, ao encerramento da prática de criação de animais à solta, levando povos de faxinais a integrar-se em um modelo excludente e monopolizador de produção, num reiterado processo de desintegração e de perda de direitos

No entanto, essa tendência a precariedade (física, material e mental) não se realiza sem conflitos. Para continuarem como habitantes, os povos tradicionais tornam a resistência uma dimensão obrigatória do ato de viver, ou, como afirma Porto Gonçalves (2001), ao estudar as resistências na Amazônia, um ato de *r-existência* das populações tradicionais, que não só lutam para *resistir* contra os que exploram, dominam e estigmatizam, mas também por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar.

Portanto a resistência, torna-se uma prática socioterritorial⁵⁷, ou seja, a resistência é um ato cotidiano, uma forma de existir, pensar e agir. Dessa forma, a prática da resistência restitui, momentaneamente, a apropriação no ato de empregar espaços-tempos de uso improdutivo e de afrontar, com frequência, normas, códigos de interditos legitimados pela propriedade privada, como é o caso nos faxinais, de continuar criando animais de pequeno porte à solta, de preservar a carne de porco na lata, mesmo tendo geladeira, do cuidado com os animais dos vizinhos, com a troca de dias de serviço, de cultivar sementes crioulas e uma grande variedade de tipos de milho, por exemplo.

Assim, a resistência como prática cotidiana e socioterritorial expressa-se na escala do corpo, estando associada aos gestos, à percepção que se tem do mundo, como ato de sobreviver através da usurpação dos meios de vida materiais. Emerge como sobrevivência, como existência e, em si, já revela uma contínua luta pelo território, pois retomar aquilo que foi expropriado significa ocupar e se apropriar dos produtos do trabalho realizado

⁵⁷ A prática socioterritorial, ou tecido socioterritorial, para Acsehrad (2013), é composta de interesses, projetos, configurações políticas e identidades distintas.

socialmente, bem como construir uma renovada forma de produção e gestão⁵⁸, nos lugares onde se realiza a reprodução da vida.

Nesse sentido, Ribeiro (2018) defende a ideia de uma plasticidade da resistência, que é manifestada na luta por territórios e terras e se expressa na existência de escalas, imbricadas e relacionadas umas às outras, uma vez que a resistência pode ser realizada no âmbito do cotidiano e individualmente, mas se dá, sobretudo, no encontro com o outro, pois, para a autora, seja para conquistar o anonimato necessário ao ato em meio à aglomeração de pessoas, seja para conhecer e reconhecer na experiência do outro. Na prática territorial da resistência há uma escala privilegiada de análise: o lugar e a vida cotidiana, ou seja, as práticas cotidianas de resistência, pois:

[...] o lugar e a vida cotidiana são os alvos primordiais para alavancar com maior êxito uma racionalidade que sirva à superação das barreiras ao capital. O lugar é o alicerce real e material de emprego do tempo, onde a vida se desenrola e onde se constroem as identidades, os laços de confiança, de reconhecimentos e de pertencimento. É no lugar que tecemos um estreito vínculo com a família, com os vizinhos e é a partir dele que nos referenciamos em um entorno mais amplo (RIBEIRO, 2018, p. 57).

Na escala da vida cotidiana e do lugar, a resistência realiza-se como lei do ser, imanente a um sujeito, não como uma ideia, mas como prática, muitas vezes não visíveis (estão ocultas), como o próprio jogo de poder. Muitas práticas de resistência também são inviabilizadas por processos hegemônicos e pela ação de muitos que são expropriados (RIBEIRO, 2018).

Por essa perspectiva, concorda-se com a autora, que considera que o lugar e a vida cotidiana são onde se assentam os fundamentos de uma resistência mais ampla e onde se constroem as possibilidades de politização dessas próprias práticas, em outras escalas. Assim, aquela prática de resistência primeira, forjada no âmbito do lugar e da vida cotidiana, estendendo-se para uma escala mais ampla, na qual o encontro com o outro, que padece de situações de expropriação semelhantes, é fundamental para o reconhecimento, bem como para

⁵⁸ Como são configuradas, nos territórios faxinalenses, essas formas de gestão e de produção que emergem como resistências? A gestão em São Roquinho, por exemplo, está pautada no trabalho colaborativo, na organização social por meio da associação faxinalense, que gere os maquinários agrícolas e a distribuição dos insumos agrícolas, na divisão das terras de plantar, na fiscalização das atividades desenvolvidas dentro da área do faxinal, como por exemplo, o que se pode criar (em São Roquinho há um consenso que não se pode criar cabritos, pois esses são mais difíceis de vedar), ver se não se estão derrubando árvores, pensando estratégias para geração de renda, como é o caso da plantação de pepinos em uma área ampliada dentro do faxinal destinada a tal prática. Em São Roquinho, a gestão e a produção estão ligadas a uma concepção de coletividade, já em Faxinal dos Ribeiros, são ações individuais, ou desenvolvidas no âmbito familiar e entre vizinhos.

a construção de estratégias de resistência, um movimento não que não é linear, nem evolucionista.

Nessa ótica, a ideia de espaço de conflito é uma tentativa de entender os momentos da prática da resistência, na qual o encontro é visto como um espaço-tempo ligado a um conteúdo social dado pelas multirrelações geradas em um processo de conflito com vários sujeitos na luta pelo território.

Por isso, não é suficiente apenas localizar os conflitos e resistências, é necessário entender como uma prática territorial impede a realização absoluta da lógica da mercadoria e o monopólio de determinados territórios, produz um território diferencial onde os sujeitos permanecem irreduzíveis, apesar de continuarem em uma constante luta de vida ou morte pela apropriação do seu espaço de vida, ou seja, é necessário entender a resistência como relação que produz um território diferencial. Nessa perspectiva, a compreensão da prática da resistência permite aproximar e expor como a produção do território adquire centralidade no mundo e se torna uma via possível para revelar a resistência, colocando os aspectos dessas contradições em evidência.

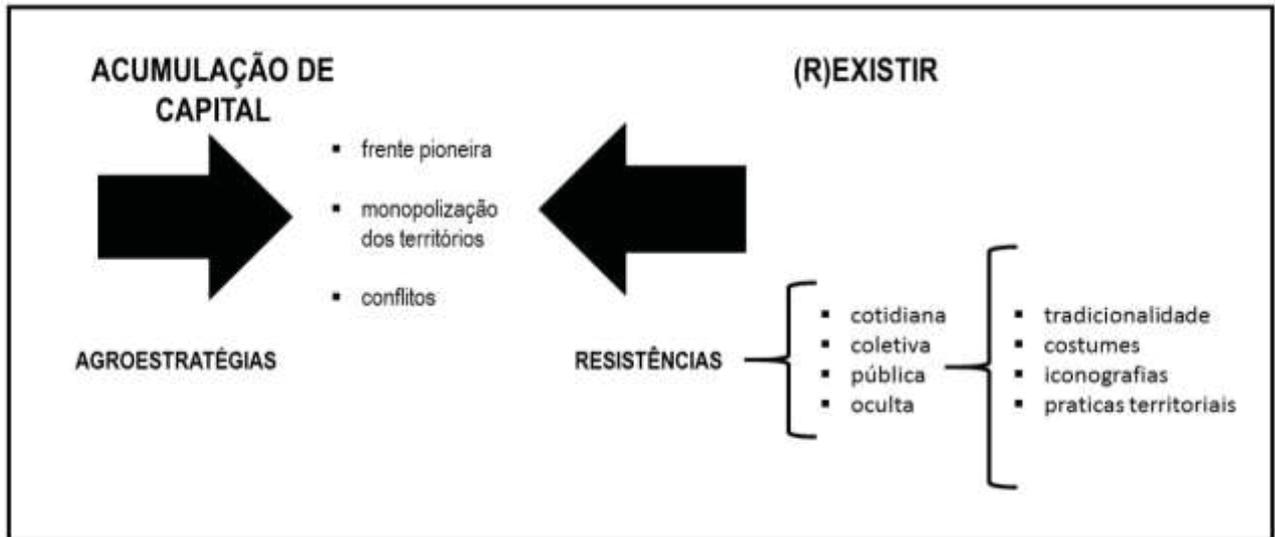
Ao se destacar as resistências cotidianas, não se quer, de maneira alguma, retirar ou negar a importância da resistência coletiva, expressa na organização política dos movimentos sociais, que exerceu e exerce importante instrumento de luta por permanência na terra. Menezes (2012) lembra que é inegável a importância dos movimentos sociais na transição democrática e na conquista de direitos básicos dos camponeses, inclusive o direito de expressão política e redefinição da cultura política.

As chamadas resistências cotidianas, para Scott (2002), estão relacionadas ao território de vida, principalmente, para aqueles camponeses que não participam de lutas organizadas. Essas são particularmente importantes, pois são, muitas vezes, silenciosas, baseadas na luta constante entre camponeses e grupos hegemônicos que desejam impor determinado modelo, manifestam-se com pouco planejamento, evitando confrontos mais diretos com autoridades e exercida como uma forma de autoajuda individual (Figura 02).

Ao realizar, nos anos de 1978/1980, trabalho junto a camponeses produtores de arroz na Malásia, Scott (2002) identifica diferentes formas de resistência perante os processos modernizadores da agricultura, simbolizados pela utilização de colheitadeiras automáticas na colheita de arroz, atividade, até então, realizada manualmente, com mão de obra camponesa, em processos de trabalho intermitente. Os exemplos perpassam a tentativa de boicote de proprietários que contrataram colheitadeiras automáticas para substituir o trabalho manual e

um padrão de furtos anônimos de estoques de grãos de arroz, que cresceu ao longo dos anos. Cada uma dessas atividades marca formas de resistência cotidiana realizadas individualmente.

FIGURA 02: Processos de Conflitos e Resistências nos faxinais



ORGANIZAÇÃO: CORREIA (2020)

Na visão de Scoot (2002), essas formas de resistências baseadas nas estratégias cotidianas permanentes podem ser complementadas por outras formas de luta mais oportunas, porém, não desaparecerão enquanto estrutura social, pois são as bases sobre a qual outras formas de resistência devem ser alicerçadas e devem persistir, ou seja, a resistência coletiva passa pelas resistências cotidianas.

Esse caráter praticamente anônimo de muitas expressões de resistências está ligado à dispersão, falta de meios institucionais para agir coletivamente e à pouca coordenação, que não significa que elas não são coordenadas, pois a derivação do conceito de coordenação vem de cenários formais e burocráticos, que, muitas vezes, são insuficientes para compreender ações em escalas menores, formadas por redes informais.

Destaca-se que, para os camponeses, uma grande quantidade de atividades complexas, desenvolvidas cotidianamente, que envolvem desde a troca de trabalho, até as festas, é coordenada por uma rede de negociações práticas, porém sem nenhuma organização formal. Essas atividades são caracterizadas, para Scott (2002), como resistência cotidiana, pois, muitas vezes, estão carregadas com diferentes intenções.

Para o mesmo autor, as intenções não aparecem nas diferentes formas de resistência porque dependem do silêncio, anonimato e da omissão para a efetivação de um caráter de aparência e conformidade, e estão incorporadas à cultura da luta rotineira e normal para garantirem a subsistência e sobrevivência da unidade familiar. Por essa razão, a definição de

resistência atribui ênfase especial ao esforço de questionar as reivindicações materiais e simbólicas das classes dominantes. Ressalta-se, no entanto, que o objetivo da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar, ou transformar, o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, este mês – dentro dele. O objetivo comum dos camponeses é o de trabalharem no sistema, minimizando as desvantagens.

Nesse sentido, Scott (2002) relaciona que muitos dos esforços dos camponeses passam a sere vistos como vagabundagem, arrogância, acomodação, ou seja, estratégias criadas para rebaixar as muitas faces da resistência. Porém, é necessário deixar claro que resistência não é simplesmente qualquer coisa que se faz para se manter num território. Scott (2002) cita exemplos relacionados ao “salvar a própria pele” à custa dos compartes e de trabalhadores que prejudicam outros trabalhadores.

Dessa forma, várias críticas têm sido geradas em torno da noção de formas cotidianas de resistência. Monsma (2000) e Menezes (2002) apresentam que, apesar de ser inegável o fato das resistências cotidianas, essas possuem limites, principalmente no sentido de que seriam uma válvula de escape, expressando falsa consciência, sendo diferente da chamada resistência real, que se constituiria em práticas que transformam o sistema dominante, embora Scott (2002) reconheça que as práticas “raras e isoladas” não constituem resistência.

Monsma (2000) amplia a crítica sobre aquilo que denomina de ambiguidades das formas de resistência cotidiana, que abririam perspectivas para compreender a política dos grupos hegemônicos, ou do conformismo e passividade, expressas na amenização e indignação de relações de dominação, caindo no perigo de romantizar as resistências cotidianas, esquecendo que eles também contribuem para reprodução de relações de dominação.

Mesmo perante tais críticas, entende-se que as resistências cotidianas são importantes, pois abrangem porções populacionais que os movimentos sociais não conseguem alcançar. Para Scott (2002), esse é um caráter mais democrático e mais enraizado na vida popular do que muitos movimentos surgidos fora dos territórios, idealizados por sujeitos romantizados, que pensam que por estarem, muitas vezes, ligados ao meio acadêmico, entendem quais as melhores formas de resistências para essas populações.

Porém, é inegável o papel dos movimentos sociais nas estratégias de resistência, principalmente os chamados novos movimentos. Cruz (2013) relata o surgimento de inúmeros movimentos sociais, durante a década de 1960, e que esses têm como pauta de luta, num primeiro plano, o debate teórico-político e outras questões como identidade, a cultura, o

corpo, a subjetividade etc. Tais movimentos inauguram uma nova agenda, centrada na ideia de reconhecimento da diferença.

Zibech (2005) destaca que, no contexto latino-americano, esses movimentos têm forte enraizamento territorial e grande capacidade de fomentar novos modos de ação, com destaque para os movimentos sociais de indígenas, camponeses, povos afrodescendentes e uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, que politizam a cultura, as tradições, a identidade. São lutas por direitos territoriais, nas quais o território funciona como uma espécie de condensador de direitos.

Nesse contexto, Cruz (2013) aponta que esses personagens que entram em cena e se tornam protagonistas, eram tidos como forças sociais que pertenciam ao passado e que seriam incorporados ou, simplesmente, desapareceriam no processo de modernização capitalista. O exemplo disso é o que acontece na Amazônia, no que Cruz (2006, 2013) chama de uma nova Geografia, onde emerge uma série de diversos movimentos sociais (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pequenos agricultores), que lutam pela afirmação de suas territorialidades e identidades territoriais como forma de r-existência. Esses movimentos configuram-se como movimentos de r-existência (PORTO GONÇALVES, 2002), pois lutam para resistir contra os que exploram e dominam; e também movimentos de existência de um determinado modo de vida, de produção, por diferentes visões de mundo.

Assim, lutam contra diferentes formas de subalternização, preconceitos e pela afirmação de suas identidades a partir de seus modos de vida, contribuindo na organização e na viabilização do protagonismo social, construindo e afirmando os sujeitos políticos na luta pelos direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais. Buscam firmar novas práticas de produção e comércio, baseadas nas organizações solidárias e populares, bem como formas alternativas e não mercantis. Esse processo expressa-se no papel dado à terra, ao território e à territorialidade, como fundamentos das estratégias de afirmação de seus direitos (CRUZ; 2006, 2013).

Zibech (2005) afirma que é a partir do território que esses atores elaboram projetos para produzirem e reproduzirem suas vidas. Desse modo, as lutas sociais são, sobretudo, lutas territoriais, pois o território é elemento aglutinador na luta por igualdade e reconhecimento da diferença, como a luta pelo direito à natureza, ao meio ambiente e aos recursos naturais e, conseqüentemente, por justiça ambiental⁵⁹. Todas se materializam no direito ao território.

⁵⁹ A noção de justiça ambiental implica o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, para qual o 'meio ambiente' é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas,

Assim, a luta por direitos territoriais é a plataforma primordial nas novas experiências emancipatórias porque é a partir do território que esses diferentes povos e comunidades tradicionais buscam afirmar suas identidades, sua autonomia, seu modo de vida, sua forma de produzir, enfim, seus diferentes modos de existir, que são fundamentais na reprodução do modo de vida tradicional, pois o território é, ao mesmo tempo, meio de subsistência de trabalho e produção.

Considerando as possibilidades de se entender o Sistema Faxinal por meio do território, de sua dinamicidade, da identidade territorial, das territorialidades e das resistências, propõe-se uma análise territorial partindo das concepções de iconografia (permanências) e de circulação (transformações).

2.4- Iconografia e circulação: uma proposta para uma análise territorial

O geógrafo Jean Gottmann (1915-1994) teve importante papel nos estudos territoriais, fazendo parte do chamado processo de renovação da ciência geográfica. Saquet (2013) denomina a aceção de Jean Gottmann como uma das principais no salto qualitativo referente a concepções renovadas de território. Gottmann merece destaque não apenas nas pesquisas sobre território, mas pelas importantes contribuições relativas à pesquisa científica em geografia humana, principalmente por meio da analogia e de generalizações a partir das variações espaciais.

Cigolini e Silva (2018), ao estudarem a Comunidade Quilombola de Restinga, no Município da Lapa- PR, buscam subsidiar a pesquisa teórica a partir dos conceitos de “iconografias” e “circulações”, empregados por Jean Gottmann, utilizado-os para descreverem as relações internas e externas dos estados-nações. Para os autores, tais conceitos auxiliam na compreensão e na discussão do simbólico (iconografia) frente à necessidade da revitalização (circulação), que, nos estudos de Gottmann, volta-se para as questões político-econômicas em maior escala, mas que se mostram eficientes quando aplicados em uma escala menor. Cigolini (2009), ao refletir sobre o território e seus conflitos com base nas circulações e iconografias, evidencia que é possível realizar a transposição para outras escalas de análise do território.

construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e autonomia das comunidades (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, pp. 16-17, 2009).

Para Saquet (2013), Gottmann sinaliza para uma abordagem múltipla do território, considerando as dimensões da economia, da cultura e da geopolítica, destacando o caráter político-administrativo, o uso do espaço e a fluidez do mundo moderno. Além disso, na acepção de Gottmann, o território como conceito tem componentes materiais e psicológicos (psicossomáticos) ligados à vida social de grupos sociais, que organizam o espaço e estão em movimento. Isso caracteriza sua compreensão relacional e a indicação de aspectos (i) materiais na constituição do território.

Dessa forma, para Boulineau (2008), a grande contribuição de Gottmann é, em primeiro lugar, a leitura do espaço geográfico de acordo com uma dialética entre o movimento de divisão espacial e o da circulação. Essa divisão consiste em unidades diferenciadas e a busca pela estabilidade a fim de organizar politicamente esses espaços, combinando com o princípio de circulação. Assim, Gottmann (1975) defende a teoria que tem por base a circulação como um fator de mudança territorial, algo externo, e iconografia como sistema de resistência, interno aos territórios.

Na concepção do autor supracitado, a iconografia identifica o caráter distintivo e individualizante, que permite reconhecer uma comunidade e diferenciá-la de outra, na qual o território é produto da história e se manifesta nas tradições locais e na variedade de paisagens culturais e econômicas. Nesse sentido, a dimensão histórica aparece ligada às experiências da atualidade, combinando fatos e crenças presentes na memória que, juntamente com os sistemas materiais, são integradores (MUSCARÁ, 2008; SAQUET, 2013).

Portanto, a iconografia expressa-se nos hábitos, modos de vida, tradições que podem ser conservadas por gerações. Salienta-se que não são imóveis, mas dinâmicas, gerando diferentes estratificações, que evidenciam que as mudanças também podem ser introduzidas (MUSCARÁ, 2008).

As iconografias geram processos de resistência perante mudanças excessivas, que não somente agem na identidade, reforçando a coesão interna, mas protegem a comunidade também no plano territorial. Nesses casos, pode acontecer que um território, ao se sentir ameaçado, evoque as suas iconografias a fim de se proteger de mudanças exteriores (MUSCARÁ, 2008; SAQUET, 2013), uma vez que ela constitui a “âncora” comum da comunidade no território e, na falta dela, arrisca-se a um relativo declínio da unidade de coabitação (MUSCARÁ, 2008).

Assim, nos casos em que os territórios passam por tensões em relação à manutenção da cultura e da identidade(s) e as iconografias são fragilizadas, há uma tendência ao aumento dos conflitos internos, oriundos do processo de circulação, uma vez que as iconografias atuam

como elemento de coesão interna e são ativadas pela cultura e identidade de um povo. Muscará (2008) lembra que ela exprime a qualidade das relações no interior de um território e forma a noção de uma vida em comum, que cria um conjunto de interesses, de hábitos e de crenças, definidas por símbolos (religiosos, políticos e sociais), inerentes a determinados grupos sociais, gerando estabilidade e resistência.

Todavia, se a iconografia é um fator unificante de certa comunidade, para compreendê-la, é necessário considerar que interage com a circulação (externo), que, para Gottmann, aparece como o motor da mudança, ou seja, a circulação favorece a abertura de territórios. Nesse sentido, a circulação é criadora de mudanças na ordem estabelecida no território, agindo nas diferentes dimensões. Por exemplo, na ordem política e cultural, ela move pessoas, ideias; na ordem econômica, significa deslocamento de mercadorias, técnicas, capitais e mercados.

A circulação e a iconografia não estão sempre em oposição, mas os pontos⁶⁰ nos quais se encontram, geram diferentes conflitos, que, nas palavras de Gottmann:

Esse tem sido, desde tempos imemoráveis, um conflito entre circulação e “iconografia” cujos os resultados têm moldado a organização política do espaço. [...] devemos mencionar que, enquanto a circulação se estende e se intensifica e derruba as fronteiras, as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos. (GOTTMANN, 1975, p. 543).

Desta forma, Cigolini e Silva (2018), tomando por base os conceitos de iconografia e circulação, em conjunto com atuação conflituosa que essas categorias assumem internamente no território, propõem a transposição para escala de territórios menores, como no caso estudado, da Comunidade Remanescente Quilombola de Restinga, em Lapa- PR. A aplicação desses conceitos torna-se possível pelas características inerentes a esses territórios, que buscam reconhecimento por meio de suas identidades específicas, traduzidas nos simbolismos e na organização territorial, fundamentais para a permanência no sistema, cultura e tradição.

Concorda-se com Cigolini e Silva (2018) que a aplicação desses conceitos a comunidades menores, a saber, nesta pesquisa de faxinalenses, é possível por suas características que buscam reconhecimento através de um modo de vida próprio, traduzido por meio de uma identidade e territorialidades, que são fundamentais para manutenção da cultura e de seus territórios, ou seja, na concepção de Gottmann, as iconografias permitem a defesa por meio das resistências a pressões externas (circulação).

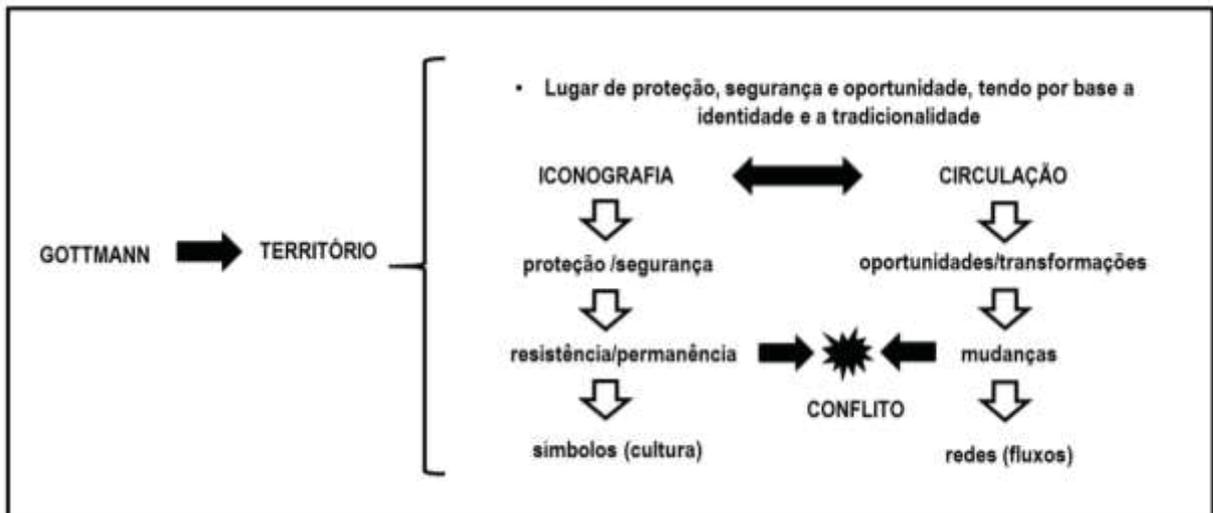
⁶⁰ Carrefour, na concepção de Gottmann, está relacionado aos nós, ou pontos de encontro, o cruzamento entre a circulação e a iconografia.

Fato importante é que os faxinais não são isolados, pois sempre estiveram ligados de alguma forma a processos econômicos dominantes (erva-mate, porquedas, madeira), mas, ao mesmo tempo, margeando as grandes propriedades. Por isso, é possível inserir a concepção de circulação como fator transformador (mudanças) desses territórios e que, na maioria das vezes, acaba chocando com iconografias (permanências), gerando conflitos e resistências.

Assim, a proposta para uma análise territorial dos faxinais de Pinhão (Figura 03) a partir dos conceitos de iconografia e circulação é possível em vistas a entender como essas relações acontecem no território, gerando transformações e resistências, evocadas por meio das iconografias do modo tradicional de se viver, dos laços de solidariedade e da religiosidade popular. As iconografias (permanências) ajudam a compreender que, mesmo diante das circulações que transformam territorialmente os faxinais, resiste-se de modo a preservar práticas possíveis no território.

Diante disso, faz-se importante entender: como a circulação transforma os territórios faxinalenses e as iconografias agem no sentido de permanência? Quais as formas de circulação e como essas afetam os territórios faxinalenses? Como e quais iconografias são evocadas pelos faxinalenses a fim de resistirem nos territórios?

FIGURA 03: Proposta de Análise Territorial



ORGANIZAÇÃO: CORREIA (2020)

Portanto, busca-se através desta proposta teórico metodológica evidenciar que os territórios faxinalenses não são estáticos, estão sempre em movimento devido à circulação e se utilizam das iconografias quando o território e a territorialidade são ameaçados ou entram em conflito com as circulações. Os processos relacionados à circulação levam à tensão

permanente entre a abertura e o fechamento territorial, uma vez que é necessária a abertura desses territórios a novas atividades, e, ao mesmo tempo, fecha-se para outras.

Entende-se que esta proposta teórico-metodológica é importante no sentido de buscar compreender como as circulações transformam os territórios faxinalenses por meio de elementos externos a esse sistema (agronegócio, madeireiros) e como os faxinalenses evocam suas iconografias a fim de resistirem e permanecerem nesses territórios, seja por meio de uma redescoberta de sua identidade e de práticas cotidianas que culminam com organização social, autorreconhecimento, implantação de políticas públicas, resgate de antigas práticas e redirecionamento de outras, impossibilitadas de acontecerem devido a novos padrões territoriais.

CAPÍTULO 3: TERRITÓRIOS FAXINALENSES EM PINHÃO PR: Transformações (circulação) e resistências (iconografia)

“[...] O faxinal pra mim é a união, é criar minha bicharada solta, é ter fartura, planta um pouco de tudo, é respeitar o outro, preservar o mato! É viver unido[...]” (Faxinalense I, São Roquinho, Julho de 2018).

“[...] Ah o faxinal [silencio com um sorriso no rosto...] é o jeito que nós somos e vivemos [...] (faxinalense F, Faxinal dos Ribeiros, Janeiro de 2017).

3.1- Introdução

Cada faxinal é um território específico, com circulações, conflitos e resistências, mas com semelhanças ambientais, culturais, econômicas e sociais. O quadro ambiental da floresta com araucária favoreceu o desenvolvimento de um modo de vida próprio, profundamente alterado por inúmeros conflitos gerados pela política de desenvolvimento e povoamento do estado do Paraná e pelas inúmeras tentativas de monopolização do território, principalmente por meio da ação de empresas colonizadoras, madeireiras e monocultivos.

O Município de Pinhão teve sua dinâmica alterada com a chegada da madeireira Zattar, que explorou as áreas de florestas e desapropriou um grande número de posseiros que viviam em Sistema Faxinal, ocasionando uma série de conflitos e confrontos, que se prolongam até os dias de hoje. Porém, os povos de faxinais organizaram-se de maneira a resistir aos processos expropriatórios, por meio de movimento social e de práticas cotidianas, evocando as suas iconografias para permanecerem no território. Dessa forma, selecionou-se três faxinais para analisar as circulações e sua implicação no território e como as iconografias têm sido utilizadas como resistências. Porém, durante o desenvolvimento da pesquisa, episódios de violência, emboscadas e assassinatos aumentaram nas proximidades do Faxinal Bom Retiro, o que impediu o desenvolvimento de atividades de campo e, conseqüentemente, levou à desistência da análise desse lugar⁶¹.

Dessa forma, busca-se analisar as diferentes formas de circulação, as novas dinâmicas territoriais e como as iconografias tem gerado processos resistências, no Faxinal São

⁶¹ As manifestações de violência aumentaram no entorno do Faxinal Bom Retiro a partir do ano de 2017, em virtude de inúmeros processos de vingança. Algo comum na região, descrito por Ayob (2010, 2013) e que pode ser observado nas chamadas de notícias a seguir. A primeira data de 07/01/2017 e tem o seguinte título “Cinco pessoas ao voltarem da igreja sofrem emboscada e duas morrem. Pai e filha morrem, caso ocorreu em Bom Retiro” (disponível em: <https://jornalfatos.com.br/pinhao-cinco-pessoas-ao-voltarem-da-igreja-sofrem-emboscada-duas-morrem/>). A segunda, datada de 09/02/2017: “Homem é morto a golpes de facão em Pinhão, na região central do Paraná- Caso ocorreu na noite de quarta-feira (8), no distrito Bom Retiro” (disponível em <http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2017/02/homem-e-morto-golpes-de-facao-em-pinhao-na-regiao-central-do-parana.html>). As seqüências de assassinatos na região já somam mais de 20 casos.

Roquinho, que é reconhecido como ARESUR desde o ano de 2013, e o Faxinal dos Ribeiros, que tem o seu reconhecimento como área de Faxinal perante o Município desde o ano de 2009, mas que vem passando por inúmeros processos de monopolização do território, principalmente em virtude da expansão das áreas destinadas ao plantio de soja.

Para isso, utilizou-se de trabalho de campo, observações, entrevistas, entrevistas narrativas, participação em reuniões, consulta a Ata da Audiência Pública (realizada em Pinhão para o reconhecimento dos povos de faxinais) e reportagens presentes no jornal de circulação local. Esses diferentes encaminhamentos metodológicos tiveram por objetivo identificar as circulações e as iconografias presentes no território dos povos de faxinais.

Foram realizadas 22 entrevistas com diferentes faxinalenses, de diferentes idades e gêneros, ligados, ou não, ao movimento social. As entrevistas partiram sempre das questões de conflito e como têm reagido a esses processos. Assim, as diferentes formas de resistência e ameaças foram extraídas das entrevistas e narrativas. Também foram realizadas entrevistas com aqueles que se denominam pequenos produtores e que se opõem ao sistema faxinal, bem como posseiros de fora das áreas dos referidos faxinais, para entender a visão que têm sistema.

Os resultados aqui apresentados objetivam evidenciar como as circulações agem de modo a transformar os Faxinais em Pinhão, produzindo uma série de conflitos e resistências, que geram territorialidades específicas e que devem ser respeitadas. A circulação no território, por meio das madeiras, gerou uma série de conflitos em virtude da exploração florestal, alterando toda a dinâmica do sistema faxinal. Esse processo envolveu uma série de falsificações de documentos e grilagens e levou a conflitos fundiários, pois os povos de faxinais viviam como posseiros. A madeira Zattar, após documentar as terras em seu nome, passa a vendê-la, inserindo, nos faxinais de Pinhão, novos sujeitos com os quais os povos já residentes tiveram que negociar o território a fim de garantirem o desenvolvimento de suas atividades tradicionais.

Os conflitos levaram os posseiros e os povos de Pinhão a se organizarem politicamente, por meio do Movimento de Posseiros, a fim de resistirem na luta pelas suas terras. Mais recentemente, os faxinalenses constituíram movimento próprio, que tem sido grande instrumento de luta e reconhecimento de seus territórios. Toda a organização em movimento deu-se por meio do resgate das iconografias faxinalenses, presentes no modo de vida, nos saberes (sobre os ciclos da lua, a periodicidade das chuvas, da direção dos ventos, das plantas cultivadas e da floresta, do cuidado com os animais, do uso da terra), fazeres (do manejo florestal, da agricultura, da vida cotidiana), nas práticas religiosas populares (

Devoção a São João Maria, Senhor Bom Jesus, Festas do Divino, mesadas de anjo, rituais de curas) e na própria identidade faxinalense, e têm contribuído para uma melhor organização social e propostas para solucionar o conflito fundiário, que persiste no município há mais de setenta anos.

Dessa forma, busca-se caracterizar os faxinais selecionados para a pesquisa, suas transformações, conflitos, resistências. Na sequência, apresentam-se os principais conflitos e como se tem construído uma série de resistência coletivas por meio das iconografias faxinalenses e, por fim, apresentam-se os novos padrões territoriais, desenvolvidos frente aos diferentes processos de circulação.

3.2- Territórios faxinalenses em Pinhão: Conflitos e resistências

O termo faxinal, em Pinhão, é bastante comum, fazendo parte do cotidiano. Existem aproximadamente 10 comunidades de faxinais no município⁶². Porém o termo abrange uma série de comunidades rurais⁶³, que inclui aquelas em que há predominância do sistema faxinal, e outras onde se restringe a características da paisagem/vegetação, ou apenas ao nome.

Porto (2013) esclarece que, no Município de Pinhão, faxinal também está relacionado com as terras de floresta com araucárias, onde pratica-se o extrativismo de erva-mate e de pinhão e a criação de animais à solta, com destaque para porcos, contrapondo-se às terras de cultura, ou de plantar, localizadas em ambientes de vegetação baixa (tigueras), muitas vezes próximos a rios e a encostas de morros, reservados exclusivamente para as lavouras familiares. O binômio faxinal/terra de cultura também envolve particularidades, como a localização da residência principal nos faxinais, e do paiol, que é habitado nas épocas de plantio e colheita, nas terras de plantar. A autora ainda ressalta que essa dinâmica territorial particular sofreu diversas modificações ao longo dos anos, sobretudo no que tange ao uso comunitário dos faxinais e à sazonalidade da residência nos paióis, que tem sido enfraquecida

⁶² São vários os relatos, coletados durante as pesquisas, da presença de faxinais nas mais diversas comunidades de Pinhão, inclusive nas comunidades de Lajeado Feio 1 e Lajeado Feio 2, conforme relato de Ramos (2016), que até então não haviam aparecido em levantamentos, ou em outras em que se acredita que as práticas tradicionais haviam sido extintas, mas que permanecem.

⁶³ Faxinal dos Coutos, Faxinal São Roquinho, Faxinal dos Carvalhos, Faxinal dos Silvérios, Faxinal dos Ferreiras, Faxinal dos Albinos, Faxinal Bom Retiro, Faxinal dos Françaes, Faxinal dos Freskis, Faxinal dos Taquaras, Faxinal dos Ribeiros e Faxinal do Céu, Água Amarela, Poço Grande e São Roque.

pelos meios de transporte motorizados, sendo possível, a depender da distância, ir e retornar no mesmo dia.

No entanto, as distinções ambientais do terreno e as práticas econômicas características da oposição faxinal/terra de cultura permanecem vigentes.

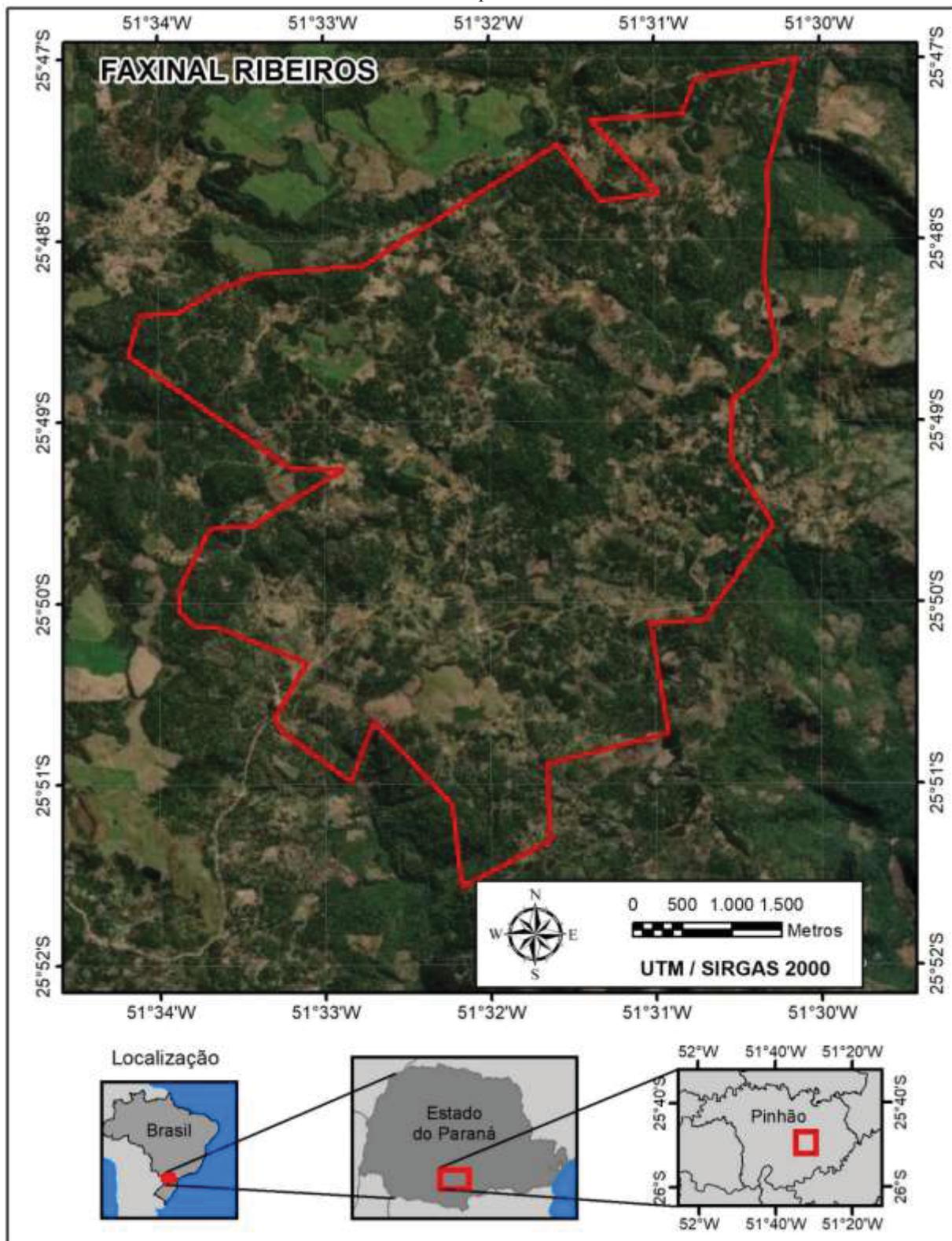
Dessa forma, selecionaram-se duas comunidades faxinalenses para estudo de caso: Faxinal dos Ribeiros (Sudeste) e Faxinal São Roquinho (Sudoeste), uma distante da outra aproximadamente 70 km. Através dos dados empíricos, busca-se evidenciar como as circulações modificaram a dinâmica territorial dos faxinais e como esses passaram a recorrer a suas iconografias para permanecerem em seus territórios tradicionais.

3.2.1- Faxinal dos Ribeiros

A localidade de Faxinal dos Ribeiros⁶⁴ engloba uma grande área do município de Pinhão, que pode ser dividida em duas: Ribeiros e Faxinal dos Ribeiros, que se distinguem na paisagem e na organização social. Enquanto Ribeiros está situado às margens da PR 170, que liga Pinhão a Bituruna, com uma paisagem que em nada lembra uma comunidade faxinalense, áreas bastante mecanizadas, destinadas à monocultura, com quase extinção da Floresta com Araucária, onde o termo faxinal está restrito apenas ao nome da localidade. Já o Faxinal dos Ribeiros, ou Faxinalzinho, (Figura 04), está situado a aproximadamente 32 km da sede do município, com estradas de chão, relevo mais ondulado, que engloba uma área de aproximadamente 1300 alqueires, onde vivem em torno de 400 famílias, apresentando características típicas das comunidades faxinalenses tanto na paisagem, quanto na organização social (Figura 05).

⁶⁴ O Faxinal dos Ribeiros engloba as comunidades católicas de São Cristóvão (Ribeiros), São Sebastião (Faxinal dos Ribeiros), São Lucas (Campinas), Santa Rita (Assentamento 1G) e São João Batista (Avencal). Com exceção da primeira (São Cristóvão), todas as demais fazem parte do Faxinal dos Ribeiros, onde se notam características do sistema faxinal. Para o levantamento realizado por Meira et al (2009), cada uma dessas comunidades católicas é um faxinal e ainda se soma a localidade de Fazenda Velha. Porém, entende-se que todas essas comunidades fazem parte de um grande faxinal, o Faxinal dos Ribeiros, fato esse considerado a partir das entrevistas com os faxinalenses, que delimitam o Faxinal dos Ribeiros por essas localidades particulares, ou seja, para o levantamento de Meira (et al, 2009), cada compartilhamento espacial ou novos padrões territoriais são considerados um faxinal, porém entende-se, nesta pesquisa, que é apenas um: Faxinal dos Ribeiros.

FIGURA 04: Mapa do Faxinal dos Ribeiros



FONTE: IAP (2013), Bases Cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia, Imagem Google (2014).

ELABORAÇÃO: PINHEIRO (2020)

A formação da comunidade remota há mais de 300 anos, conforme relatos de várias famílias, sejam elas oriundas dali mesmo, descendentes de indígenas e caboclos, ou vindos de

outros estados, como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e de outros países, como a Alemanha, Suíça, Ucrânia (que chegaram ao faxinal dos Ribeiros via Cruz Machado) e do Paraguai.

FIGURA 05: Paisagem de Faxinal dos Ribeiros



FONTE: CORREIA (2020)

A realidade do Faxinal dos Ribeiros começou a mudar no início dos anos de 1970, conforme relato a seguir:

Era assim: Tinha o lugar de plantio, lá nas tigueras que também chamam de cultura que é longe. A criação não ia lá onde era plantado. Aqui no faxinal tinha bastante mataria que ninguém morava e, não plantava quase nada, só tinha uma hortinha perto da casa, cercada de ripa pra criação não entrar e, a criação era tudo solta: era porco, vaca, cabrito, carneiro, animal⁶⁵, era de tudo. Quem queria criar, criava a vontade e não importava a quantidade de terra que tinha, se tinha um litro, uns alqueires, todo mundo criava a vontade, tinha bastante gente que não tinha terreno e criava igual. Por que não faz tantos anos que foi dividido os terrenos aqui, pois só tinha uma escritura aqui nos Ribeiro, era tudo comum. Não posso afirmar bem, mas foi em 1973/74 que os agrimensores vieram medir as áreas, daí pediram quem tinha a escritura, mas quase ninguém tinha, então mediram pra quem tinha e o que sobrou era tudo do Zattar. Mas o povo continuo nos terrenos, cada um num pedaço de terra [...]. (Faxinalense A, Faxinal dos Ribeiros, janeiro de 2017).

Alguns fatos chamam atenção no relato sobre como era a dinâmica territorial do Faxinal dos Ribeiros e como passou a ser modificada, na década de 1970, com a chegada da madeireira. As áreas de faxinal, ou seja, de ‘mataria’, com o predomínio da floresta com

⁶⁵ Nos faxinais de Pinhão, de maneira específica, os equinos costumam ser chamados de “animal”.

araucária, eram destinadas à criação de animais à solta e a população estava dispersa no seu interior, num sistema de terras livres, com uso comunitário. Essa população, formada por diferentes etnias e povos que adentraram o ambiente de floresta e ali se adaptaram ao modo de vida desenvolvido pelos caboclos, procurava se instalar em lugares onde se encontrava facilmente água. Ali erguiam grandes casas de madeira, lascada dos pinheiros-gigantes ou imbuías, faziam uma pequena horta próxima a casa, onde cultivavam hortaliças, mandioca, abóbora, pepino, amendoim, e plantavam um grande pomar, com variedades de plantas que suportavam os rigorosos invernos.

No sistema de terras livres⁶⁶, muitos faxinalenses permaneciam durante algum tempo num lugar, e logo se deslocavam para outro, dentro do próprio faxinal, levando toda a estrutura construída, restando pequenas ruínas e os arvoredos, originando as chamadas taperas, que serviam como maneira de indicar a ocupação da terra e a posse. Por isso, é comum a referência a essas marcas presentes na paisagem dentro dos faxinais, como forma de legitimar o uso e ocupação do território. Pode-se observar como isso acontecia no relato a seguir:

Desde quando lembro que era criança, a gente morava lá perto da Lagoa, lá nós tinha umas hortinhas perto da casa e, plantava lá no Caxãozinho, que é lá nos paióls. Depois deu a louca no pai e mudamos ali mais pra perto da estrada. As pessoas ficavam mudando as casas no meio do mato, até achar um lugar bom e ali ficar. Daí, ficava os arvoredos e as taperas, por onde as pessoas mudavam. (Faxinalense C, Faxinal dos Ribeiros, setembro de 2017).

Esse movimento dentro dos faxinais era comum, principalmente para aqueles que não possuíam terras, mas que tinham o direito à moradia e a criar seus animais sem nenhum tipo de restrição. Todavia, essa dinâmica de sistema de terras livres e de posse altera-se com a chegada da madeireira Zattar, que passa a medir os terrenos e documentá-los em seu nome. Como havia predomínio de posses em terras livres, a madeireira não teve dificuldade em documentar as terras dos povos de faxinais, uma vez que a garantia da posse estava no direito costumeiro, efetivado pela ocupação desses territórios nos últimos séculos.

Entretanto, os povos de faxinais continuaram nas terras, mesmo documentadas juridicamente em nome da madeireira, buscando existir/resistir diante das inúmeras investidas

⁶⁶ O sistema de terras livres nos faxinais refere-se ao uso e circulação de animais. Dentro dos faxinais, eram estabelecidos os limites familiares das propriedades. Com o passar do tempo e o aumento do número de famílias, quase todas as terras passaram a ter um dono, que podia retirar a erva-mate por exemplo.

de dominação dos territórios. Essa fase denomina-se de Investidas de Dominação do Território do Faxinal dos Ribeiros.

Já a segunda fase é marcada pela tentativa de expulsão do território, por meio do aumento dos conflitos e da venda de terras, por parte da madeireira Zattar, para terceiros, oriundos de outras regiões do Brasil e de outros municípios do Paraná. Além das tentativas de expulsão do território, surgem novos elementos com os quais os povos de faxinais têm que viver:

A mudança mais brusca aqui foi de 1985 pra cá. Depois que mediram os terrenos e o que sobrou ficou que era do Zattar, ele colocou gente pra cuidar daquelas áreas, os guardas, que eram um pessoal armado, que vinham e queriam espantar quem estava nos terrenos com agressões. Daí o Zattar começou a vender as terras, vendeu pra gente de fora, um pessoal que não era no nosso estilo. Eles vieram para fazer plantio, eles tinham mais recursos e se instalaram e, uns tão entreverado até agora. Uns que vieram do Toledo, diz que passava na televisão das terras daqui, pois lá era mecanizado, por isso era caro, daí venderam lá e compraram bastante terra aqui. Os que vieram com a finalidade de fazer lavoura e criação de vaca de leite se deram muito mal, chegaram e soltaram as vacas nas invernações, e no forte do inverno a neve e a geada mata tudo, não tinha pasto e as vacas morreram de fome, a mesma coisa com a plantação, a terra aqui é muito ruim para plantar, tem que por muito veneno. Daí, aqueles que não vieram com esse objetivo se deram bem, se adaptaram. (Faxinalense A, Faxinal dos Ribeiros, janeiro de 2017).

A chegada da madeireira leva a uma série de conflitos, principalmente com os jagunços, localmente conhecidos como guardas, que utilizavam da violência física e simbólica para intimidar os moradores. Os relatos são diversos e dão a dimensão da forma como a madeireira tentava coagir e usurpar as terras dos povos de faxinais por meio da força:

[...] uma vez nós estávamos carpindo. Só estava as crianças em casa, quando chegamos aqui os guarda do Zattar tinham pegado tudo as nossas coisas, e jogado de dentro da casa e colocado num caminhão. Só falaram vão embora daqui pra não acontecer coisa pior. Nós fomos obrigados a embarcar no caminhão. Daí foram e levaram nós lá pro Pinhão e jogaram como se fosse cachorro. Esperamos e no outro dia voltamos novamente, as ameaças só aumentavam, mas daí a AFATRUP começaram a nos apoiar. Então os guarda incomodavam, mas nós não saía daqui. Eles matavam as criação, soltavam na lavoura, mas nós mantivemos aqui, foram mais de 30 anos os guarda incomodando [...] (Faxinalense D, Faxinal dos Ribeiros, janeiro de 2019).

[...] O que esses guardas incomodavam dá um livro de história. Eles incomodavam, atentavam, infernizavam a vida da gente. A gente encontrava eles nas estradas tinha que entrar na invernação pra eles não passarem com o cavalo por cima da gente. Uma vez um me disse que se eu não fosse mulher ele queria me dar um tiro no meio da testa e, eu só tava passando pela estrada e encontrei ele. Eles não queriam que a gente buscasse lenha, nada. Uma vez fomos tirar uma ervinha, nós apurado, precisava, daquele dinheirinho. O guarda chegou, recolheu as bolas de erva e levou, e nós

perdemos o trabalho do dia todo. Eles faziam de tudo pra gente ir embora, mas nós resistimos e estamos aqui ainda hoje, graças a Deus! (Faxinalense F, Faxinal dos Ribeiros, julho de 2018).

Tais atos, praticados pelos guardas em nome da madeireira, são facilmente lembrados nas entrevistas com os povos de faxinais e foram registrados nos trabalhos de Ayob (2010, 2016) e Porto (2013). Todo esse cenário de violência alterou a dinâmica faxinalense existente: as cercas começaram a surgir por todo o lado, animais que circulavam livremente começaram a ser assassinados, a coleta da erva-mate impedida e, nas terras de plantar, a madeireira começou a soltar cabeças de gado, impedindo o plantio por parte dos moradores.

Outro elemento foi a chegada da primeira leva de gente de fora. Com lógica distinta dos habitantes, tentaram inserir, dentro das áreas de faxinal, lavouras e a criação de gado leiteiro, que não foi bem sucedida em decorrência da falta de correção do solo e de pastagens específicas para o gado, uma vez que o chamado gado de leite não se desenvolvia da mesma forma que o gado comum, que era criado nos faxinais⁶⁷, apenas com as pastagens das invernadas.

A terceira fase (Figura 06) corresponde aos conflitos decorrentes dos processos de monopolização do território, que se desenvolvem com a falência da madeireira e a invasão das terras documentadas em seu nome por madeireiros, chamados localmente de garimpeiros, que buscam apenas a retirada da madeira⁶⁸. Entre eles estão “gente do lugar”, antigos funcionários da madeireira (guardas, jagunços, encarregados de serrarias). Após a retirada da madeira, venderam as terras a baixo custo, por não possuírem documentação, para pessoas de fora. Esses madeireiros eram, em sua maioria, de fora da comunidade e não possuíam vínculo algum com o território, por isso, só tinham interesse na retirada do material madeireiro e posterior venda. Dessa forma, a exploração das áreas pelos madeireiros ou garimpeiros é a porta de entrada para os “novos moradores” e, conseqüentemente, do agronegócio nos faxinais.

Essa nova leva de gente de fora é diferente da primeira, que chegou na década de 1980, em vários aspectos, principalmente por possuírem mais recursos financeiros e pela

⁶⁷ Leitte et al (2008), Leitte e Loddy (2012), ao estudarem os rebanhos dos faxinais, destacam que esses, em sua grande maioria, possuem raça indefinida ou nativas.

⁶⁸ Garimpeiros, por estarem apenas interessados na retirada das madeiras com valor comercial. A retirada de madeira em Pinhão aumentou nos últimos anos e, segundo dados da Fundação S.O.S Mata Atlântica (2018) e IAP (2018), Pinhão está entre os municípios que mais desmataram nos últimos anos, mais de 18 mil hectares.

agilidade na derrubada da floresta e substituição por lavouras destinadas à monocultura, em especial, da soja e de batata inglesa (Figura 07).

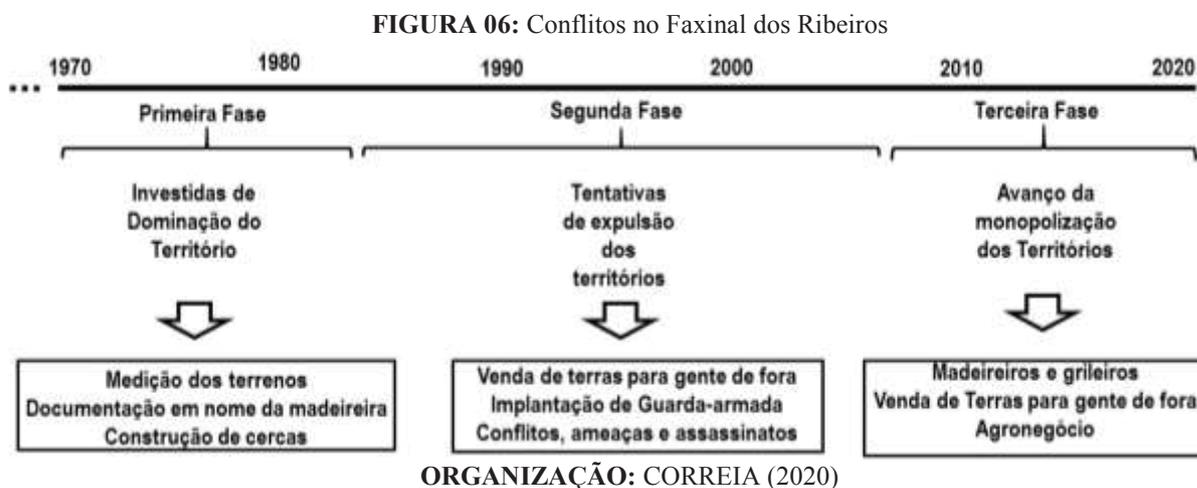


FIGURA 07: Área Destinada à produção de soja no Faxinal dos Ribeiros



FONTE: CORREIA (2020)

O avanço do agronegócio sobre o território faxinalense intensificou-se nos últimos anos. Entre os anos 2013/2014⁶⁹, existiam três áreas destinadas à produção de soja. Hoje são seis, e mais uma porção de áreas estão sendo desmatadas para serem destinadas para essas atividades, fato impulsionado pelas características do relevo, suavemente ondulado, sem grandes declividades⁷⁰, oportuno para a mecanização, e pela falta de mobilização social da comunidade. Além do fator determinante da entrada de “gente de fora”, isso tem influenciado

⁶⁹ Fato observado durante trabalho de Mestrado nessa comunidade.

⁷⁰ Consultar o mapa altimétrico do Faxinal dos Ribeiros, no anexo 02.

vários faxinalenses a realizarem a limpeza do terreno e a substituição da floresta por áreas de campos⁷¹.

O agronegócio avança, por meio de diferentes tentativas de monopolização do território, acontece, principalmente, em decorrência da falta de mobilização da comunidade, que passa pelo abandono de algumas práticas tradicionais, implantação de lavouras nas áreas de criadouro comunitário, chegada de “gente de fora” e pela dificuldade na geração de renda, que leva o faxinalense a migrar para a cidade ou buscar complementação em outras atividades, em especial na construção civil, além de conflitos internos, de ordem pessoal familiar entre o coordenador do movimento faxinalenses local e sua família⁷².

Todavia, o que se observa no Faxinal dos Ribeiros é que aqueles faxinalenses que, ao longo dos anos, resistiram às investidas da madeireira e permaneceram na terra, não a vendem. O que acontece é que, com a entrada de madeireiros, em 2008, nas áreas até então dominadas⁷³ pela madeireira e posterior venda para gente de fora (Figura 08), o território do Faxinal dos Ribeiros deixou de ser contínuo, gerando verdadeiros esquadrejamentos do território faxinalense (OLESKO, 2013), constituindo, dessa forma, novos padrões territoriais, ou seja, as frentes de acumulação do capital agem de modo a monopolizar os territórios tradicionalmente ocupados.

Faz-se importante destacar que alguns faxinalenses com mais recursos também passam a realizar a destoca para substituição da floresta por lavouras. Nesse processo, os primeiros atos são a retirada dos animais, principalmente porcos, das áreas comunitárias, e o cercamento das áreas que lhe pertencem para substituição das atividades. Muitas das atividades trazidas pela “gente de fora” passam a ser incorporadas pelo faxinalense, como a chamada limpeza do terreno. A grande diferença entre as propriedades dos faxinalenses e da gente de fora está no fato que, nas faxinalenses, existe certa preocupação na preservação das áreas em torno dos cursos de água (sangas, nascentes), os animais são confinados em porções de terras menores,

⁷¹ Localmente, as lavouras destinadas à produção de monoculturas são denominadas de campos, assim como os campos naturais, hoje também ocupados por lavouras.

⁷² Em entrevista com o coordenador local, esse relatou que da parte de sua família paterna e de familiares de sua ex-esposa sempre o criticaram, porém o conflito ultrapassou o convívio familiar e se implantou no convívio social comunitário. Por isso, existe uma grande resistência por parte dos faxinalenses em se organizarem socialmente. Além do mais, existem questões de ordem políticas envolvidas no jogo de forças local, expressas por um vereador, morador do faxinal, e que se manifesta contrariamente ao sistema, com inúmeras críticas a ele. Aliado a isso está o fato de o coordenador não residir no Faxinal dos Ribeiros e sim na sede do Município.

⁷³ Essas áreas eram ocupadas por faxinalenses, porém, em decorrência das ações de reintegração de posse (000054-39.1997.8.16.134, 000111-86.1999.8.16.0134 entre outras), muitos as abandonaram e, posteriormente, foram assentados pelo INCRA dentro do próprio Faxinal, no Assentamento 1G.

porém a criação à solta permanece, principalmente as graúdas, como vacas e cavalos, porém restrita ao grupo familiar ou de vizinhos próximos. Ao não venderem a terra e permanecerem nela, evidenciam o desejo de não migrarem para cidade.

FIGURA 08: Propriedade da gente de fora



FONTE: CORREIA (2020)

Outros conflitos dão-se com vizinhos, principalmente após a implantação do Assentamento Quinhão 1G⁷⁴, onde foram assentadas aproximadamente 80 famílias, dentro do Faxinal dos Ribeiros, no fim da década de 1990. Esse assentamento buscou regularizar a situação fundiária de muitos povos de faxinais. Porém, alguns membros de fora da comunidade foram assentados nessas áreas, gerando uma série de conflitos, principalmente em relação à criação de animais à solta:

[...] hoje o que mais incomoda são os vizinhos que vieram com esse assentamento. Eles roubam as criação, matam, se implicam com tudo [...] tivemos que fechar as poucas criações que tem nos piquetes, temos umas vaquinhas, animal e uns porco no mangueirão, senão eles roubam mesmo. Sem falar que derrubam tudo o que acham pela frente [...] (Faxinalense Q, Faxinal dos Ribeiros, janeiro de 2019).

Muitas das pessoas que foram assentadas eram posseiros, ou filhos de posseiros, expulsos de suas terras em outras áreas do município, e buscaram desenvolver um modo de vida diferenciado, pautado no cercamento, na implantação de lavouras, conflitando com o

⁷⁴ A implantação do Assentamento Quinhão 1G dentro do Faxinal dos Ribeiros deu-se em um contexto de luta política pela regularização fundiária na Região. Na década de 1990, o movimento de posseiros entendeu que a forma de garantir a permanência na terra era por meio da regularização em forma de assentamento, uma vez que os processos de usucapião eram demorados e envolviam grande quantidade de dinheiro para realização dos trâmites legais, o que limitava o número de faxinalenses que poderiam se valer de tal processo e assim garantir sua permanência ali.

modo tradicional, desenvolvido pelos povos de faxinais. Houve também pessoas de fora do município que desconheciam as práticas tradicionais desenvolvidas pelos faxinalenses e que, ainda hoje, manifestam-se contrárias a essas, aumentando os conflitos.

Outro elemento que tem fragilizado o modo de vida no Faxinal dos Ribeiros é a dificuldade na geração de renda, evidente na grande quantidade de faxinalenses trabalhando na construção civil, principalmente aqueles com propriedades menores. Por isso, entende-se que as resistências faxinalenses passam pelo cotidiano, pelas lutas diárias, mas, sobretudo, pela geração de renda no sistema faxinal.

A partir do momento que o sistema vai se tornando inviável economicamente, não resta outra opção a não ser a substituição da prática tradicional da criação à solta, nos criadouros comunitários, por mangueirões familiares, com tamanhos reduzidos, mas que mantêm o princípio básico da criação à solta, e a implantação de lavouras nessas áreas, fato que leva à redução e posterior diminuição dos rebanhos miúdos de porcos, cabritos e carneiros, de mais difícil contenção. O uso coletivo da terra mantém-se, muitas vezes, com os vizinhos e familiares, mas apenas de criação graúda (vacas e cavalos), de mais fácil contenção e que possuem livre circulação entre as propriedades.

Essas alterações ocorrem territorialmente, porém algumas práticas culturais permanecem, como as carneanças, as trocas de serviço entre vizinhos, principalmente na colheita do milho, na vacinação dos animais, os hábitos alimentares, as festas e rezas, os rituais religiosos, os causos e o compadrio.

O compadrio, porém, tem sido modificado, com a chegada de igrejas protestantes neopentecostais. Quando deixa de existir, os laços de solidariedade são reduzidos. Isso não significa que entre os neopentecostais não existam laços de solidariedade. Existem, mas limitam-se aos membros da congregação específica. Os atos de intolerância religiosa também aumentam e práticas tradicionais, como benzimento, curas e outros rituais próprios da religiosidade católica popular, deixam de ser realizados. Todos esses processos contribuem para a fragmentação territorial, que, no entanto, resiste, seja por meio de criadouros comunitários menores, práticas tradicionais que permanecem, e da busca por suas iconografias.

No Faxinal dos Ribeiros, por exemplo, devido à presença de lavouras em meio ao faxinal, alguns vizinhos e familiares uniram-se e fecharam uma área menor para poderem continuar desenvolvendo a criação de animais à solta:

[...] temos um fechado aí com os vizinhos. Começamos em 80 alqueires, mais alguns quiseram sair. Hoje estamos com 50 alqueires, nós não temos lavoura aqui porque temos terreno lá nos paióis onde plantamos e no inverno levamos as vacas para o pasto [...] (Faxinalense B, Faxinal dos Ribeiros, setembro de 2019).

Nesse criadouro menor, nota-se a presença da cerca com quatro fios de arames, entre as propriedades, o que não impede a circulação de animais miúdos e graúdos. Ela está ali para lembrar as divisas entre as propriedades particulares que compõem o criadouro e para que, por exemplo, durante a retirada da erva-mate, não se avance para a outra propriedade. Nos limites do criadouro, a cerca é feita, parte com 7 fios de arame e parte de tela (Figura 09), nos primeiros metros, próximo ao solo, para impedir a saída dos animais para as lavouras dos vizinhos e, conseqüentemente, evitar conflitos. Para aqueles que ainda possuem as terras de plantar, a área de faxinal é destinada, em sua maior parte, para a criação animal e extração da erva mate, porém encontram-se algumas áreas de lavoura menores, cercadas com tela, dentro dos faxinais (Figura 10).

Nessas lavouras, cercadas de tela, arames ou travas, dentro dos faxinais cultivam-se feijão, milho, abóbora, amendoim, mandioca, para o sustento. Por terem dimensões menores, são cercadas para impedir a entrada de animais, que circulam livremente ao seu redor.

FIGURA 09: Cerca de tela no limite de mangueirão coletivo dentro do Faxinal dos Ribeiros



FONTE: CORREIA (2020)

A presença de terras de plantar, paióis ou terras de cultura também faz parte do modo de vida faxinalense. Porém, essas terras geralmente são posses e um processo de regularização fundiária tradicional, que não leve em consideração toda a dinamicidade dos territórios faxinalenses compostos por duas áreas, seria extremamente danoso para os povos de faxinais, que perderiam parte de suas terras, que contribuem para o seu sustento, sobretudo através da prática da agricultura e que, na época de inverno, são importantes para levar o gado, já que

essas áreas situadas em regiões de menor altitudes têm um inverno menos severo que nos faxinais, em altitude maior⁷⁵.

FIGURA 10: Lavouras cercadas dentro do Mangueirão Comunitário no Faxinal dos Ribeiros



FONTE: CORREIA (2020)

Portanto, a circulação nos territórios faxinalenses, por meio da madeireira, guardas, gente de fora, madeireiros e tentativas de monopolização do território tradicionalmente ocupado, tem levado os povos de Faxinal dos Ribeiros a redimensionarem seu território e assim manterem as práticas tradicionais, sejam em territórios menores, sejam em novos acordos coletivos. Nesse sentido, as iconografias agem de modo a garantirem a permanência do sistema faxinal, por meio das diferentes práticas e costumes, como manter a criação à solta, o compadrio, os laços de solidariedade e o estabelecimento de espaços menores para a criação animal à solta.

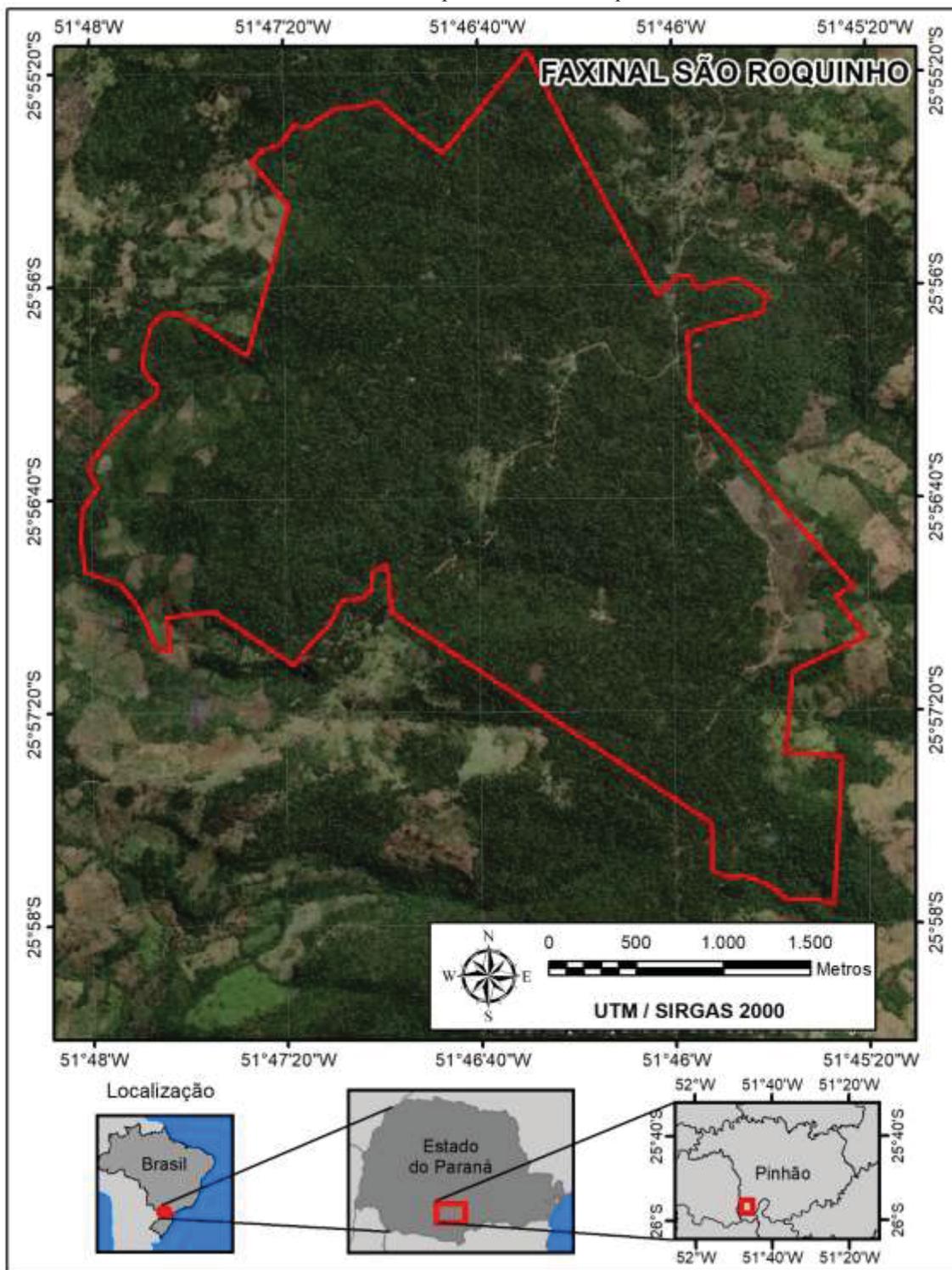
3.2.2- Faxinal São Roquinho

O Faxinal São Roquinho (Figura 11) está distante 45 km da sede do município de Pinhão e se destaca na sua organização social e na preservação do Sistema Faxinal (Figura

⁷⁵ Grande parte do Faxinal dos Ribeiros, por exemplo, situa-se a mais de 1100 metros acima do nível do mar, por isso, invernos bastante severos, com muita geada e vento, são comuns, inclusive com episódios de nevasca, como no ano de 2013. Já as terras de plantar situam-se nos vales dos rios, principalmente do Iguazu e da Areia, com altitudes inferiores e invernos mais brandos. Nessas áreas, é possível o desenvolvimento de atividades que, nas áreas de faxinal, não é possível, como a plantação de algumas árvores frutíferas. No inverno, os animais são levados para as regiões de cultura.

12). Se no Faxinal dos Ribeiros vê-se uma desmobilização social que tem levado a novas territorialidades, no São Roquinho, a mobilização social é evidente na luta pela permanência na terra e preservação do seu modo de vida.

FIGURA 11: Mapa Faxinal São Roquinho



FONTE: IAP (2013), Bases Cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia, Imagem Google (2014).

ELABORAÇÃO: PINHEIRO (2020)

A história do Faxinal São Roquinho confunde-se com muitas outras dos povos de faxinais de Pinhão e está relacionada ao processo de desapropriação dos seus territórios e posterior domínio da madeireira Zattar, que utilizava da violência através dos guardas, cujo objetivo era expulsar os povos de faxinais das suas terras, e é marcada, sobretudo, pela retomada dos territórios tradicionalmente ocupados (figura 13).

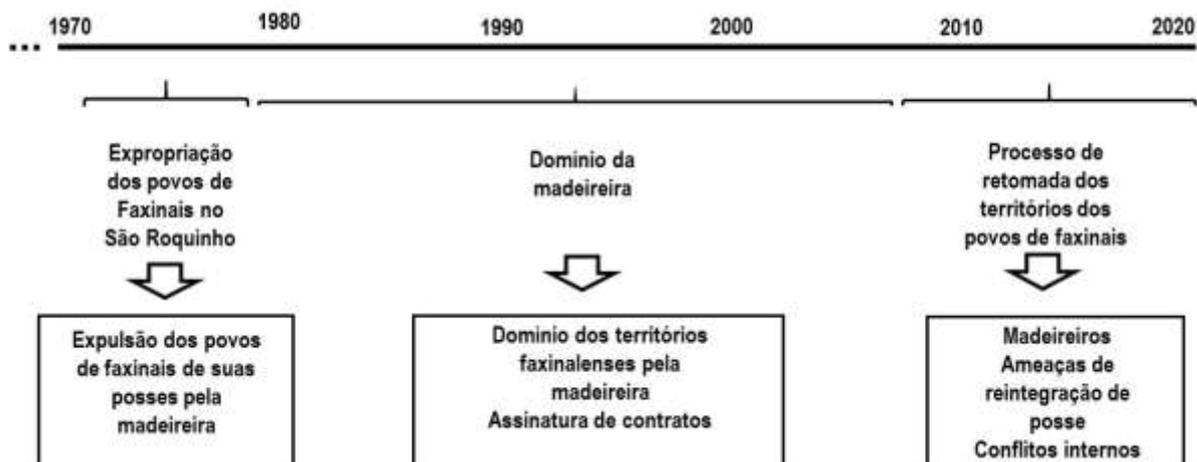
Esse processo de retomada é bastante marcante no Faxinal São Roquinho. Algumas famílias que resistiram ao processo de domínio da madeireira Zattar e permaneceram na terra, para poderem continuar vivendo ali, foram obrigadas a assinarem contratos, que incluíam a permanência na terra por algum período de tempo, bem como a possibilidade de criação de alguns animais. As famílias que não aderiram à assinatura dos contratos foram expulsas.

FIGURA 12: Paisagem na entrada do Faxinal São Roquinho



FONTE: CORREIA (2020).

FIGURA 13: Conflitos no Faxinal São Roquinho



ORGANIZAÇÃO: CORREIA (2020).

Durante as entrevistas, quando questionados sobre a origem de alguns faxinalenses, foram relatados casos daqueles nascidos e criados ali mesmo, e aqueles oriundos de outros faxinais próximos, mas que estão em processos de desintegração, como no caso do Faxinal dos Coutos. O faxinalense C (entrevista em julho de 2018), relatou que sua vinda para o São Roquinho é relativamente recente e faz parte do processo de retomada das antigas áreas que foram dominadas pela madeireira Zattar:

[...] me chamaram aqui, daí achei boa a ideia, já queria ver o mato protegido[...] eu morava no faxinal mesmo, mas o nosso faxinal já estava se indo, virando campo, era ali nos Coutos, perto do orelhão. Você passou por lá para vir pra cá, daqui não dá nem meia hora de caminhada até lá, mas acabou lá, daí viemos pra cá, fizemos um barraco bem aí na frente e estamos até agora aqui, mas agora na casa [...]
(Faxinalense C, Faxinal São Roquinho, julho de 2018).

Observa-se que esse processo de reterritorialização deu-se pelas circulações que transformaram o uso da terra no Faxinal dos Coutos, de onde o faxinalense C era oriundo. O processo de reterritorialização está relacionado à dinâmica de construir, reconstruir, reelaborar e redefinir um território já existente, com suas territorialidades específicas, ambiental e culturalmente, que passou por processos de desterritorialização que criaram novos territórios, dentro de um mesmo território (HAESBAERT, 2004).

Dessa forma, ressalta-se que, nesse caso, o processo de ocupação tradicional não está no tempo, mas no modo de ocupação (ASCERALD, 2010), que é em sistema faxinal. O faxinalense C relata que foi para o São Roquinho porque lá se produz tudo, de forma orgânica, com sementes crioulas e se migrasse para a cidade de Pinhão, não restaria outra opção a não ser trabalhar de forma precária e ir morar na periferia, onde a família passaria por dificuldades e perderia a qualidade de vida.

Já outro faxinalense relata a sua vinda para São Roquinho da seguinte forma:

Eu vim pra cá, na verdade foi um irmão meu que ajudou [...] Um dia ele falou assim pra mim: compadre, por que o senhor não entra junto com aquela turma do São Roquinho? É mais fácil dá certo aquele do que os nossos pra cá⁷⁶ [...] Eu trabalhava no terreno do pai dela lá em baixo, no São Pedro⁷⁷, daí eu comecei a vim aqui nas reuniões pra eles poderem me aprovar, por que era assim, tinha que mostrar serviço pra ser aprovado. Aí eu vim e fiquei na casa de uma prima minha aqui [...] Meus

⁷⁶ “Os nossos pra cá” refere-se às áreas que muitos faxinalenses ocupavam como posseiros, ou áreas em que estavam acampados, aguardando um processo de reforma agrária.

⁷⁷ “lá em baixo” é em referência às áreas de cultura, situadas no vale do Rio Iguaçu, em uma altitude menor que as terras dos criadouros. Essas áreas apresentam invernos mais brandos que nos faxinais. Nesse caso, trata-se da localidade de São Pedro do Iguaçu.

avôs já eram daqui, mais tiveram que sair de tanto a Zattar atentar, daí nós voltamos pro lugar que é nosso [...] (Faxinalense J, Faxinal São Roquinho, julho de 2019).

Portanto, muitos daqueles que realizaram o processo de reterritorialização do Faxinal São Roquinho tinham um laço estabelecido com o território e a volta para o local fez parte de um processo de retomada das terras que eram tradicionalmente ocupadas por seus pais, avós e por eles mesmos. Muitos estavam vivendo como posseiros, fora da área do Faxinal, ou estavam acampados em outras áreas documentadas em nome da Zattar, aguardando o processo de reforma agrária. Diante disso, quando questionados sobre o motivo que levou a não separarem lotes individuais e não optarem por um modelo de reforma agrária clássico na reocupação da área do Faxinal São Roquinho, a resposta foi:

Pela preservação da natureza, porque o faxinalense vive embaixo da mata, e não destrói a mata, ele cria os porquinhos e outros tipos de animais sem destruir a natureza. Que nem nós aqui tem tatu, tem jacu, tem tudo quanto é tipo de bicho, mas esses bicho não é pra matar. Nós estamos fechando as fontes de água, pra não entrar nada, entra só passarinho [...] (Faxinalense K, Faxinal São Roquinho, julho de 2019).

Esse modo de ocupação leva em consideração a preservação de um modo tradicional de vida em consórcio com a natureza, mas é também uma estratégia política de regularização fundiária, uma vez que as áreas são de domínio de floresta com araucária, com, além dessas, outras inúmeras espécies ameaçadas de extinção, como imbuías, xaxins, ou seja, áreas que dificilmente seriam aprovadas para realização de assentamentos do modelo tradicional de reforma agrária.

Esse é um dos fatos que explicam o “renascimento deste faxinal”, uma vez que, no levantamento realizado em 2004, identificaram-se apenas três famílias e assim Marques (2004, p. 41) caracterizou-o:

Este faxinal se caracteriza-se por muita pobreza, pois as famílias usufruem de pequenas áreas de terras e suas rendas são baixas, provenientes basicamente de venda de pequenas quantidades de feijão e milho. As pessoas são bem simples e retraídas.

Essa realidade está diferente atualmente (figura 14). Embora muitas casas sejam relativamente simples, é notável a qualidade de vida, a grande quantidade de alimentos

plantados com alta qualidade e de forma orgânica, as fontes de renda aumentaram⁷⁸ e os faxinalenses gozam de uma qualidade de vida e organização social invejáveis, que servem de modelo para outras comunidades faxinalenses do estado. Em faxinal São Roquinho, a formação política dos faxinalenses é destacável em seus discursos sobre a importância do trabalho coletivo, da preservação da floresta, dos acordos comunitários, na importância das políticas públicas específicas para os faxinalenses, como as ARESUR.

FIGURA 14: Residência dentro do Faxinal São Roquinho



FONTE: CORREIA (2020)

Esse faxinal possui uma área de aproximadamente 600 alqueires, sendo 590 destinados ao criadouro comunitário e 10 alqueires de lavouras comunitárias (Figura 15 e 16). Dentro do criadouro comunitário, de maneira geral, é permitido o fechamento de 3 alqueires por família, que devem ser medidos em mutirão, a criação de animais à solta, com restrição na quantidade e a proibição de cabritos, bem como de pessoas externas ao faxinal possuírem animais dentro do criadouro. Ainda ali, é proibido o desmatamento, a aplicação de agrotóxico, plantação de transgênicos e espécies exóticas, além da entrada de novas famílias e o retorno daquelas que, por algum motivo, saíram do faxinal.

Além disso, cada faxinalense possui sua roça, seu “quadro individual”, onde desenvolve a atividade que deseja. A localização da área de cultura varia entre os faxinalenses. Alguns possuem áreas mais próximas do criadouro, outros, áreas mais distantes, podendo chegar até 5 km, ou, como se prefere falar, “uma hora e meia no lombo do cavalo”.

⁷⁸ Em julho de 2019, uma parte da área do Faxinal São Roquinho foi destinada para que as famílias que tivessem interesse passassem a plantar pepinos destinados à fabricação de conservas por uma indústria de São Jorge do Oeste, na Região Sudoeste do estado. No ano de 2019, Pinhão teve uma safra de aproximadamente 250 mil quilos de pepinos, grande parte cultivada em áreas tradicionalmente ocupadas.

FIGURA 15: Lavoura Comunitária no Faxinal São Roquinho

FONTE: POVOS TRADICIONAIS FAXINALENSES DE SÃO ROQUINHO (2018)

FIGURA 16: Lavoura Comunitária e, ao fundo, área do criadouro no Faxinal São Roquinho

FONTE: CORREIA (2020)

Na lavoura comunitária ou mecanizada, cada faxinalense tem seu “quadro”, onde planta milho, feijão, abóbora. Segundo relatos colhidos em entrevista, a lavoura comunitária era cultivada de forma coletiva e as atividades desenvolvidas em forma de mutirão (plantio, limpeza, colheita), mas, ao longo do tempo, deixou de acontecer devido alguns problemas internos:

[...] lá era comunitária, mas agora a maior parte tem seu pedaço, e daí cada um tem um pedaço na terra de cultura, onde planta também [...] não é todo mundo que tem lavoura ali, tem uns que só lidam nas roças [...] As lavouras mecanizadas é tudo fechado, cada um tem seu pedaço, dividido por estaquinhos de imbuia. Plantamos milho, abóbora, batata –doce. Feijão é lá nas culturas. Aqui nas lavouras precisa de muito remédio pra terra, e lá na cultura não precisa. Já tiramos 267 cargueiros de milho daí [...] Mas daí tinha gente que não gostava muito do trabalho comunitário, então decidimos separar os quadros e cada um cuida do seu [...] (Faxinalense J, Faxinal São Roquinho, julho de 2019).

A falta de participação de alguns membros nos trabalhos comunitários levou à divisão da lavoura comunitária, que continua sem cercas e, entre alguns, ainda continua o trabalho colaborativo, embora cada um produza de forma individual. O trabalho colaborativo, ou os puxirões, é um dos pilares da organização social dos povos de faxinais. Em São Roquinho, todas as atividades dentro do criadouro comunitário são desenvolvidas de forma comunitária:

A gestão é feita em grupo, quando surge algo irregular vamos todos nós, não vai só um. E quando vamos trabalhar, também não fica sozinho trabalhando, quando sai um sai tudo, o trabalho é em mutirão todo o sábado [...] Só não tem mutirão sábado no dia que tem missa. O mutirão é para fazer as cercas, para fechar o território, para fazer as limpezas das cercas, fazer a cerca das lavouras e que agora está tudo fechado. (Faxinalense H, julho de 2018, Faxinal São Roquinho).

A atividade de puxirão envolve todos os membros do faxinal, inclusive as mulheres, que participam arrumando cercas, roçando e desenvolvendo as mais diversas atividades juntamente com os homens. Os membros da comunidade (ou associação, como costumam chamar) que não podem participar, devem enviar alguém em seu lugar e, se não encontrarem ninguém, devem pagar o valor de um dia de serviço.

Outra especificidade do Faxinal São Roquinho é que faz limite com o Refúgio de Vida Silvestre do Pinhão, que é uma unidade de conservação estadual, criada como Reserva Florestal do Pinhão, através do Decreto nº 6.023 em 1983, sendo recategorizado pelo decreto 3741/2012, possuindo uma área de 196,8057 hectares. Essa Unidade de Conservação tem por objetivo primário promover a conservação do regime de água, da flora e da fauna, pois abriga áreas de cobertura vegetal em avançado estágio de recuperação e representa um refúgio para a fauna (IAP, 2018). Em conversa com alguns faxinalenses, esses demonstraram interesse na gestão dessa área, pois, segundo eles, está abandonada, apenas com cuidados realizados por eles mesmos.

Aliás, o Faxinal São Roquinho é reconhecido como ARESUR desde o ano de 2013 e vem recebendo recursos do ICMS ecológico, que são utilizados para melhorias na área do criadouro, como compra de telas para o cercamento, implementos agrícolas, fertilizantes, calcário, etc. O processo de criação da ARESUR está diretamente ligado à ação e organização da Rede Puxirão.

Mesmo perante todas essas especificidades e organização, os conflitos também ocorrem ali. Historicamente, a madeireira Zattar expropriou os faxinalenses de suas terras e também agia por meio de seus guardas para intimidá-los:

[...] Quando começamos a tirar a primeira erva daqui, o guarda não queria que nós tirássemos, diz que era da firma. Daí, nós fomos falar com ele que ia tirar a erva, ele falou que não era pra tirar que ele ia avisar o Miguel Zattar, daí eu falei se tem outros assentamentos que tiram a erva, nós vamos tirar [...] Daí ele falou não tirem que eu vou avisar o Miguel, essa erva ta pra ser tirada semana que vem, na segunda feira e vocês não passem do mata-burro pra cá [...] Mas nós fomos lá em 40 pessoas e falamos tal dia do mês de agosto vamos começara a tirar a erva [...] Sei que tiremos, até que um dia a mulher dele embrabeceu e disse que ele tinha direito a 10 alqueires de terra em roda da casa [...] Só respondemos: - Direito de que jeito, vocês não quiseram entrar com os faxinalenses!. Daí ela foi ligar e passou perto de nós e deu uns coices nuns galhos de erva e disse: - Eu vou ligar pra polícia vim tirar vocês! [...] Nós nem ligamos e continuamos a podar erva, uns podavam, outros picavam, isso foi numa segunda, quando foi quarta feira nós pinchamos a guardinha [...] (Faxinalense R, Faxinal São Roquinho, julho de 2019).

Nota-se que a madeireira, já com seu quadro de jagunços reduzidos e falida, ainda agia de maneira a impedir a realização de atividades tradicionais por parte dos faxinalenses, como é o caso da poda e coleta da erva-mate, e tentava intimidá-los, porém, como estavam organizados, conseguiram colher a erva e, na sequência, expulsar o jagunço (guardinha) da área de faxinal. Esse jagunço morava em uma casa da madeireira, instalada dentro do faxinal com o objetivo de controlar as atividades tradicionais dos faxinalenses. Essas casas compunham a paisagem rural de Pinhão, eram as famosas casas do Zattar⁷⁹, em tom de amarelo, com beirais marrons. Elas estavam ali para lembrar o domínio da empresa e a presença de seus guardas, que agiam, via de regra, com truculência e intimidações⁸⁰.

No âmbito interno, os conflitos ocorrem com aqueles que tentam burlar o acordo comunitário e realizar atividades proibidas, como a retirada de madeira, ou atentam contra a vida de animais, tentam desestabilizar a vivência comunitária, conforme expresso no trecho de entrevista a seguir:

O único problema é essa mulher aí, é o único conflito que tem, pois ela corta e pincha, eu já digo veneno, pois é pessegueiro bravo⁸¹. Pra vaca é veneno, ela cortou e jogou pra vaca do vizinho comer e morrer. Ela tem um piquetinho e agora tem uma cerca nova, não viu a cerca nova? Aquela cerca nova perto do barracão foi feita por causa desse enguiço. E já saiu um faxinalense daqui por causa dela [...] Vai ele e tira a fechadura de uma porta do barracão que ela tinha a chave, e ela não gostou e já deu um rolo [...] ele ficou com medo porque eles andaram ameaçando ele [...] daí ele pegou e saiu, mas outros problemas não tem é só com ela mesmo [...] (Faxinalense J, Faxinal São Roquinho, julho de 2019).

⁷⁹ Nas áreas rurais de Pinhão, a população evita pintar casas em tons de amarelo, uma vez que essa cor lembra/representa o domínio da madeireira Zattar.

⁸⁰ Porém, existiam guardas que eram tidos como bons, que não incomodavam.

⁸¹ A ingestão de Pessegueiro-bravo (*Prunus sphaerocarpa*) causa intoxicações por ácido cianídrico (GABRIEL et al, 2014).

Os conflitos internos sempre existiram nos faxinais, uma vez que a vivência em si pressupõe algum tipo de conflito. Porém, eram resolvidos de forma harmoniosa, através da figura dos inspetores de quarteirão. Os conflitos atuais envolvem ameaças e matança de animais, gerando problemas internos, que levam algumas famílias a se retirarem dali, principalmente no município de Pinhão, que tem sua história marcada pelos inúmeros relatos de violência entre as pessoas.

Na maioria dos casos, os conflitos atuais ocorrem com pessoas oriundas de fora do faxinal, ou que não possuíam vínculos anteriores com o território, como é do caso relatado em São Roquinho, em que a pessoa, oriunda de outro município e sem identidade com aquele modo de vida, chegou depois, foi acolhida pela comunidade, mas logo começou a discordar dos acordos, via de regra, daqueles que abrangem o trabalho comunitário e a divisão do valor obtido com a retirada da erva-mate, por exemplo.

3.3- Circulação e conflitos territoriais nos faxinais de Pinhão - PR

O Brasil caipira, ou caboclo, descrito na obra de Antônio Cândido (2010) guarda características comuns. Ao ler sobre os parceiros do Rio Bonito⁸², pode-se confundi-los com os povos de faxinais, ou com os posseiros do Sudoeste do Paraná, enfim, o camponês brasileiro tem uma gama de características próprias, mas comuns. A especificidade dos povos de faxinais está na forma do uso da terra de maneira tradicional, das relações sociais, econômicas, culturais e ambientais estabelecidas com o território.

A área do atual município de Pinhão é habitada por povos que se organizam em Sistema Faxinal há mais de três séculos⁸³. Essa região era rica em recursos naturais, principalmente pinheiros e imbuías, existentes em abundância, episódio presente na memória dos mais velhos e documentado em trabalhos locais (Passos, s/d; Camargo, s/d⁸⁴). A realidade modifica-se com a chegada das madeireiras na região. Para o faxinalense P, esse processo resultou:

⁸² Os parceiros do Rio Bonito são os camponeses caipiras da zona rural da cidade de Rio Bonito, atual Bofete, interior paulista. Cândido (2010) busca traçar esse perfil caipira por meio do modo de vida, as formas de organização, os ajustes ao meio.

⁸³ Como se observa, as práticas de criação animal à solta e lavoura de subsistência eram comuns também entre os caboclos e posseiros do sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. A identidade faxinalense está justamente no uso coletivo da terra e na divisão em terras de plantar e terras de criar. Embora houvesse grande afeição ao coletivo entre caboclos e posseiros do Sudoeste, a terra não era de uso comum.

⁸⁴ As obras foram cedidas pela biblioteca do Colégio Estadual Mario Evaldo Morski, para consulta local.

[...] Essas terras no passado, eram terras devolutas, mas eram terras ocupadas pelos posseiros de Pinhão e também pelos faxinalenses. Essas terras nossas, na década de quarenta por aí, ocupadas por nós, foi feita doação pelo então governador da época Moises Lupion, que entregou para o latifúndio Zattar, essas terras em concessão de uso. E eles pegaram essas concessões se instalaram no município e eles ficaram por mais de vinte anos tramando nos cartórios, usando os cartórios, todos os mecanismos legais que tem a ver com a questão da regularização. E quando foi ali pela década de 70, eles chegaram com toda essa concessão transformada em matrícula registrada. Uma grilagem com apoio do Estado. Uma das maiores violências que sofremos foi o Estado entregar as terras que eram nossas para o latifúndio Zattar que, depois que transformou essa concessão em matrícula, botaram a jagunçada em cima de nós. As cercas. O jagunço armado para dominar e o tal do contrato na época. Contrato escrito. Então nós que morávamos ali, nossos avós, tivemos que assinar contratos dizendo que aquelas terras eram do Zattar, com jagunço e revolver no pescoço. Não teve como! Desta forma, a madeireira Zattar dominou todas as áreas dos posseiros e faxinalenses com esse contrato e nós ficamos ali, nós que tinha uma vida boa, uma vida digna, nós tinha tudo, não faltava nada para nós, uma abundância total tanto de terra como de recurso natural os rios preservados, nossos rebanhos o extrativismo. Isso foi tudo água abaixo, perdemos tudo com essa pressão e resultou então numa pobreza, num empobrecimento geral pra nós e uma devastação na nossa natureza quer era preservada. O êxodo rural e essa violência causou um conflito sangrento, onde morreu pessoas. Isso tudo causado por essa doação criminoso (Faxinalense P, Faxinal dos Ribeiros, julho de 2018).

A chegada das madeireiras trouxe uma série de conflitos de ordem socioambiental. A floresta passou a ser derrubada, instalaram-se serrarias por todos os lados, a dominação da madeireira por meio de contratos com os povos de faxinais intensificou-se. Com a medição e documentação das terras em seu nome, na década de 1970, a madeireira passou a vender algumas áreas para “gente de fora”, principalmente gaúchos.

Essa “gente de fora” comprou as terras da madeireira Zattar e tentou implantar um modo de produção diferente do faxinalense, porém teve dificuldade em se manter nas terras. Alguns se adaptaram ao modo de vida faxinalense e permanecem até hoje, outros implantaram a destoca e a substituição da floresta por outras atividades, e os demais seguiram para estados do Centro Oeste e Norte do país. A dinâmica territorial faxinalense, já modificada pelas atividades da madeireira, passou a ser negociada com a “gente de fora”, uma vez que as lavouras foram surgindo próximas aos criadouros comunitários e uma nova lógica organizacional e produtiva foi se impondo.

Porém, a “gente de fora” não conseguiu documentar os terrenos comprados da madeireira em virtude de uma série de processos judiciais e financeiros, passando à condição de posseira, aumentando os conflitos fundiários no município.

Os povos de faxinais e outros posseiros resistiram em suas terras. Todavia, impedidos de realizarem suas atividades tradicionais, os conflitos aumentaram, culminando em confrontos diretos com jagunços, que resultaram em ameaças, assassinatos, queimas de casas

e paióis, matanças de animais, emboscadas, prisões arbitrárias, pois a polícia agia em conjunto com os jagunços. Fatos que levaram à organização do Movimento de Posseiros de Pinhão e da AFATRUP, por padres vinculados à Pastoral da Terra, lideranças locais e militantes do Partido dos Trabalhadores- PT, resultando na retomada das terras pelos povos de faxinais e posseiros.

Ao longo dos anos, após inúmeros processos trabalhistas e conflitos internos na administração da madeireira, essa passou a diminuir seu quadro de funcionários, especialmente os jagunços e guardas, entrando em processo de falência. Porém, o faxinalense não deixou de viver sob ameaças judiciais por parte de ações da madeireira, especialmente por meio de ordens de despejo (reintegração de posse).

No ano de 2008, inicia-se um novo processo de entrada de madeireiros/garimpeiros e de ocupações do MST nas áreas documentadas em nome da madeireira, e que eram ocupadas por faxinalenses que pagavam pela utilização dessas áreas, sobretudo para criação de gado, mas junto circulavam alguns porcos. Esses processos levaram ao aumento dos conflitos, agora não só com a madeireira, mas com novos sujeitos.

Os “novos moradores” são aqueles chegados mais recentemente e que em nada se adaptaram ao Sistema Faxinal. Vieram de outras regiões do estado, trazendo consigo uma outra lógica, diferente da faxinalense, seja na produção, na cultura ou na relação com o ambiente. Enquanto o uso do território pelo faxinalense é organizado com base na floresta e na criação de animais à solta, aqueles se organizam baseados na monocultura da soja, na utilização de maquinários agrícolas, da integração direta com o mercado. Para eles, a floresta não exerce nenhuma importância, vista como empecilho ao desenvolvimento.

Esse sujeito tende a considerar-se como moderno, em oposição aos povos de faxinais, tidos por eles como atrasados, expresso na criação de animais à solta, em especial porcos, principal foco de conflitos, pois entram nas plantações de soja e as áreas de pastagem mecanizadas, que não são cercadas e, como represália, eles matam, confinam ou maltratam os animais, ou ameaçam cobrar preços abusivos pelos prováveis danos, induzindo o faxinalense a cercar os animais, já que precisa evitar os prejuízos.

Existem também casos de terrenos que são arrendados (alugados) para agricultores “de fora”, que também não (re)conhecem o faxinal e, nem mesmo moram na comunidade. Esses, com intuito de amedrontar o faxinalense, propagam o discurso que irão matar as criações e, além disso, se os animais entrarem nas plantações, os faxinalenses terão que arcar com os prejuízos. Muitos casos desta natureza chegam à justiça, seja por denúncia do arrendatário ou do faxinalense.

Quando isso acontece, os faxinalenses recorrem à lei municipal (Lei 1354/2007), que reconhece os faxinais no Município. Porém, muitas vezes, o não conhecimento da lei municipal induz a dar causa ganha aos arrendatários, obrigando o faxinalense a fechar os animais, arcar com os prejuízos, gerando grande medo e receio. Acatando as ordens judiciais, confina os animais em mangueirões e chiqueiros, ou até mesmo vendem, temendo novos conflitos.

Os conflitos com madeireiros/ garimpeiros são mais evidentes no Faxinal dos Ribeiros. Em São Roquinho, destacam-se os conflitos com integrantes do MST e internos. Os faxinalenses relatam que as disputas dão-se principalmente na natureza jurídica dos espaços reivindicados por cada grupo, seja faxinalense ou sem-terra. A ideia presente entre os membros do MST ainda é de assentamentos com lotes individuais, para famílias individuais, enquanto, para os faxinalenses, o reconhecimento de seus territórios deve ocorrer levando em consideração suas territorialidades específicas, como por exemplo, de forma coletiva ou de Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS.

A RDS é uma unidade de conservação que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica, tendo como objetivo a preservação da natureza e garantia dos meios necessários para a reprodução e melhoria de vida das populações tradicionais, sendo de domínio público (BRASIL, 2000).

Para Allegretti (2008), a política de criação de áreas protegidas para o uso sustentável de populações tradicionais tem êxito porque cria mecanismos institucionais para resolução de conflito em torno da terra e dos ambientes de floresta, assegurando meios de vida para gerações atuais e futuras, respeitando as formas de uso tradicionais do território e impedindo o desmatamento.

Essas seriam viáveis nos territórios faxinalenses, uma vez que as práticas desenvolvidas em muito se aproximam com as permitidas nesse tipo de unidade de conservação. A criação da RDS seria uma forma de reconhecimento de território para os povos de faxinais, conforme o coordenador da APF local:

Mas por que RSD? Porque nós não entramos na proposta que hoje está negociada com o MST, para desapropriar e assentar o povo. Nós não temos segurança na reforma agrária, porque primeiro o Estado tem dificuldade na desapropriação para uma reforma agrária convencional nas nossas áreas por causa da floresta. Há uma dificuldade do Estado porque não vai ter o parecer do órgão ambiental para fazer a

desapropriação e, segundo nós também não queremos regularização fundiária, ou seja, reforma agrária convencional porque não tem segurança nenhuma que nossa floresta permaneça em pé, nossa cultura, nosso modo de vida. Nosso modo de vida é um consórcio das nossas atividades com a natureza, e os recursos naturais preservados. A gente sabe que na reforma agrária convencional, vai tudo pra terra a floresta, que não é o que nós queremos. Por isso, optamos pela RDS por que ela permite a presença da família morando embaixo da floresta, produzindo e desenvolvendo as atividades culturais dos faxinalenses, ela veio *de* encontro ao modo de vida faxinalense (Faxinalense P, Faxinal dos Ribeiros, julho de 2018).

Os faxinalenses utilizam o argumento que os lotes individuais são vendidos pelos sem-terra, após a extração dos materiais madeireiros, e só resta no entorno a devastação ambiental, só se quer tirar a madeira. Segundo o faxinalense S, esse processo resulta:

Você pode ver o devaste que estão fazendo lá, dá para ver da estrada, a quantidade de árvore que derrubaram, não respeitam nada. Sai caminhão de madeira dali direto. Logo eles vendem tudo e vão embora, ou vão pra outro lugar procurar madeira. Diz que uns desses vieram lá dos Avencal, nos Ribeiros e fizeram a mesma coisa lá (Faxinalense S, setembro de 2017).

Para os povos de faxinais, os sem-terra, em sua maioria, são “gente de fora” (embora existam filhos de faxinalenses e alguns posseiros), que não possui comprometimento com o “lugar”, não estabelecem laços duradouros como os que estão acostumados, dessa forma, apenas retiram a madeira e deixam as áreas devastadas. Por outro lado, para alguns integrantes do MST, os faxinalenses só querem a terra para manterem o “mato, e criar uns bichos”, apontando que e “essa coisa de faxinalense foi inventada, só tem aqui, o movimento (sem terra) tem no Brasil inteiro (Diário de Campo, dezembro de 2017). Esses desentendimentos pela terra têm levado a ameaças de se ocupar, por parte dos sem terras, algumas áreas de faxinal ou, no caso do Faxinal dos Ribeiros, terras de plantar.

Em estudo realizado sobre conflitos por terra e território no norte de Minas Gerais, Guedes (2015) aponta que essa oposição entre individual e coletivo, referente à natureza jurídica dos espaços reivindicados (assentamentos com lotes individuais ou território tradicionalmente demarcado) que se imbricam e se (con) fundem com os sentidos associados à atualização particular da oposição entre individual e coletivo e se acentuam na disputa de uma mesma área.

Entretanto, existe certa consciência de classe (enquanto camponeses), de reconhecimento das lutas de ambos os lados, seja faxinalense ou sem terra. Para a faxinalense B (diário de campo, setembro de 2018) ambos deveriam estar lutando do mesmo lado, contra aqueles que querem tirá-los da terra, a Zattar, e não estar numa disputa entre pequenos. Isso

demonstra que esse conflito causa certa incomôdo para ambas as partes, porém está longe de uma solução.

Outro impeditivo para um processo de regularização fundiária ou de constituição de assentamentos de reforma agrária em Pinhão está no fato das áreas possuírem imensas reservas florestais de pinheiros-do-Paraná e imbuías, tudo isso acrescentado ao fato que a madeireira alienou as terras documentadas em seu nome.

Assim, grande parte dos povos de faxinais de Pinhão vive em posses com situação dominial litigiosa com a madeireira Zattar, o que provoca uma série de problemas. Em 2017, com a ação de reintegração de posse, na localidade de Alecrim, muitas famílias ficaram com medo e abandonaram os faxinais. No caso do Faxinal São Roquinho, foram duas famílias. As que permanecem, convivem com o temor diário de despejos e destruição de suas propriedades.

Por outro lado, tanto na esfera estadual quanto na federal, existe uma lentidão na tomada de decisões que envolvem essa situação. Em reunião realizada com o superintendente⁸⁵ do INCRA no Paraná, esse relatou:

Pinhão talvez seja um dos mais longos conflitos fundiários do Paraná. Conhecedor do caso de Pinhão, pois já participei de várias perícias. Num passado na década de 1980-90, o INCRA fez uma desapropriação no município de Bituruna, denominada imóvel Rondon 3, da mesma empresa Zattar, foi uma desapropriação na época de concordância com os proprietários, onde o INCRA criou o Assentamento neste imóvel de 4300 hectares, na época havia uma discussão se o INCRA deveria desapropriar para assentamento ou não. Queria informar que em 2017, essa área que trouxe para o INCRA os maiores dissabores em criar, administrar e supervisionar esse projeto de assentamento, pois são áreas de muitas restrições e deu problema de toda a natureza, e isso foi um tipo de vacina para todas as administrações subsequentes no INCRA, inclusive para o corpo técnico aqui presente. Então hoje atuando no município de Pinhão, a gente tem cuidado para iniciar qualquer estudo, que vise desapropriação, arrecadação, adjudicação ou qualquer forma de obtenção. O caso de pinhão essas áreas com restrição estão ocupadas por posseiros de longa data e cobram evidentemente uma solução nos direitos como qualquer família assentada dentro do programa de reforma agrária.

Pode-se observar que as questões de apossamento em Pinhão são bastante complexas e envolvem muitos sujeitos, entre eles, os povos de faxinais. O INCRA apresenta certo receio em falar num processo de regularização fundiária na região, tomando como exemplo um assentamento no município vizinho de Bituruna, que acarretou numa série de problemas, principalmente pelas restrições que essas áreas apresentam para criação de assentamentos.

⁸⁵ Em dezembro de 2017, quem respondia pela superintendência do INCRA no Paraná, localizada em Curitiba, era o Senhor Walter Nerival Pozzobonr.

Todavia, o próprio INCRA reconhece que essas áreas são ocupadas por posseiros de longa data, que cobram uma solução. Para os povos de faxinais, essa solução dar-se-ia por meio do reconhecimento de suas territorialidades específicas ou da criação de RDS.

Outro conflito que ocorreu nos últimos anos, perante o processo de organização dos faxinalenses no Município do Pinhão, de seu auto reconhecimento e da formulação de legislação específica, diz respeito a membros do poder público local, especialmente dois vereadores. O poder público municipal tem aprovado leis que garantem o reconhecimento das comunidades faxinalenses em Pinhão em virtude do trabalho da coordenação da APF, porém, isso não exclui as críticas realizadas por membros do executivo ao sistema faxinal.

Um vereador local (Vereador A), antes mesmo de sua atuação no legislativo, já tecia críticas ao Sistema Faxinal. Em 2010, escrevia que, após 24 anos, voltava às páginas jornalísticas para denunciar problemas em Poço Grande e Faxinal dos Ribeiros, relacionados àquilo que ele denomina de “projetos de atividades no sistema e cultura de práticas comuns no passado, em terras de faxinais, de áreas de criadouros comuns e terras de plantações separadas”. O referido vereador cita faxinais que, a seu ver, estão dando certo em Prudentópolis e Irati, porém se diz cético em relação àquilo que denomina de “bom uso das terras dentro da função social” na lógica faxinalense, uma vez que, em seu entendimento, são práticas altamente problemáticas e muito mais serão as atividades com animais num ambiente comum, em que a escassez e os desafios têm potencial de não gerar oportunidades de êxito ou sucesso e conclui que não acha graça no uso de terras comuns, comparando com o regime comunista (JORNAL FATOS DO IGUAÇU, 2010).

Em 2012, o vereador A volta a tecer críticas ao Sistema Faxinal, após ser procurado por pequenos “produtores rurais” do Faxinal dos Ribeiros, que estariam sofrendo com tentativas de implementação forçada do sistema faxinal, que estava se dando de maneira “[...]inconstitucional, ilegal, imoral, indigno, pois, a LIBERDADE, PROPRIEDADE, entre outros, SÃO PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS na nossa Constituição Federal, Código Civil e outras leis do País[...]” (JORNAL FATOS DO IGUAÇU, 2012, grifos do autor).

Em entrevista com um desses chamados pequenos produtores, destaca:

Fazemos o extrativismo também, mais a erva é uma renda que dá de dois em dois anos, aqui mensal é só o leite. Trabalhamos com a pastagem agora, porque tem que trata muito as vacas, mas sai tudo muito caro, principalmente a pastagem [...]. Tem que plantar pasto, porque esse pasto, essa grama não dá pra vaca de leite que é mais exigente, tem que ser alimentação mais balanceada [...] Estamos trabalhando com gado de leite graças ao investimento, com financiamento, o primeiro já paguei, tem

um incentivo pequeno da prefeitura o resto é promessa. No começo falavam que a gente era louco, falavam quem vai acordar de madrugada por causa do leite, quem vai fazer uma linha do leite aqui, demorou pra ter resultado econômico, faz uns 10 anos que já estamos trabalhando com isso (Pequeno Produtor, Faxinal dos Ribeiros, Setembro de 2018).

O principal conflito dá-se quando os animais criados à solta entram nas áreas de pastagem destinadas às vacas de leite, ou seja, nessas pequenas propriedades a fonte de renda já não advém mais do extrativismo, da criação de animais à solta e da agricultura de sustento. Ali, a base econômica é o leite e, para que se tenha bons resultados, é necessário plantar pastos, substituindo áreas de floresta por pastagens. Porém, essas áreas, geralmente, encontram-se no meio dos faxinais, o que facilita a entrada de animais miúdos, especialmente porcos, cabritos e carneiros, gerando conflitos, já que as cercas não existem, ou encontram-se deterioradas, o que facilita a entrada de animais.

Já na visão do vereador A, essas práticas de criação de animais à solta e de atividades no sistema faxinal eram tidas como práticas abandonadas que estariam prestes a voltar, ignorando o fato que esse modo de vida nunca deixou de existir em Pinhão, mas, a partir do momento que ganha notoriedade política, passa a incomodar algumas pessoas, que recorrem a políticos com cunho mais conservador e que já possuem certo pré-conceito de Faxinal.

Aliado a isso está o fato de como se tem buscado gerar renda nas propriedades, que entra em conflito com o modo tradicional, ou seja, a circulação que ocorre no território, por meio da produção leiteira, acarreta modificações no uso da terra, e assim, na dinâmica territorial. Outro pequeno produtor destaca que

Aqui a minha propriedade é tudo fechado, a área que tenho eu ocupo tudo, e, eu não aceito animal mexendo, ou dentro da minha propriedade, mais cada um faz o que achar melhor. Falavam que eu era contra a criação de animais, eu não sou contra, mas meu estilo de vida não se enquadra com animais soltos. A realidade que vivemos hoje já não conseguimos viver como antes, por exemplo um animal solto, um porco, um cabrito vai mexer nas pastagens e aqui é bem pouquinha famílias que tem animais soltos. E eu tenho a documentação de tudo aqui, aqui é meu (Pequeno Produtor B, Faxinal dos Ribeiros, julho de 2019).

Ou seja, o contraponto em relação ao Sistema Faxinal dá-se, sobretudo, em relação à circulação dos animais entre as propriedades, e se relaciona à forma de uso e ocupação da terra. Pela fala do pequeno produtor acima, aquilo que é dele lhe é garantido através da documentação, não permite que animais dos outros entrem, uma vez que seu terreno é usado inteiramente para pastagens e criação de vacas de leite. Dessa forma, posicionam-se contra o sistema faxinal da seguinte forma:

Os recursos da ARESUR são poucos, se for dividir recurso de família por família não dá um rolo de arame. A São Roquinho dá certo porque é uma área que nunca foi mexido, e as famílias já vivem assim, aqui não daria, imagina ter que soltar os animais, aqui iria ter que mudar toda a rotina, não funciona mais aqui. Não conhecem a região, falam que tem que preservar, mais não conhecem a realidade das pessoas que tem que se sustentar. Mais se tivesse planejamento dava para trabalhar em 1 alqueire e deixar nove, mais a lei diz que é em 80% da propriedade, preserva 20%, dá para se sustentar daí não dá e nós temos os documentos daqui e não queremos isso não (Pequeno Produtor B, Faxinal dos Ribeiros, julho de 2019).

Observa-se que existe uma confusão entre ARESUR e sistema faxinal e na efetivação da própria política pública, além de se considerar que a propriedade deve ser ocupada dentro dos termos que a legislação ambiental permite. Outro fato importante para legitimar o discurso contra o sistema faxinal está no fato de possuir a documentação das terras (título), o que, na maioria das vezes, não é verdade, pois vivem como posseiros nessas áreas.

Esse discurso de confusão entre políticas públicas e sistema faxinal é assumido pelo vereador que reside no Faxinal dos Ribeiros (vereador B) e que é ligado ao grupo dos pequenos produtores. Vereador desde 2000, está no seu quinto mandato consecutivo e goza de grande prestígio na comunidade por desempenhar atividades assistencialistas. Em certo grau, a implicância dele com o sistema faxinal está envolta em questões familiares com o coordenador local, mas é levada para o campo comunitário e disputas políticas. Quando, no processo de auto reconhecimento de Faxinal dos Ribeiros, o coordenador da APF local conseguiu mais de 400 assinaturas referentes ao processo de autodefinição, o vereador B realizou outra coleta, com outros membros contrários ao faxinal, conseguindo desmobilizar a comunidade⁸⁶.

O vereador B justifica sua posição contrária a um provável reconhecimento da comunidade faxinal por considerar algo atrasado e pelo fato dos porcos serem “inimigos da conservação ambiental”, além de defender que as ARESUR são ineficientes em recursos, levando a um aumento na pobreza. Entretanto, ele criava animais à solta. Após a audiência pública, realizada em 2011, na Câmara de Vereadores de Pinhão, onde defendeu seu ponto de vista perante a comunidade, o vereador chegou e vendeu seus animais e passou a fazer lavouras.

Pode-se observar em ambos os casos de posicionamento contra o Sistema Faxinal em Pinhão uma mistura interesses. Por um lado, pessoas contrárias ao autorreconhecimento, que querem a substituição da floresta por outras atividades. Por outro, problemas de ordem

⁸⁶ Fatos que seguem foram observados em audiência pública, realizada em nas dependências da Câmara de vereadores de Pinhão.

familiar, que acabam atingindo os interesses da comunidade. Esses fatos demonstram os conflitos de ordem interna das comunidades faxinalenses que chegam à esfera municipal.

Embora os conflitos sejam constantes e modifiquem características dos territórios faxinalenses em Pinhão, esses têm desenvolvido uma série de resistências, sejam elas cotidianas ou coletivas, e evocando suas iconografias para resistirem e permanecerem na terra, perante os processos transformadores.

3.4 Iconografias e resistências faxinalenses em Pinhão- PR

As resistências nos faxinais de Pinhão passam pelo direito de permanecer na terra, perante o conflito fundiário com a madeireira Zattar, outros sujeitos, as tentativas de monopolização dos territórios. Para o coordenador do Movimento de Faxinalenses do Estado do Paraná, os faxinais de Pinhão diferenciam-se justamente por esse fato:

Então nós iniciamos essa luta com a questão fundiária, não tem como! Aqui em Pinhão diferentes dos outros faxinais do estado, sem a gente garantir a terra pra gente fazer com que o território se desenvolva e que nossa cultura nosso modo de vida continue, nós temos que resolver esse problema da terra que está bem encaminhado, embora tenha toda a lentidão [...] (Faxinalense P, Faxinal dos Ribeiros, julho de 2018)

Diante dessas especificidades fundiárias dos Faxinais de Pinhão, que tem na década de 1980 o auge dos conflitos e confrontos, inicia-se a organização das comunidades em um grande processo de resistência coletiva, por meio da fundação da AFATRUP, em 1987, e do Movimento de Posseiros, em 1991. Os conflitos eram tão intensos que, no mesmo ano, foi instalada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná uma Comissão Especial de Inquérito para investigar as arbitrariedades ocorridas no município.

No ano seguinte, inicia-se um processo de reterritorialização das áreas documentadas pela madeireira, pois muitos faxinalenses haviam abandonado suas posses por pressão e ameaças. Por meio da organização social do Movimento de Posseiros, passa-se a perceber que aquela era uma luta de muitos em Pinhão, gerando grande organização, que culminou com estratégias de reterritorialização dos territórios tradicionais. A resistência coletiva, por meio do Movimento de Posseiros de Pinhão, exerceu grande importância na organização social dos camponeses, até então dispersos, e foi através desse movimento que os faxinalenses resistiram às inúmeras investidas judiciais da madeireira para retomadas das terras.

Em 2006, iniciou-se processo de negociação entre o INCRA e a madeireira Zattar, porém sem lograr êxito, uma vez que a madeireira não demonstrava interesse na venda das

terras, ou, quando demonstrava, pedia preços inviáveis, o que levou à suspensão dos processos de negociação. Segundo o superintendente do INCRA, o processo se deu da seguinte forma:

Eu quero dizer que em 2006, a empresa Zattar fez uma oferta ao INCRA de cerca de 15 mil hectares, para ser regularizada as posses ali existentes. O INCRA criou uma comissão, que por mais de um ano esteve no município fazendo os levantamentos técnicos necessários e demarcações e, dos 15 mil hectares, selecionou 5 mil hectares que eram terras que poderiam ser criados assentamentos ou regularização fundiária nessas áreas. Ocorreu que também um estudo, uma oferta de compra e venda, não se trata de desapropriação, por que as áreas estão ocupadas de longa data, tentou-se então obter essas áreas via compra e venda. Ocorreu que após a equipe ter selecionado três imóveis totalizando aproximadamente 5 mil hectares, foi dito pelo INCRA da época que se pagaria o preço de mercado, porém a câmara técnica do INCRA não pode agir diferente e no estrito cumprimento de nossas legislações e instruções internas, não teve como não aplicar o fator de ancianidade. O que é esse fator? Ele basicamente estabelece pelo tempo de ocupação índices redutores do valor de mercado dessas terras, evidentemente para essas áreas foi aplicado índice máximo de redutor por estar ocupada há mais de 20 anos. Esse preço foi apresentado aos proprietários que através de seus advogados protocolou ofício dizendo que os preços foram aviltantes e a partir daquele momento fim de 2011 início de 2012 ele rompeu as negociações com todas as demais áreas ofertadas ao INCRA (Reunião realizada em Dezembro de 2017 em Curitiba).

Para tentar resolver as questões de regularização fundiária, o INCRA realizou estudos e levantamentos sobre as áreas documentadas em nome da Zattar e propôs comprar aproximadamente 5 mil hectares, mas, por questões legais, conforme prevê legislação específica (Decreto 433/92⁸⁷), acabaram não comprando. É diante desses fatos que a madeireira Zattar tem ajuizado ações de reintegrações de posse no município de Pinhão, o que inclui áreas tradicionalmente ocupadas por povos de faxinais. Desde então, tem se trabalhado com a possibilidade de compra de áreas com menos gravames e com o cadastramento das famílias junto ao SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - do INCRA, porém, deve-se cair novamente no quesito da ancianidade das terras.

Essa situação não envolve somente os povos de faxinais, mas aproximadamente 1/3 das terras do município de Pinhão. Por isso, demanda de ações conjuntas das esferas estaduais e federais, principalmente por envolverem os povos de faxinais e suas territorialidades específicas, envolvendo um trabalho de longo prazo, de reconhecimento dos territórios dos povos de faxinais espalhados pelo município, organizados ou não, especialmente no sentido de compreender as origens dos documentos das terras por parte da madeireira, que, conforme relatado neste trabalho, envolve uma série de práticas comumente utilizadas em todo o estado

⁸⁷ Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.

do Paraná (concessões fraudulentas, coação, vícios de contrato, grilagens, violência), durante o avanço da frente pioneira de ocupação, e que hoje acarretam uma série de conflitos.

Porém, com a madeireira em processo de falência e com grandes dívidas com a União e com antigos funcionários, além de situação política no âmbito estadual e federal favorável aos posseiros, houve um relativo tempo de calmaria nos conflitos fundiários em Pinhão. Todavia, isso levou a um processo de acomodação dos posseiros na luta pela regularização fundiária.

Nessa brecha de representatividade, iniciam-se, em Pinhão, as atividades da APF, articulando, dessa forma, aqueles posseiros que se autodefinem como faxinalenses. Nesse período em que o Movimento de Posseiros relativamente não atuou, a APF assume papel importante na luta dos faxinalenses. A entidade, por meio dos trabalhos incansáveis do coordenador local, foi responsável pela criação da Lei Municipal faxinalense (Lei Municipal 1354/2007), instalação das duas ARESUR em Pinhão e da destinação de 100% dos recursos oriundos do ICMS ecológico para os faxinais.

Diante das instabilidades políticas no âmbito nacional e de ações políticas no âmbito estadual, no ano de 2017, a Madeireira Zattar consegue, na justiça, várias ordens de reintegração de posse, que estavam paradas há mais de 20 anos. Nessas reintegrações de posse em Pinhão, estavam os territórios faxinalenses. Devido à pouca atuação do Movimento de Posseiros nos últimos anos, a situação para grande parte desses em Pinhão ainda é bastante delicada. Para os faxinalenses, devido a sua organização social, têm-se garantido meios legais de permanência na terra, em especial por meio das ações do Ministério Público Estadual. Dessa forma:

[...] Existe todo esse conflito fundiário aqui no Pinhão, onde envolve as nossa áreas, envolve as áreas, as ocupadas pelo MST, envolve as áreas tradicionais dos posseiros, que boa parte deles também é faxinalense. Sem resolver essa questão fundiária não tem como ter muita perspectiva de desenvolvimento. Porque está muito em dúvida, que não é nosso caso faxinalense, principalmente, no Bom Retiro e São Roquinho, onde foi suspensa as reintegrações de posse que tinha contra nós. Então já dá um alívio do ponto de vista da aplicação dos recursos do ICMS ecológico na área. Essa decisão do juiz, dá mais segurança pra nós implantar os projetos de produção, sem esbarrar na questão do modo de vida. O modo de vida é prioridade manter. Aqui no município o poder público já reconhece, e não tem mais ninguém que se oponha, foi uma conquista nossa. No passado não era assim, mas hoje não tem ninguém que se atreva a se opor a nós do ponto de vista do poder público, está muito tranquila essa visibilidade essa conquista que tivemos, foi sofrida [...]

O autorreconhecimento dos Faxinais Bom Retiro e São Roquinho contribuíram para estratégias de resistência na terra, por meio da legislação específica para povos e comunidades

tradicionais e a implantação de políticas públicas estaduais voltadas para os faxinais, que, em Pinhão, por meio do cadastramento dessas terras como ARESUR, passou a receber recursos oriundos do ICMS ecológico⁸⁸, que devem ser aplicados diretamente nessas comunidades, para compra de telas para o cercamento do criadouro comunitário, de calcário para correção dos solos nas áreas de plantar, de equipamentos agrícolas, contribuindo para a permanência na terra, e conseqüente resistência.

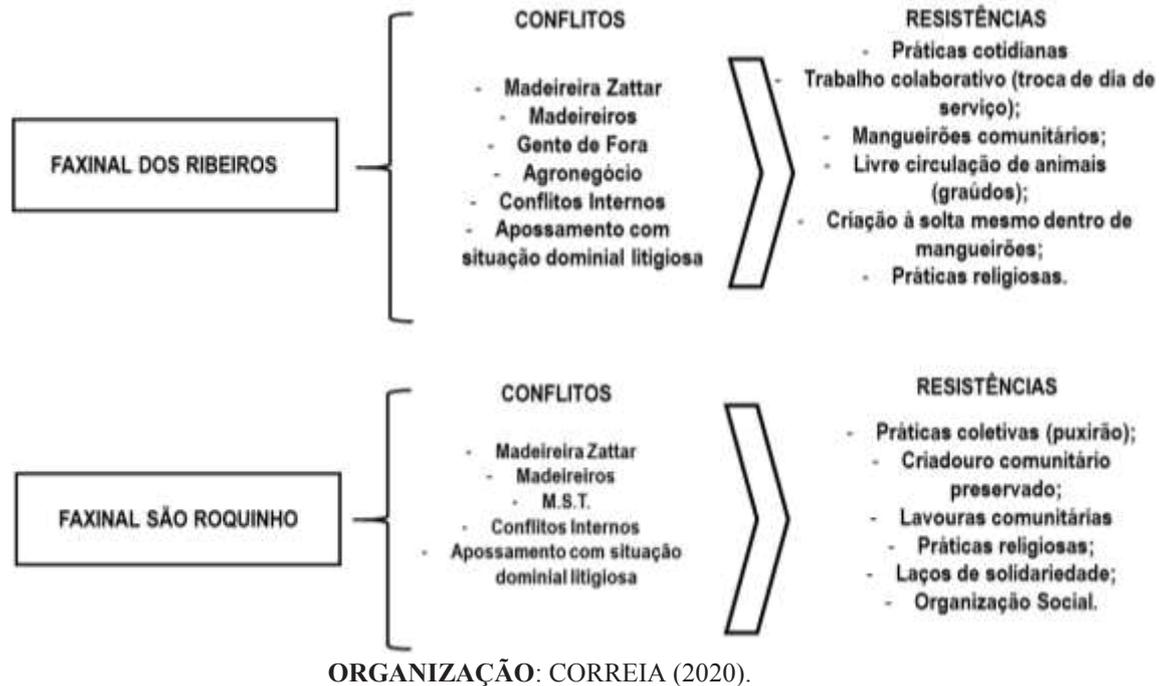
Essas resistências coletivas por meio da organização em movimento social só são possíveis pelas resistências cotidianas e pela busca e redescoberta das iconografias faxinalenses, por meio de sua identidade. Após trabalho da APF junto aos Faxinais de Pinhão, por exemplo, houve uma redescoberta do ser faxinalense. A palavra faxinalense era praticamente inexistente no vocabulário local. Quando perguntados como se identificavam, os moradores remetiam a outras denominações como agricultor familiar, posseiro, sem terra, lavrador, boia-fria. Atualmente, nos faxinais organizados politicamente, não se hesitam em responder que são faxinalenses.

Uma das principais características desse autorreconhecimento está relacionada ao modo de vida, às práticas cotidianas e ao modo de produção, principalmente da criação de porcos à solta, da agricultura de sustento, dos saberes e fazeres. Dessa forma, a resistência coletiva passa pelas resistências cotidianas, que evocam as iconografias faxinalenses. Essas iconografias são expressas no modo de vida e, principalmente, nas práticas cotidianas, como no trato e no cuidado com os animais, nas roçadas, na alimentação, nas práticas religiosas populares.

Porém, cada faxinal é um território diferente do outro, com características próprias, seja nas circulações, conflitos, ou nas resistências e iconografias. Assim, os conflitos e resistências nos Faxinais de Pinhão podem ser sintetizados na figura 17:

⁸⁸ Os recursos chegam aos faxinais, porém tem havido certa demora nos processos licitatórios, o que tem acarretado, por exemplo, do calcário chegar depois de se ter realizado o plantio.

FIGURA 17: Síntese das circulações e iconografias nos faxinais de Pinhão



As circulações estabelecem novos padrões territoriais, que caracterizam a dinamicidade do sistema perante os processos transformadores. O território faxinalense é composto por duas áreas: as terras de plantar (cultura ou tiguera) e os faxinais, ou criadouro. O binômio terra de plantar/terra de criar é fundamental para esses territórios, porém, não são todos os povos de faxinais que ainda possuem terras de plantar, por isso, esta análise dá-se por meio do criadouro comunitário.

Os territórios de faxinais diferenciam-se sobretudo na paisagem. Por exemplo, ao sair da sede do Município de Pinhão, em direção ao Faxinal São Roquinho, tem-se uma paisagem monótona de campos naturais, que hoje são cultivados com soja e milho. Nesse trecho, de aproximadamente 18 km de campos, não se veem muitas casas, é um território do agronegócio, sem a presença humana. De longe, avista-se um imenso paredão verde, formado pelos estratos da floresta. Aproxima-se de São Roque, logo se adentra a área de floresta e vão aparecendo elementos que denotam território com a presença dos povos de faxinais, principalmente pela criação de porcos à solta e pequenas lavouras cercadas.

Depois de São Roque, chega-se a Faxinal dos Coutos e, em seguida, Água Amarela. Na paisagem, predomina a floresta. Em alguns pontos, é possível observar bandeiras do MST em áreas ocupadas, formando alguns acampamentos dentro da floresta. Nesse percurso, é comum encontrar pessoas levando o gado para as pastagens nas áreas de paiol. Em seguida, chega-se ao mata-burro, que indica a entrada no Faxinal São Roquinho.

Ao se adentrar num território de faxinal, outros elementos marcam a paisagem e estão representados nos croquis (Quadros 1, 2, 3 e 4) de análise:

1- A estrada principal marca a entrada e saída de um faxinal. Geralmente, elas “cortam” os faxinais de uma extremidade a outra e é onde se encontram os mata-burros, que indicam os limites do faxinal (entrada e saída). Ao longo dessas estradas, encontram-se portões (porteiras), que também indicam a presença de faxinais. Tanto os mata-burros como os portões têm por objetivo impedir a saída dos animais da área.

2- As estradas secundárias ligam as casas e propriedades dos faxinalenses à estrada principal. As casas ficam dispersas e, geralmente, encontram-se em áreas descampadas, a uma certa distância da floresta. Próximo às casas, encontram-se as mangueiras, os galinheiros, estrebarias, paióis, também chamados de cozinhas de chão (pequenas casas de madeiras, metade com assoalho e metade de chão batido), onde se guardam os instrumentos de trabalho, alguns produtos colhidos, o milho que é dado aos animais todos os dias pela manhã, o sal mineral. Em muitas dessas cozinhas, fazem-se fogo na parte de chão para o cozimento da comida dos cachorros. Nesse espaço também se “aquece” (aquece) no inverno e se toma o chimarrão em volta do fogo na chuculateira⁸⁹. É nesse momento que se contam muitos casos de São João Maria e Pedro Malazartes. Esse é um momento importante de resgate das iconografias.

As estradas secundárias cortam as invernadas, que são as áreas de florestas dentro do faxinal, onde os animais circulam e pastam, bem como se encontram banhados, sangas, arroios e tanques. É nas invernadas que se tira⁹⁰ a erva-mate e o pinhão.

Outros elementos estranhos aos faxinais vão aparecendo, como é o caso de lavouras, via de regra, cercadas com sete fios de arame, ou telas, para impedirem a entrada de animais que continuam à solta. Essa realidade tende a ser modificada quando se estabelecem mangueirões principalmente para a criação de animais miúdos, que são de mais difícil vedação. Esses mangueirões apresentam tamanhos variados e seu estabelecimento também varia dentro do próprio faxinal, podendo ser de um determinado grupo familiar, de um grupo de vizinhos. Dentro dos mangueirões, circulam livremente animais miúdos e graúdos.

Estes croquis foram elaborados levando em conta a realidade dos faxinais de Pinhão. É importante destacar que, dentro de um mesmo faxinal, principalmente daqueles que possuem

⁸⁹ A chuculateira é uma chaleira improvisada, feita de lata, e que é colocada no meio das brasas do fogo para aquecer e tomar o chimarrão.

⁹⁰ Tirar está relacionado ao extrativismo da erva-mate e do pinhão nas áreas de faxinais, por isso é comum se ouvir “tirar a erva, tirar o pinhão”.

grandes dimensões, as classificações confundem-se e se entrelaçam. Martins (2009), expondo as territorialidades dos faxinais do Paraná, divide-as em duas: as que permanece o uso comum, mesmo havendo restrições de acesso ao movimento de animais, e as sem uso comum. O autor ainda lembra que a predominância de uma posição não exclui a existência combinada de outras em um único faxinal, pois elas são situacionais e manifestam as condições de existência em determinado período de tempo.

Discordando com o referido autor quanto aos faxinais sem uso comum, encontra-se em Faxinal dos Ribeiros mangueirões de uso comum, ou seja, novas territorialidades dentro dos faxinais, o que, num primeiro momento, aparenta não existir o uso comum, na verdade ocorre, muitas vezes, sem restrições na quantidade de animais e quais animais podem ser criados, ou seja, a tradicionalidade de criar os animais à solta se mantem, dentro das possibilidades de cada faxinal.

Dessa forma, ao analisar os faxinais de Pinhão, considerando que esses territórios são dinâmicos e que essa dinamicidade é alterada pela circulação, encontram-se diferentes territorialidades, intrínsecas umas às outras e que se confundem:

1- Os faxinais com criador comum aberto (Quadro 01), muitas vezes, confundem-se com os faxinais com criador comum cercado (Quadro 02), como é o caso dos faxinais São Roquinho e Bom Retiro. Em ambos o criador comum, que era totalmente aberto, está nas últimas fases de cercamento total, nesse caso de tela, adquirida com recursos oriundos do ICMS ecológico, destinado às ARESUR's.

O cercamento ocorre para que os animais não saiam da área de criadouro comunitário e entrem em lavouras nas proximidades, gerando conflitos e danos, bem como preservá-los. Nesse caso, os povos de faxinais buscam, através do trabalho colaborativo dos puxirões, delimitar e cercar a área de criadouro comunitário, tarefa que não é fácil, uma vez que possuem grandes extensões territoriais, além de que o cercamento envolve manutenção, que deve ser realizada periodicamente.

É importante destacar que, embora a circulação dos animais seja livre, é proibida a criação de alguns animais (cabritos em São Roquinho) e o número de animais é limitado tanto no Faxinal Bom Retiro, quanto no São Roquinho.

Os conflitos são comuns em ambos, principalmente no que diz respeito à manutenção do tamanho do criadouro comunitário e às atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, o que inclui, por exemplo, a retirada de materiais madeireiros. A quantidade de animais que podem ser criados também pode causar conflitos, principalmente quando se ultrapassa o limite permitido.

QUADRO 01: Características dos Faxinais com criador comum aberto

| FAXINAIS CRIADOR COMUM ABERTO | |
|--------------------------------------|--|
| Tamanho | Grandes extensões territoriais (acima de 1000 há) |
| Características | Criadouro aberto em grandes extensões |
| Criações | Graúdas e miúdas circulam livremente em ambiente de floresta |
| Conflitos | Madeireiras, áreas de apossamento com situação dominial litigiosa entre os povos de faxinais e empresas madeireiras, desmatamento florestal para produção de carvão e serrarias, assim como para plantio dos monocultivos. |

ORGANIZAÇÃO: Correia (2020)

Para se impedir o desmatamento nesses faxinais, é proibida a queima de carvão (processo que envolve o desmatamento, corte das árvores e queima), ou seja, não pode haver fornos de carvão dentro dos faxinais. Também é proibido plantar espécies exóticas, com o intuito de impedir o avanço dos monocultivos, principalmente do pinus.

QUADRO 02: Características dos Faxinais com criador comum cercado

| FAXINAIS CRIADOR COMUM CERCADO | |
|---------------------------------------|--|
| Tamanho | Variados |
| Características | Criadouro cercado, sendo delimitados fisicamente por cercas de uso comum, “mata-burros”, portões, valos e rios. |
| Criações | Graúdas e miúdas circulam livremente em ambiente de floresta |
| Conflitos | Manutenção das dimensões do criadouro, áreas de apossamento com situação dominial litigiosa entre os povos de faxinais e empresas madeireiras, desmatamento florestal, conflitos internos. |

ORGANIZAÇÃO: Correia (2020)

A maioria dos faxinais de Pinhão enquadra-se em duas situações (Quadros 03 e 04): de criadores de animais de grande porte e faxinais com mangueirões e potreiras, como é o caso do Faxinal do Ribeiros, Faxinal dos Silvérios, Faxinal dos Coutos, São Roque, Água Amarela e Faxinal dos Ferreiras, ou seja, a maneira de criar animais à solta foi mantida na medida do possível e adaptada a situações em que era possível manter criadouros comunitários de tamanho menor.

As cercas de quatro fios entre as propriedades são para delimitar a propriedade de cada faxinalense, porém se encontram colchetes⁹¹ entre as propriedades, que permitem a circulação

⁹¹ Espécie de portão de arame feito num vão de cerca.

dos animais de grande porte. Os animais à solto, como porcos, têm livre circulação, uma vez que as cercas de 4 fios não impedem sua passagem, porém, em algumas épocas do ano (época em que tem planta nas lavouras) os animais são confinados em mangueirões menores e liberados, por exemplo, após a colheita, em época de pinhão (de março a julho) e de guabiroba, fruto e semente facilmente encontrados pelos animais e período conhecido como de “porcos gordos”.

QUADRO 03: Características dos Faxinais com criador de grande porte

| FAXINAIS CRIADOR DE GRANDE PORTE (Graúdas) | |
|---|--|
| Tamanho | Variados |
| Características | Divisa entre as propriedades com cercas 4 fios de arame entre algumas ou todas propriedades, antes destinadas para o uso do “criador comum”, lavouras cercadas dentro da área de faxinal. |
| Criações | Restrita à circulação das graúdas em ambientes de floresta, enquanto as miúdas são mantidas em mangueirões e têm circulação entre as propriedades limitada a determinadas épocas do ano. |
| Conflitos | Chacreiros, agronegócio (soja), manutenção da criação à solta, áreas de apossamento com situação dominial litigiosa entre os povos de faxinais e empresas madeireiras, desmatamento florestal, conflitos internos, conflitos e tensões provocados por “gente de fora”. |



No caso da construção de mangueirões que são delimitados com cercas de 7 fios no primeiro metro da cerca, no seu interior, podem-se encontrar cercas de 4 fios, o que significa que a circulação dos animais continua livre entre os que escolheram o cercamento de uma área menor como forma de preservar a prática de criação à solta.

QUADRO 04: Características dos Faxinais com mangueirões e potreiros

| FAXINAIS COM MANGUEIRÕES E POTREIROS | |
|---|---|
| Tamanho | Variados |
| Características | Fechamento e criação de mangueirões e potreiros |
| Criações | Restritas a mangueirões e potreiros e algumas criações graúdas em ambiente de floresta |
| Conflitos | Chacreiros, agronegócio (soja), manutenção da criação à solta, áreas de apossamento com situação dominial litigiosa entre os povos de faxinais e empresas madeireiras, desmatamento florestal, conflitos internos, conflitos e tensões, provocados por “gente de fora”. |

ORGANIZAÇÃO: Correia (2020)

O estabelecimento de mangueirões e potreiros foi a maneira encontrada para preservar a prática de criação animal à solta e tem permitido manter a tradicionalidade desenvolvida nos últimos séculos. Existe um ditado popular, muito comum nos faxinais de Pinhão: “os animais não foram feitos para ficar fechado, foram feitos pra serem livres. Um animal fechado não se

desenvolve, fica feio”, por isso a insistência em continuar criando animais à solta, porcos em especial.

Embora os faxinais passem por mudanças no âmbito territorial, muitas das iconografias são resgatadas no intuito de manter a tradicionalidade desses povos. Muitas práticas comuns no passado ainda continuam sendo desenvolvidas no presente, inclusive com adesão de jovens, como preservar alimentos na banha e o retorno do consumo desse produto, a criação de animais à solta, os hábitos alimentares baseados em derivados do milho (farinha, quirera, canjica), além de atividades religiosas populares, como mesadas de anjo, festas do divino, novenas, rezas aos santos, as devoções e os rituais de cura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – AS GEO-GRAFIAS DOS FAXINAIS DE PINHÃO: Territórios de Esperança

A proposta deste trabalho, desde seu início, foi demonstrar como os territórios de faxinais têm adquirido novos padrões territoriais dentro de um cenário de conflitos (circulações), que levou ao desenvolvimento de inúmeras formas de existência desses povos, a partir do resgate de suas iconografias, e que a alteração de alguns elementos não significa o fim do sistema, mas uma nova forma de reorganização dos territórios, diante das mais diversas formas de circulações que alteram a dinâmica territorial.

Assim, entende-se que as geo-grafias dos faxinais são dinâmicas, ou seja, o ato de geografiar, ocupar, viver, existir, manter seu modo de vida, o direito à diferença. As territorialidades específicas são constantemente transformadas e adaptadas à realidade de cada território, ressignificando os espaços com iconografias que grafam, marcam a paisagem e o território, reinventando-se continuamente, formando verdadeiros territórios de esperança.

Territórios de esperança são entendidos a partir do reconhecimento de seus direitos e o seu poder de transformar a sua realidade, que têm levado à luta e organização dos povos de faxinais, seja de maneira coletiva ou individual, pública ou oculta, que têm se apresentado como resistência às diferentes formas de monopolização e expulsão de seus territórios.

Por isso, os faxinais de Pinhão constituem-se territórios de esperança por serem a concretização de uma história de lutas pelo/no território. Mas não qualquer território, o seu território, que se opõe à violência, à miséria, à falta de solidariedade, fruto de um processo histórico de conflitos e que tem existido/resistido apesar da madeira Zattar, nos últimos 70 anos, ou seja, um território conquistado e construído todos os dias, causando uma ruptura com o sistema hegemônico envolvente que investe constantemente sobre esses espaços, com o objetivo de monopolizá-lo.

Os conflitos no campo, em decorrência das diferentes frentes de ocupação e desenvolvimento, marcam o estado do Paraná, principalmente por expulsarem milhares de povos de suas terras tradicionalmente ocupadas. Por isso, concorda-se com Cecília Westphalen (1968), que essa história foi escrita por ferro, da derrubada das florestas e sangue de diversos povos que a ocupavam.

As frentes de ocupação, através do avanço da fronteira agrícola, utilizaram de táticas parecidas em diferentes regiões do estado e possuem semelhanças, como falsificação de documentos, processos de grilagens e concessões de terras fraudulentas por parte do Estado,

principalmente para favorecimento de aliados políticos de governantes, expropriando diversos povos que viviam de forma tradicional em posses, entre eles, os povos de faxinais.

Dessa forma, as especificidades dos povos de faxinais de Pinhão foram importantes para entender a situação de apossamento em áreas de litígio com a madeireira Zattar, que possui um histórico de concessão de terras, processos fraudulentos no registro dos imóveis e violência. Por isso, são importantes ações que envolvam os órgãos competentes, estaduais e federais, para que realizem estudos de reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados, especialmente, através de ações discriminatórias para se saber a origem dominial⁹² das terras documentadas em nome da madeira.

Outras estratégias envolvem o reconhecimento da dinamicidade dos territórios do sistema faxinal, expostos ao longo da pesquisa, e sua capacidade de se adaptar às diferentes formas de circulação. Assim, é preciso entender o território a partir de todas as suas dimensões: política, econômica, cultural, simbólica e ambiental, que, nesse território, desenvolvem-se diferentes territorialidades, que se manifestam de diferentes formas, em suas territorialidades específicas em ambiente de floresta, com a criação de animais à solta (na medida do possível e em condições que lhe são permitidas), da tradicionalidade que lhe é própria, no resgate de suas iconografias, ou seja, daquilo que garante coesão interna e as práticas de resistência.

Com isso, compreende-se que os faxinais são dinâmicos e que reorganizam suas práticas diante de processos transformadores de seus territórios, não estando fadados ao desaparecimento, mas a diferentes formas de reinvenção, expressas em novas territorialidades, como mangueirões, poteiros, criadores menores, lavouras comunitárias e etc. É necessário refletir junto com essas comunidades sobre suas perspectivas de futuro, seus projetos, anseios, dúvidas e incertezas.

Para isso, é necessário o reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados em Pinhão, por povos de faxinais, por meio de estudos antropológicos e geográficos, que visem identificar a dispersão desses povos pelas inúmeras comunidades rurais do município. Para tanto, é preciso considerar as territorialidades específicas, como as terras de plantar e as áreas de faxinal, ou seja, dois espaços que, juntos, formam o sistema faxinal, mas também há que se

⁹² É a relação dos proprietários de determinado imóvel rural, desde a titulação original pelo Poder Público até o último dono (atual proprietário). O estudo, feito junto ao Cartório de Registro de Imóveis, é utilizado pelo Incra para o cadastramento de imóveis rurais e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, o CCIR. Está presente em praticamente todos os processos administrativos da autarquia e é de extrema importância para que o Incra nunca venha a pagar uma eventual desapropriação a quem não é efetivamente dono da área.

considerar que, em alguns casos, muitos faxinalenses não possuem mais as terras de plantar, desenvolvendo essas atividades dentro dos próprios faxinais, com as possibilidades que lhes são permitidas.

Entender que cada território faxinalense é único e, mesmo dentro de um mesmo município, como em Pinhão, existem diferenças. Porém, as semelhanças são maiores, principalmente no desenvolvimento das atividades tradicionais, como a agricultura de sustento, a criação de animais à solta, o extrativismo da erva-mate e do pinhão. Por isso, não se encontram territórios bem definidos, uma vez que as territorialidades se entrelaçam e se manifestam espacialmente em diferentes padrões territoriais.

Portanto, reconhecer os territórios de faxinais em Pinhão é garantir-lhes o direito de decidir e planejar o seu futuro, de buscar diferentes formas de geração de renda, através do incentivo a atividades econômicas variadas, que preservem o modo de vida tradicional. Mas, sobretudo, passa pelas políticas fundiárias que garantam a permanência em seus territórios. Territórios esses que foram envolvidos e diferentes conflitos, mas têm resistido.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A.T.G.. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.
- AHRENS, D.C.1; MILLÉO, R. D.; COMIRAN, F.; ROMMEL, C.; ALVES, D. A. Estratégias de Produção e Renda: a Diversificação Sustentável de uma Família de Agricultores Agroecológicos no Paraná. In: **ANAIS VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013.
- ALBAGLI. S. Território e Territorialidade. In: BRAGA. C.; MORELLI. G.; LAGES. V.N. (orgs.). **Território em movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília, Relume Dumara, 2004, p. 25-70.
- ALBURQUERQUE, J.M.; WATZLAWICK, L. F.; LIMA, A. M.; JANISKI, A.. Avaliação da compactação do solo em uma área de Floresta Ombrófila Mista sob Sistema Faxinal. In: **Anais do II Seminário de Atualização Florestal**, 2010, s.p..
- ALBUQUERQUE, J. M. de; WATZLAWICK, L. F.; MESQUITA, N. S.. **Efeitos do Uso em Sistema Faxinal na Florística e estrutura mm duas áreas da Floresta Ombrófila Mista no Município de Rebouças, PR**. In: **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 323-334, abr.-jun., 2011.
- ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.
- ALMEIDA. A.W. B. de. Terras Tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.6, N.1 / Maio, 2004, p. 09-32.
- ALMEIDA, A.W.B.. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazonia. In: OLIVEIRA, A.U.. MARQUES, M.I. (orgs) **O campo no século XXI: Território da vida, de luta e de justiça social**, São Paulo: Paz e Terras/Casa amarela, 2005.
- ALMEIDA, A.W.B.. Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais. In: ALMEIDA, A.W.B.. (org.). **Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: Normas Vigentes e Propostas**. Manaus: PPG-UEA, FundaçãoFord, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA. A.W.B.. SOUZA.R.M.(orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas- UEA, 2009.
- ALMEIDA, A.W.B.. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo daguerra ecológica”. In: SAUER, S. e ALMEIDA,W.. **Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e Perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- AMANCIO, S.M.. Ontem, luta pela terra; Hoje, monumento histórico: A revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná e suas variadas versões. In: **Diálogos**, v. 13, n. 32, pp. 499-505, 2009.
- ANAIS DO PRIMEIRO ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS. **Anais do primeiro Encontro dos povos dos Faxinais**. Irati, 2005. 133 p.
- ANDRADE, A. R.; ANTONELI, V.; BERNARZ, J. A. Comparação da dinâmica geomorfoclimática entre áreas florestadas e de pastagens influenciadas por migrações de animais no Faxinal Marmeleiro de Cima- Rebouças- PR. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, nº 34, v.1, p. 4-23, jan/jul, 2012.

ANTONELI, V.; THOMAZ, E.L.. Produção de Serrapilheira em um Fragmento de Floresta Ombrófila Mista com Sistema de Faxinal. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24 n. 3, 489-504, set/dez. 2012

ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A., BEZERRA, G.N.. **O que é Justiça Ambiental?**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ASCERALD, H. (org.). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010.

ACSELRAD, H.. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, H.. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**. Marcos para o debate. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, pp. 9-45, 2010.

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ACSELRAD, H (org.) . **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

AYOUB. D.B. Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social) –Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

AYOUB. D. Os posseiros do Pinhão-conflitos e resistência frente a indústria madeireira. In: PORTO. L.; SALLES. J.O.; MARQUES. S.M.S. (orgs.). **Memórias dos povos do campo no Paraná-Centro-Sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

AYOUB, D.S.. Entre Jagunços e Valentes: Família, terra e violência no interior do Paraná. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

BALHANA, A.P., MACHADO, P.B.; WESTPHALE, C.M.. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969.

BALHANA, A.P.. Política imigratória do Paraná. In: **Revista Paraná Desenvolvimento**. Curitiba, nº 87, pp. 39-50, jan./abr. 1996.

BARBOSA, T.A.. Estruturação Familiar e Capital Social em Faxinais: o caso de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul/PR. **Dissertação** (Mestrado em Mestrado Em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

BARRETO, M.. A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital: espacialidades distintas na extração da erva-mate na região da Floresta com Araucária do Paraná. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG, 2008.

BARRETO, M.. Territorialização e tradicionalização: refletindo sobre a construção da identidade faxinalense no Paraná. **Tese** (Doutorado em Geografia), USP- Universidade São Paulo, 2013.

BARRETO, M.. A Territorialização Camponesa dos Faxinalenses em uma Perspectiva Escalar. In: **VI Congresso Iberoamericano de estudios Territoriales y Ambientales**, 2014, São Paulo. In: Anais do VI CIETA, 2014. v. 1. p. 3659-3671

BENATTE, A.P.; CAMPIGOTO, J.A.; CARVALHO, R.. Os santos nos faxinais: religiosidade e povos tradicionais. In: **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 140-160.

BUCATY. A.; PIETROBON, S. R. G.. A infância no Sistema Faxinal: Uma experiência de vida coletiva no campo. In: **ANAIS IX Congresso Nacional de Educação**. Curitiba, 2009, pp. 10221-10232.

BOULINEAU, E.. Jean Gottmann, la politique des états et leur géographie. In: **Géocarrefour**. V. 83/1, pp. 2008.

BRASIL. **Lei Federal 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRANDT, M.; CAMPOS, J. N.. Uso comum da terra e práticas associativas da população cabocla do planalto catarinense. In: **Geosul**. Florianópolis, v. 23, nº 45, jan./jun. 2008, pp. 43-64.

CANDIDO, A.. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 11ª ed., 2010.

CANDIOTTO. L.Z.P.; SANTOS. R.A. Experiências Geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET. M.A. & SPOSITO. E.S.. (orgs.). **Territórios e Territorialidades**: Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 315-340.

CAMARGO, J.S.. **Por que nosso Município chama-se Pinhão?** Pinhão, Edição do autor, s/d..

CAMPIGOTO, J. A.; SOCHODOLAK, H.. Os faxinais da Região das Araucárias. In: OLINTO, Beatriz Ancelmo; MOTTA, Márcia Medeiros; OLIVEIRA, Ozéias de (org.) **História Agrária**: Propriedade e Conflito. Editora UNICENTRO, 2008, pp. 169-203.

CAMPIGOTO, J. A.; BONA, A. N.. A hermenêutica e a origem dos faxinais. In: **Revista de História Regional**. Edição 14, volume 2, 2009, pp.127-153.

CAMPIGOTO, J. A.; SCHÖRNER, A.; NOVAKI, J.. Festas e Ritos, Memória e diversidade Cultural. In: **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**. Vol. 37, n.º 73, 2012, pp. 97-124.

CAMPIGOTO, J. A.. A escola e o ensino de história nos faxinais. In: **Anais do II Congresso Internacional de História**, Universidade Estadual do Centro Oeste e Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015, s.p..

CARRILHO, A. C.; GRACINA, G. G.; STRACHULSKI, J. ; FLORIANE, N.. Diagnóstico da qualidade das terras de propriedades do subsistema ‘Terra de Plantar’ e recomendações para a implantação de Um SAF no Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul – PR. IN: **ANAIS do IV Encontro Temático da Rede Internacional CEPIAL**. Agosto de 2013, Ponta Grossa, pp. 35-40.

CARVALHO, H.M.. **Da aventura à esperança**: a experiência autogestionária no uso comum da terra. Curitiba, 1984

CHANG. M. Y.. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa no Centro-Sul do Paraná. **(Tese de Mestrado)**. Rio de Janeiro, 1985.

CHANG. M.Y.. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. (Tradução: GERHARDT , K. B.). V.2, A era da informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIGOLINI, A.A.; SILVA, M.. In: **Revista Geografar**.. Curitiba, v.13, n. 1, pp. 98-118, jan./jul., 2018.

CIGOLINI, A. A.. Território e Criação de Municípios no Brasil: Uma abordagem histórica-geográfica sobre a compartimentação do espaço. 2009. **Tese** (Doutorado em Geografia) –Programa

de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. Florianópolis. 2009.

CODATO, E.. Apontamentos sobre o personalismo político paranaense. In: **Diálogos**: v. 3, n.1, 1999, pp. 235-261

CORONA, H. M. P.; SILVA, L. M.. O Global e o Local: As empresas reflorestadoras e a comunidade cabocla de Postinho Na Região Metropolitana de Curitiba. In: **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**. Maringa, v. 32, nº1, pp. 9-20, 2010.

CORREIA. R.L. Conflitos territoriais e r-existências no Faxinal dos Ribeiros- Pinhão/Paraná. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Centro Oeste. 2015. 124 f.

CORREIA, R. L.; GOMES, M.F.V.B.. As transformações nos Faxinais e suas novas territorialialidades: Estudo de caso em Pinhão- PR. In: **Revista Pegada**, vol. 16, nº. Especial, maio de 2015, pp. 102-116.

CRUZ, Valter do Carmo. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. In: **Terra Livre** Goiânia Ano 22, v. 1, n. 26 p. 63-89 Jan-Jun/2006.

CRUZ. Valter do Carmo. Das lutas por redistribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: **Cartografia Social, terra e território**, 2013.

DELEUZE, G; GUATTARI, F.. **Mil platos**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1997. v.1. 5v.

DIAS. W. A.; THOMAZ. E. L.. Avaliação dos efeitos do pastoreio sobre a erosão em margens de canal fluvial em Sistema Faxinal. In: Sociedade e Natureza, Uberlândia, nº 21, (1), pp. 23-35, Abr. 2011.

DIAS, *W. A.*; THOMAZ, *E. L.*.. Influência de escombros lenhosos na dinâmica de riachos em área de faxinal. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.5, n.2, p.229-248, jul./dez. 2011.

EMATER- PR; SEAB; SEPLAN. Cadastro sobre os Faxinais no estado do Paraná. Curitiba, 1994.

FERNANDES, B. M.. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **REVISTA NERA** (UNESP) , v. 6, p. 14-34, 2005.

FERNANDES, B. M.. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: **A pesquisa em Educação do Campo**, v. XX, p. X-I, 2006.

FERNANDES, B. M.. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, F.; TOLEDO, I. A.; CAMPIGOTO, J. A. A memória das práticas e conhecimentos tradicionais sobre o uso coletivo e a preservação das águas e mananciais em territórios faxinalenses. In: Anais do SIEPE- Semana de Integração Ensino e Pesquisa e Extensão, , s/p., 2009.

FERNANDES, F.; ALMEIDA, D.; FERRONATO, M.; CAPRICHOA, C.. Caracterização do Sistema Faxinal Potinga- Inácio Martins- PR: uma visão etnociencífica. IN: **ANAIS do IV Encontro Temático da Rede Internacional CEPIAL**. Agosto de 2013, Ponta Grossa, pp. 101-105.

FERREIRA, P.. Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello - PR: A construção de conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

FÖESTSCH, A. A.; GREGÓRIO, D. M.. A construção da identidade territorial faxinalense no contestado: Diferenciações entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. In: Ensino e Pesquisa: Revista da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR- Campus de União da Vitória, n. 11, v. 1, 1ªSemestre de 2013, pp. 55-68.

FÖETSCH, A.A.. Faxinais e caívas: identidades territoriais na Região do Contestado (PR/SC). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná- UFPR, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2014.

FRAGA, N.C.. Território do Contestado (SC-PR) e redes geográficas temporais. In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, vol. 9, nº. 19, pp. 37-45 mai/ago. 2010.

FRAGA, N.C.; LUDKA, V.M.. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): Uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, s/p., 7 a 11 de Maio de 2012.

FRAGA, N.C.. **Vale da morte**: o Contestado visto e sentido: entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. 2º ed., Blumenau, Hemisfério Sul, 2015.

FRANCESCONI, J.O.P.. O sistema de faxinais, o analfabetismo e suas consequências econômicas para o município de Pinhão- Paraná. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Centro Oeste, 1998.

FREITAS, A.R.; ANTONELI, V.. Mapeamento do Uso da Terra e de Áreas De Preservação Permanente (Apps) Do Faxinal Anta Gorda, Prudentópolis – PR. In: Rev. **GEOMAE**, Campo Mourão, PR v.3n.2 p.35 - 48 2ºSem 2012.

FURTADO, A. C.; BEZERRA, I. A natureza dos (e nos) faxinais: práticas de produção agroecológicas e consumo de alimentos saudáveis. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 8, nº 2, nov. 2013, pp. 1-5.

GABRIEL, M.E.; MENDES, R.E.; CASAGRANDE, R.A.; HENKER, L.C.; LUCCA, N.J., VOESE, F.M., GALVAGNI, I. Mortalidade por plantas tóxicas em bovinos diagnosticadas pelo Bloco de Patologia Veterinária do Instituto Federal Catarinense, Câmpus Concórdia. In: **Anais da IV MIC** - Mostra de Iniciação Científica do IFC - Instituto Federal Catarinense - Câmpus Concórdia, 10 de setembro de 2014.

GEVAERD FILHO, J.L.. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuo: análise de uma forma comunal de exploração da terra. Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente. Curitiba, n.1, 1986, pp. 45-69

GOMES, Iria Zanoni. A revolta dos posseiros. 2ed. Curitiba: Editora Criar, 1987.

GOMES, M.F.V.B.. **Cartografias da Paisagem**: Trajetória Socioambiental de Guarapuava. Guarapuava. Ed. UNICENTRO, 2012.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n.3, pp.523-545, 1975 (2012).

GRZEBIELUKA, D.; SAHR, C. L. L... Comunidades de Faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da formação a desagregação de uma tradição no Município de Tibagi (PR)- Um estudo sobre o Faxinal Empoçados. In: **Revista Geografar**, Curitiba, v.4, n.1, p. 34-58, jan./jun. 2009.

GRZEBIELUKA, D.. Comunidades de faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi (PR) na gênese de localidades rurais. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

GUBERT FILHO, F.A. O Faxinal- estudo preliminar. **Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente**. Curitiba, n.2, 1987, pp. 32-40.

GUEDES, A.D.. Fronteiras e limites entre lutas por terra e território no norte de Minas Gerais. In: SOUZA, C.F.M. et al (orgs.) **Direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais em situação de conflitos socioambientais**. Brasília: IPDMS, 2015, pp. 228-306.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: RODENDHAL, Z. & CORREA, R. L. (Orgs.) **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, R.. **O Mito da Desterritorialização**: do fim do fim dos Territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACESS, 2007 (a). (p. 33-56).

HAESBAERT, R.. **Viver no Limite**: Território e multi/territorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R.. **Territórios Alternativos**. São Paulo, 3ª. Ed., Contexto, 2017.

HALL, S.. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAUER, M. As Florestas no Paraná: um Processo de Involução. In: SONDA.C.; TRAUZYNSKI. S.C.. **Reforma Agrária e Meio Ambiente**: teoria e prática no estado do Paraná. Curitiba: ITCG, 2010. pp. 27-44.

HAURESKO, C.. Entre tradição e modernidade: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR). **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

HAURESKO, C.. **Lugares e Tradições**: As comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

IAP- Instituto Ambiental do Paraná. Disponível em <http://www.iap.pr.gov.br/paginas-111.html>, acesso em 12 de Agosto de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Série manuais técnicos em geociências, n. 1.

JORNAL FATOS DO IGUAÇU. Disponível em <https://jornalfatos.com.br/>, acesso em Agosto de 2016.

KERNISKI, M. M.; THOMAZ, E.L.. A prática da roça de toco no Sistema de Faxinal de Tijucu Preto. IN: **ANAIS do IV Encontro Temático da Rede Internacional CEPIAL**. Agosto de 2013, Ponta Grossa, pp. 106-110.

LAMESA, P.H.S. Turismo Comunitário: Reflexões Sobre os Faxinais do Município de Prudentópolis – Paraná. UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 11, n. 1, p. 51-58, Jun. 2010.

LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. 22 ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LEMES, E.C.; SAHR, C.L.L.. Da Subsistência do Sistema Faxinal a Subordinação a Agroindústria do fumo: A desagregação do Faxinal Dos Lemes no Município de Ipiranga – Pr. In: **Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária– II Simpósio Internacional de Geografia Agrária** – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005, s.p.

LEMES, P.H.S.. Turismo comunitário e populações tradicionais: o caso do Faxinal Barra Bonita no Município de Prudentópolis - PR. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

LEITE, R.F.. Ocupação, Colonização e Trabalho: o processo de constituição de uma camada livre pobre na região de Guarapuava (1827-1877). In: MOREIRA, E.B.; FERLINI, V.L.A.. História Econômica: agricultura, indústria e população. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 439-447.

LEITE, D.M.G.; CHERUMBIM, A. A.; PEREIRA, J. M. de A.. Caracterização da criação animal em Sistema Faxinal. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2008, 4, nº 2, 3959-3962.

LEITE, D.M.G., LODDI, M.M. Caracterização dos Rebanhos suínos em Sistema Faxinal. In: **Actas Iberoamericano de Conservação Animal**, 2012, pp. 115-117.

LIMA, D.M.. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas representações sociais no meio rural amazônico. In: **Novos Cadernos NAEA**. Volume 2, nº 2, dez. 1999, pp. 5-32.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série **Antropologia**, 322. Brasília: Departamento de Antropologia/Instituto de Ciências Sociais, 2002.

MAACK R.. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Ed. Max Roesner, 1968.

MAACK R.. Breves Notícias Sobre a Geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina. In: Arquivos de Biologia e Tecnologia, v.2, pp. 63-154, 1947.

MACHADO, P.P.. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. In: **Topoi**, v. 12, n. 22, pp. 178-186.jan.-jun. 2011.

MANEIRA, R.; CAMPIGOTO, A.. A cultura faxinalense e os recursos hídricos. In: **Anais do XIX Encontro Anual de Iniciação Científica**, Guarapuava, 2010, sem paginação.

MANEIRA, R.. A peste suína nos faxinais de Irati- PR no final da década de 1940. In: **Anais do VI Congresso Internacional de História**. Set. 2013, s/p..

MARCON. T.; **Cultura e natureza**: modos de vida dos caboclos do Goio-En (SC). In: Projeto História. São Paulo, (18), maio, 1999.

MARCONDES, G.G. **Guarapuava**: história de luta e trabalho. Guarapuava, UNICENTRO, 1998.

MARQUES, C. L. G. **Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná**. Guarapuava, 2004. 192 p. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: In: Novaes, Fernando (org.) **História da Vida Privada no Brasil** – Contrastes da Intimidade Contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, R.M.V; Território, Espaço e Identidade. In: SAQUET, M.A. & SPOSITO, E.S.. (orgs.). **Territórios e Territorialidades**: Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 143-

MEIRA, A.M.K.. VANDRESEN, J.C.. SOUZA, R.M. Mapeamento Situacional dos Faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, A.W.B.. SOUZA, R.M.(orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas- UEA, 2009.

MENEZES, M.A.. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência a dominação: A contribuição de James C. Scott. In: Raízes, Vol. 21, nº01, jan.-jun./2002, pp. 32-44.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

MONDARO, M. L. Os caboclos do Sudoeste do Paraná: de uma “sociedade autárquica” a um grupo social excluído. In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Vol. 2, nº3, jan./jun. 2008, pp. 1-21.

MONTEIRO, R.R.. ICMS ECOLÓGICO E SISTEMA FAXINAL: DISCUSSÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS EM RIO AZUL – PR;. In: **I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço**, 2010, Rio Claro, 4476- 4494

MONTEIRO, R.R.. O Novo Rural em Comunidades Tradicionais Faxinalenses: Reflexões Sobre a Proposta de Turismo para os Faxinais do Município de Mallet – Paraná – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-15.

MONTEIRO, N.. **Madeira de lei**: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar. Curitiba, Edição do Autor, 2008.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. In: **REVISTA NERA** – ANO 10, N. 10 – JANEIRO/JUNHO DE 2007, pp. 72-93.

MORO, R.S.; LIMA, C.N.. Vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa, PR, **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012.

MOREIRA, J.C.; SANTOS, V.M.M.; GARCIA, J, N; PAZ, J.A.. O Roteiro dos Faxinais em Prudentópolis (PR): Ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.1, 2011, pp.95-110.

MONSMA, K.. James C. Scott e a resistência cotidiana: Uma avaliação crítica. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 49, 1ª Semestre de 2000, pp. 95-121.

MOTTA, M.M.M.. A grilagem como legado. In: MOTTA, M.; PINEIRO, T.L.. **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro, Vicio de Leitura, 2001.

MUSCARÀ, L.. A Heurística de Jean Gottmann: um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.) **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: 1ª ed., Expressão Popular, 2008, pp. 37-55.

NEIVERTH, N.; SAHR, C.L.L.. Reflexões em torno de políticas e ações governamentais na Comunidade faxinalense Taquari dos Ribeiros (Rio Azul/ PR). **Anais da XVI Semana de Geografia da UEPG**: A Pluralidade na Geografia, 14 a 24 de outubro de 2009. Pp. 75-80.

NERONE, M.M.. Sistema Faxinal: Terras de plantar, terras de criar. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2015.

NETO, J. S. (org.). Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional. Manaus: UEA, 2007.

OLESKO, G. F.; MONTENEGRO GÓMES, J.. Uma aproximação ao conflito pela terra e pelo território nos Faxinais Paranaenses. In: **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Niterói, 2009, s/p..

OLESKO, G.F.. Em defesa dos territórios faxinalenses: A emergência de “novos” em luta no espaço rural. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Vol. 33, nº 3, set./dez. 2013, pp. 391-406.

OLESKO, G.F.. Terra, Território e Autonomia nas Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta (Mandirituba-Pr): Conflitos e Resistências na Luta pela Vida. Dissertação de **Mestrado Geografia**, UFPR, 2013.

OLESKO, G.F.; ROCHA, O.G.. De “quem somos” para “onde estamos”: A experiência da cartografia social dos faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Ed. 41, v. 1, 2014, pp. 48-66.

OLIVEIRA, A.U.. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 70 – 107.

OLIVEIRA, A.U.. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra (org.) **Conflitos no campo no Brasil 2010**. Goiania: CPT, pp. 55-62, 2011.

PADIS, P.C.. **Formação de uma economia Periférica**: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, 1981.

PARANÁ. **Decreto n. 3.44614** de agosto de 1997. Dispõe sobre as ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, 1997.

PARANÁ, **LEI Nº 15673** - 13/11/2007. Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme especifica. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, 2007.

PASSOS, R. F.. O Pinhão que eu conheci. Versão digital cedida pelo Colégio Estadual Mario Evaldo Morski, Pinhão PR, s/d..

PEREIRA, T.K.; CHAVES, C.C.; MACHADO, N.C.; FLORIANI, N.; MORO, R.S.. **Fitossociologia do Criadouro Comunitário Do Faxinal Taquari Dos Ribeiros, Rio Azul – Pr**. In: I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Ambiente, 2009, s.p..

PINHÃO. **Decreto n. 1354/2007**. Dispõe sobre os chamados faxinais de Pinhão. Diário Oficial do Município, Pinhão, 2007.

PNCS- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. **Faxinalenses do Sul do Brasil**. Rebouças/PR, setembro de 2008.

PESSÔA. V.L.S.. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: **Geo UERL**- Rio de Janeiro, ano 14, nº. 23, v.1, 1º semestre de 2012, p. 4-18.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Territorialidade Seringueira: Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**: Ano 1 – Nº2 – 1999, pp. 67-88.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E. & CECENA, A. E. (Orgs.) **La Guerra Infinita-Hegemonia y Terror Mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **GEOgraJia** -AnoVIII -N. 16-2006, pp. 41-55.

PORTO GONÇALVES. C. W... **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: 3ªed., Contexto, 2012.

PORTO, L.L.. Reapropriação da Tradição. Um estudo sobre a festa de N. Sra. Do Rosário de Chapada do Norte/MG. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 1998.

PORTO. L.. Uma Reflexão sobre os faxinais: meio-ambiente, sistema produtivo, identidades políticas, formas tradicionais de ser e viver. In: PORTO. L.; SALLES. J.O.; MARQUES. S.M.S. (orgs.). **Memórias dos povos do campo no Paraná-Centro-Sul**. Curitiba: ITCG, 2013. P. 59-79

PORTO. L.; SALLES. J.O.; MARQUES. S.M.S. (orgs.). **Memórias dos povos do campo no Paraná-Centro-Sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

PORTO. L.; AYOUB.D.. Contextualização: breve histórico sobre Pinhão/PR. In: PORTO. L.; SALLES. J.O.; MARQUES. S.M.S. (orgs.). **Memórias dos povos do campo no Paraná-Centro-Sul**. Curitiba: ITCG, 2013, p. 137-149.

PRIORI, A.. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). In: **Saeculum**- Revista de História. João Pessoa, pp. 133-147, jan./jun. 2012.

RAFFESTIN, C.. Por uma Geografia do poder. Tradução de FRANÇA, M.C.. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, F.. O solo a sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**, 1983, n.2, p.93-101.

RIBEIRO, F.A.S.. Os bastidores de uma resistência armada no campo. In: **Revista Mundo do Trabalho**, v. 4, n7, pp. 314-318. jan./jun., 2012.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A Prática socioespacial da resistência. In: CARLOS, A.F.A.; SANTOS, C.S.; ALVAREZ, I.P. (orgs.). **Geografia Urbana crítica: Teoria e Método**. 2018 **São Paulo: Contexto, 160p. 2018**.

ROCHA, O.G.. Mobilización y resistencia de los pueblos faxinalenses: las contribuciones de la Cartografía Social como instrumento de protesta. **Anais VI Jornadas de Jóvenes Investigadores**. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

RODOMSKI, M. I. Plantas Mediciniais-tradição e ciência. In: **Anais da I semana do Estudante universitário**. EMBRAPA, 2003, s.p..

SÁ, A.A.. Formas de ocupação da terra como bem cultural: Estudo Jurídico dos fundos de Pasto da Bahia e Sistema Faxinal no Paraná. In: **Anais do XV Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito, Manaus, 2006**, pp. 4175-4186.

SAHR. C. L.L.. CUNHA. L.A.G.. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com Araucária no Paraná. In: **Revista Emancipação**, 5(1): 89-104, 2005.

SAHR. C.L.L.. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2): 213-226, jul./dez., 2008. p. 213-226.

SAHR. C.L.L.. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2): 213-226, jul./dez., 2008. p. 213-226.

SAHR, C.L.L., SAHR, W.. Territórios-faxinais-espacos: A problemática “espaço território” na formação social brasileira, In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S.. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo, 1 ed. Expressão Popular. Pp. 143- 174.

SALLES. J. O.. João José Zattar S.A.: disputas sociais, legitimidade, legalidade. In: PORTO. L.; SALLES. J.O.; MARQUES. S.M.S. (orgs.). **Memórias dos povos do campo no Paraná-Centro-Sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

SANTOS, M.. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. Hucitec, São Paulo, 1996. 3ª edição: 1999.

SAQUET. M.A.. **Abordagens e concepções de território**. 3º ed.: São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M.A.. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S.. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo, 1 ed. Expressão Popular, pp. 73-93.

SAUER, S.; ALMEIDA, W.. Conclusão. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W.. **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Ed. UNB, pp. 398-425, 2011.

SCALIANTE, H D.. Violência e conflitos políticos de colonização da Região Noroeste do Estado do Paraná: Os casos dos grilos “apertados” e “arreja branca do Tucum” (1950-1970). **Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)**: Universidade Estadual de Maringá, 2010.

SERRA, E. Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná. 1991. **Tese (Doutorado em Geografia)** – UNESP. Rio Claro.

SERRA, E.. Conflitos Rurais no Paraná: como foi que tudo começou. In: **Revista de Geografia**. Maringá, v. 28, nº1, pp. 75-89, 2010.

SERRA, E.. Grilagens de terra e conflitos rurais: O lado perverso da colonização no Paraná In: **Revista Ra’eGa**, Curitiba, v.46, pp. 58 -74, Mar/2019.

SCHUSTER. W.T.. A formação dos faxinais na região Centro Sul do Paraná. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010. 96 f.

SCHIMITZ, H.; MOTA, D.M.; JÚNIOR, J.F.S.. A gestão coletiva de bens comuns: o Sistema Faxinal e o Manejo Florestal Comunitário. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Florianópolis, SC, Brasil, 2005.

SCHÖRNER, A.. Do faxinal à cidade: migração e desterritorialização - Irati/PR: 1970-1980. In: **Revista de História Regional**, v. 15(1): 229-257, Verão, 2010

SCHÖRNER, A.; CAMPIGOTO, J.A.. Migrantes no faxinal e migrações faxinalenses: territórios e povos tradicionais. In: **Revista Esboços**. Florianópolis, v. 18, n. 25, pp. 53-72, Ago. 2011.

SCOTT, J.C.. Formas cotidianas da resistência camponesa. Tradução de Marilda Menezes e Lemuel Guerra. In: **Raízes**. Vol. 21, nº1, jan./jun. 2002, pp. 11-31.

SILVA, C.B.; CARVALHO, S.M.. Caracterização dos sistemas de cultivo na terras de plantar do Sistema Faxinal Taquari dos Ribeiros.- Rio Azul, Paraná. **Anais da XVI Semana de Geografia da UEPG: A Pluralidade na Geografia**, 14 a 24 de outubro de 2009. pp. 27-31.

SILVA, O. H.H.; MENIN, E.. Conflitos Socioambientais no Faxinal do Salso em Quitandinha Paraná. In: **Anais da II Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento**, s/p., 2015.

SOARES, J.G.. Comunidades faxinalenses no município de Rio Azul-PR: Gênese, características e transformações nos padrões espaciais de povoamento. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG, 2012.

SOLIS CAMPOS, R.A.; GONZAGA, C.A.M.. Os Faxinais do Paraná: Uma Revisão Teórica e Um Estudo sobre sua Mobilização Social. In: **Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Foz do Iguaçu, 2015.

SIMÕES, W.. Comunidades Tradicionais de Faxinais e Gestão de Políticas Públicas Educacionais no Estado do Paraná: compreendendo territórios e territorialidades. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Território). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2009.

SIMÕES, W.. Territorialidades da juventude faxinalense: entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná- UFPR, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

SOS MATA Atlântica. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/>, acesso em 20 de julho de 2018.

SOUZA. R.M.. Mapeamento Social dos Faxinais do Paraná. In: ALMEIDA. A.W.B.. SOUZA.R.M.(orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, 2009, p. 29-88.

SOUZA, R. M. Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar: estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia da agricultura familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo, PR. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2001.

SOUZA. M.J.L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO. I.E.; GOMES. P.C.C.; CORRÊA.RL. 14º Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011. P. 77-113.

SOUZA. J.A.. O Território na perspectiva das dimensões simbólicas, culturais e identitárias. In: **Revista Ambivalências**. V. 1, nº. 2, p. 156-177, Jul-Dez, 2013b.

STANISKI, A.; STRACHULSKI, J.; FLORIANI, N.. O uso de plantas medicinais: um estudo etnobotânico na Comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa. IN: **ANAIS do IV Encontro Temático da Rede Internacional CEPIAL**. Agosto de 2013, Ponta Grossa, pp. 111-116.

STRACHULSKI, J.; SILVA, A.A.I.; FLORIANI, N.. Descrição de solos em uma topossequência da Bacia Hidrográfica do Rio Boles no Faxinal Taquari dos Ribeiros- Rio Azul, Paraná. **Anais da XVI Semana de Geografia da UEPG: A Pluralidade na Geografia**, 14 a 24 de outubro de 2009. Pp. 69-74.

SUERTEGARAY, D.M.A.. Pesquisa de Campo em Geografia. In: *Geographia*, v.2, n.7, 2002.

TAVARES, L.A.. Campesinato e os faxinais do Paraná: As terras de uso comum. Tese (Doutorado em Geografia), USP- Universidade São Paulo, 2008.

TONON, E.. A força da tradição dos faxinais e as irmandades místicas do Contestado. In: OLINTO, B.A.; MOTTA, M.M.; OLIVEIRA, O. (org.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Editora UNICENTRO, 2008, pp. 95-119.

THOMAZ, E. L.. Sistema Faxinal: pesquisa na UNICENTRO e perspectivas de estudos ambientais. In: **Terra Plural**. Ponta Grossa, v. 5, n. 2, jul./dez. 2011, p. 199-212.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

WANDERLEI, M. de N. B.. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, Agricultura Familiar e Ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

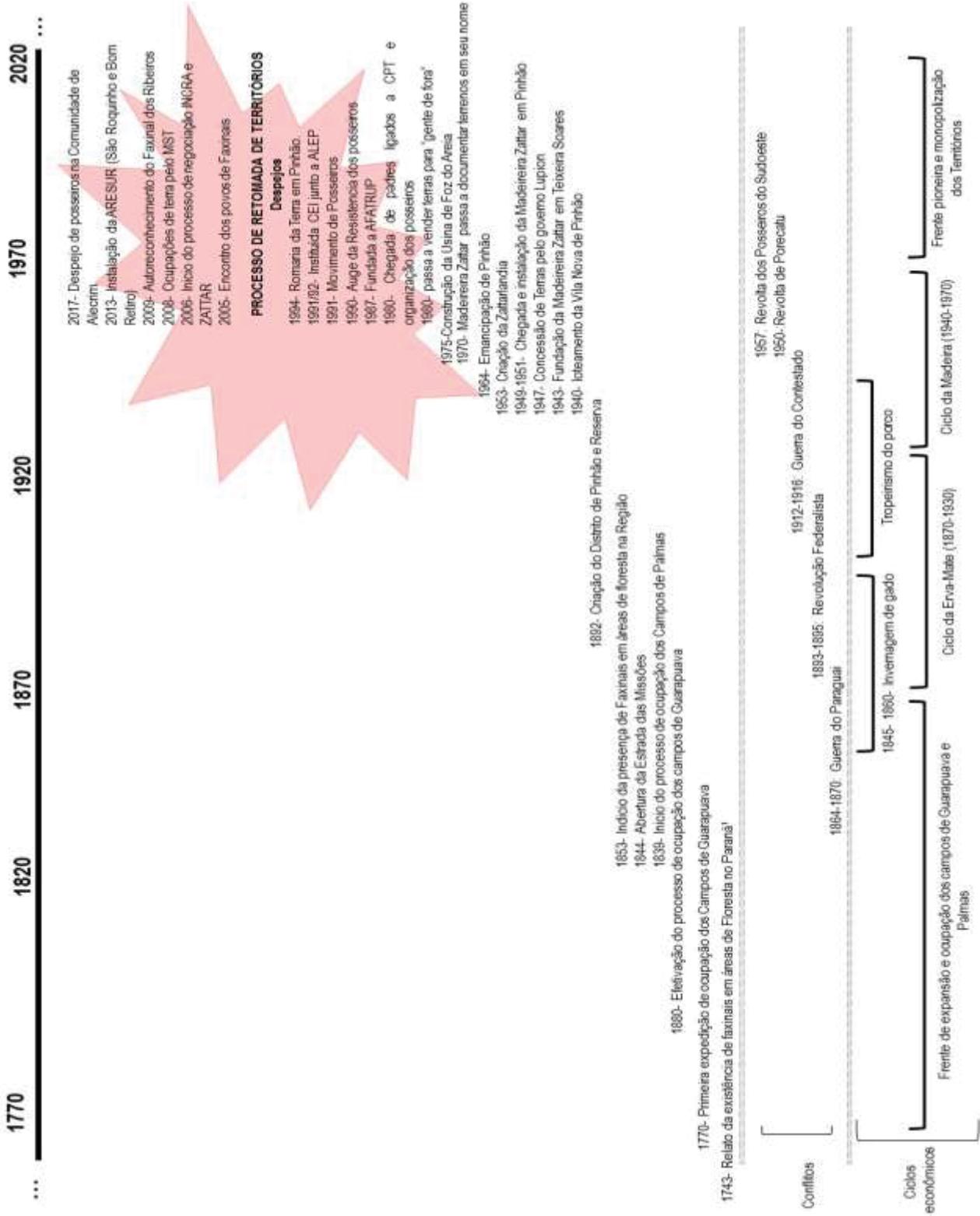
VECHIA, R.V.R.D.. Os caminhos e os tropeirismos em Guarapuava. **Dissertação** (Mestrado em História) UNESP/UNICENTRO, Assis/Guarapuava, 2000.

WACHOWICZ, R.C.. **História do Paraná**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 10 ed., 2016.

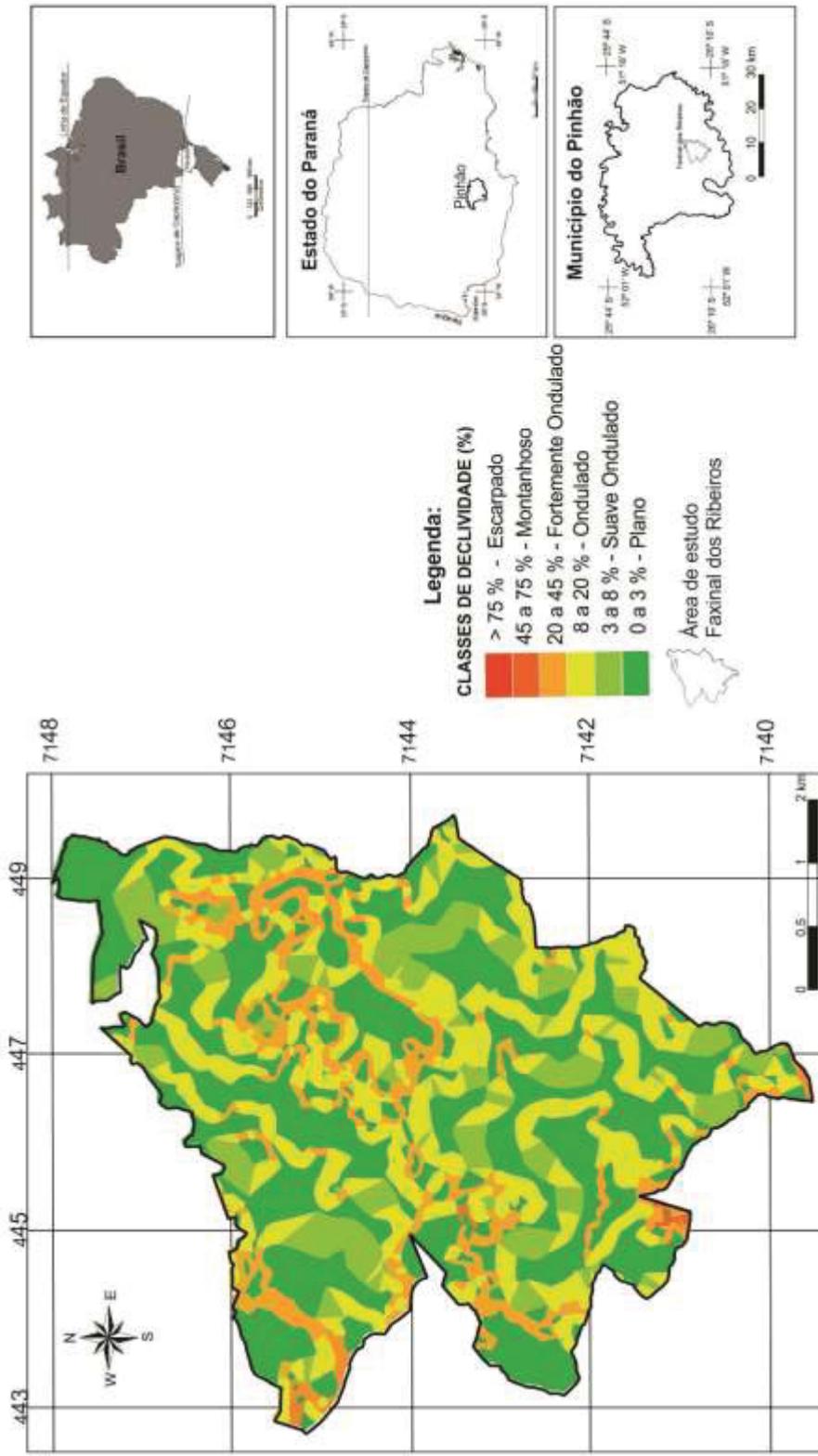
ZIBECHI, R.. De los movimientos a las organizaciones . In: ZIBECHI, R.. **Política & Miseria: Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progressitas**. Pp. 51-90., 2005.

ANEXOS

ANEXO 01: Síntese dos Conflitos



ANEXO 02: Mapa declividade Faxinal dos Ribeiros



Fonte: Correia (2015)

ANEXO 03: Autorização de entrevistas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

+

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, REGINALDO DE LIMA CORREIA, matrícula 201600054299, solicito ao Senhor (a): _____, morador da comunidade de Faxinal _____, Pinhão-PR, a sua AUTORIZAÇÃO para utilização da vossa entrevista, como fonte de dados primários para uma Pesquisa realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia (sob o número 40001016035P1), com o título de: TERRITÓRIOS FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PARANÁ: TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS, sob a orientação do Professor Doutor Adilar Antonio Cigotini.

Comprometo-me a não alterar as informações prestadas. Haverá, também, o compromisso da confidencialidade dos sujeitos da pesquisa, e os dados obtidos, só serão divulgados e utilizados em reuniões e em publicações científicas.

Pinhão, ____ de _____ de 2018.

Reginaldo de Lima Correia
Responsável pela Pesquisa
Matrícula 201600054299

Autorizado: Assinatura do entrevistado